



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 61

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 6 de maio de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

A sessão iniciou-se com uma [interpeleção ao Governo Regional sobre o futuro do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Após as intervenções do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e do Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*), participaram no debate os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), André Bradford (*PS*), José Andrade (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Pedro Moura (*PS*) e Duarte Freitas (*PSD*).

Seguiu-se a [Reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014 – “Cria o regime de integração excepcional dos docentes contratados por concurso externo extraordinário, em 2014”](#).

Usaram da palavra no debate, na generalidade e na especialidade, os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

Usaram ainda da palavra para protesto e contraprotesto os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), Joaquim Machado (*PSD*), a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*), os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Por fim, iniciou-se o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 23/X – “Cria o regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico ao consumidor final – Ecotaxa”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Borges (*PS*) e Félix Rodrigues (*CDS-PP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 22 minutos.

Presidente: Bom dia, a todos.

Vamos começar pela chamada.

Tem a palavra ao Sr. Secretário da Mesa.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio **Bradford**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Arlinda Maria Focha **Nunes**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Paulo Henrique **Parece** Baptista
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**
Artur Manuel Leal de **Lima**
António **Félix** Flores **Rodrigues**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Antes de mais queria dar as boas-vindas ao Sr. Deputado Paulo Mendes, desejar-lhe um bom trabalho e informar a Assembleia que, conforme foi decidido pela Conferência de Líderes e também conforme é a nossa praxe, iniciamos os trabalhos desta manhã com o ponto 1 da nossa Agenda, sendo que o ponto 2 será debatido amanhã de manhã.

O ponto 1 refere-se à **Interpelação ao Governo Regional sobre o Futuro do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores**. Foi apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos foram acordados pela Conferência, conforme estipula o nosso artigo 132.º e estão distribuídos da seguinte forma:

O interpelante, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos;

PSD - 24 minutos;

CDS – 13 minutos;

BE e PCP – 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência da apresentação do modelo proposto pelo Governo da República em relação ao serviço de rádio e de televisão na Região Autónoma dos Açores, entendeu a Representação Parlamentar do PPM apresentar uma Interpelação ao Governo Regional a respeito deste assunto.

Não nos moveu qualquer intenção de retirar protagonismo político ao Governo Regional ou de o condicionar estrategicamente neste assunto. Nós valorizamos o papel fundamental do Governo Regional nesta matéria. Nós temos a absoluta

consciência que não existe qualquer possibilidade de resolver esta questão sem a participação ativa do Governo Regional na solução que se vier a encontrar.

Mas os Açores são um regime parlamentar por excelência. Um sistema político em que, no passado, foi possível consensualizar posições a um nível que espantou os observadores externos. Temos sentido de estado e somos generosos na ação política.

Quantas vezes eu já pude presenciar – na Assembleia da República, em reuniões conjuntas de representantes das várias câmaras parlamentares do Estado Português – o olhar de espanto dos deputados da Assembleia da República e da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira perante a postura de união autonómica exibida pelos deputados açorianos, dos diferentes partidos.

Nós, os deputados açorianos, temos capacidade de convergir e de encontrar posturas e soluções açorianas que protegem os interesses do Povo Açoriano. Esta história parlamentar e esta maneira de ser - séria, cordata e predisposta para o diálogo, em oposição a outras posturas que se caracterizam pela violência verbal, pela arruaça e pela incapacidade de dialogar – constitui um património político açoriano que todos nós temos o dever de preservar.

De acordo com estes pressupostos e a leitura que faço das características do sistema político açoriano, considero que o Parlamento e o Governo Regional não competem nesta matéria. Pelo contrário, são corresponsáveis e parceiros. Jogam na mesma equipa.

Mas meus senhores, esta questão da RTP-Açores constitui uma prova de fogo em relação à nossa capacidade de decidir e resolver um problema. Há demasiados anos que esta questão se arrasta e que aqui chovem discursos sem que a aridez do problema se resolva. Pelo contrário, a situação da RTP-Açores não pára de agravar-se, de ano para ano.

Existe quem pense que a solução correta é manter-se inquebrantavelmente fiel aos princípios e imputar ao Estado toda a responsabilidade em relação ao serviço público de rádio e televisão. É uma posição gloriosa e fantástica. Só tem um problema: não funcionou, não funciona e não é previsível que venha a

funcionar. Esta posição assemelha-se ao capitão de um navio que vê um naufrago afogar-se, mas que decide assistir impávido e sereno à catástrofe sem nada fazer porque considera que o navio da Marinha é que tem essa obrigação e esse dever de socorro.

Meus senhores! Os sucessivos governos da República – com independência da cor partidária que os sustenta – têm uma visão minimalista e negligente do funcionamento do serviço público de rádio e televisão nos Açores. Quem quiser pode continuar a esperar por Godoy, mas é bom que sente a sua consciência e o seu sentido prático no maravilhoso cadeirão da inoperância e da inutilidade.

Existem outras opiniões que, essencialmente, defendem que a Região deve substituir-se inteiramente ao Estado no que diz respeito ao serviço público de rádio e televisão nos Açores. Esta também não é a solução. O Estado está doído por desertar desta guerra, mas – como sempre – a deserção não é aceitável para quem fica sozinho na trincheira. Além disso, existe o perigo de contágio. Uma deserção incentivaria outras deserções: na Universidade, nos apoios sociais e em todas as outras matérias cuja responsabilidade cabe ao Estado. Não! O Estado deve continuar amarrado aos seus compromissos legais nesta matéria.

Para além de tudo isto, temos a possibilidade de observar o que se passa noutros estados em que as autonomias assumiram a responsabilidade de financiarem integralmente as televisões autonómicas. É o caso da Espanha. O resultado foi catastrófico. A despesa com as televisões autonómicas aumentou todos os anos, de tal forma que a mesma começou a esmagar, de forma paulatina, os magros orçamentos autonómicos.

A atual crise económica e a diminuição drástica das receitas publicitárias infligiram o golpe de misericórdia. Algumas televisões autonómicas fecharam e muitas outras aplicaram programas de reestruturação que implicaram o despedimento de centenas de trabalhadores. Este não pode e não será o nosso caminho.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Então “se o estado a que isto chegou” não pode continuar e seria estúpido da nossa parte eximir o Estado das suas responsabilidades legais, qual é a solução?

A solução é negociar e partilhar responsabilidades em troca da faculdade de poder decidir. A solução é assumir alguma possibilidade de despesa no pressuposto que se nos dará acesso às receitas da taxa do audiovisual, da publicidade e de acesso ao potencialmente lucrativo mercado da diáspora da América do Norte.

Meus senhores! O Governo da República fez a sua proposta. O Governo Regional perguntou-nos – e eu respondo hoje – qual é a nossa opinião. Bem, a opinião do PPM é que o que nos é proposto se assemelha a um negócio em que os de lá ficam com os cavalos e as terras e os de cá com o pagamento das rendas, uma carroça no meio do deserto e ainda um cabresto ao pescoço.

Deputado Francisco César (PS): Uma espécie de mapa cor-de-rosa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não é mau!

O Orador: Qual deve ser, então, a nossa resposta? Temos de dizer-lhes que não estamos no século XV, que eles não se assemelham ao Bartolomeu Dias e ao Vasco da Gama e que nós também não somos as tribos da idade da pedra do Golfo da Guiné a quem se impingiam bugigangas em troca de ouro e de marfim.

Impingir-nos uma empresa regional de audiovisuais sem qualquer viabilidade de futuro num mercado publicitário tão residual como o nosso – esmagando no processo todo o setor privado regional de audiovisuais – e todos os encargos ruinosos da RTP-Açores e reservar-se o setor informativo e toda a capacidade de decisão estratégica, não é uma proposta minimamente aceitável.

Mas também devo dizer, em abono da verdade, que alguém se poderá ter sentido insultado na sua inteligência quando alguns se propuseram ficar com as receitas da taxa do audiovisual e passar a mandar no serviço público de rádio e televisão, tudo isto sem assumir nenhum compromisso e responsabilidade de financiamento suplementar.

Nestas circunstâncias, importa preservar as condições de diálogo e negociar de forma correta e credível. Um bom negociador não é o que fixa metas inatingíveis e se mantém intransigente nas condições até o prédio que quer vender cair. Um bom negociador não é o que exige mais e fala mais alto. Um

bom negociador é o que logra fechar o acordo e rentabiliza a propriedade que lhe foi confiada.

Sr. Presidente do Governo Regional. Pergunta-me V. Ex.^a qual é a nossa posição a respeito desta matéria.

Deputado André Bradford (PS): As perguntas são ao Governo! É uma interpelação ao Governo!

O Orador: Deixo-lhe os dez parâmetros que balizam a nossa proposta:

- 1 – Cotutela do Estado e da Região em relação ao serviço público de rádio e de televisão;
- 2 – Salvaguarda de um centro de decisão açoriano em relação à gestão da futura entidade de serviço público de rádio e televisão nos Açores;
- 3 – Criação de um mecanismo parlamentar de nomeação da administração do serviço público de rádio e televisão que impeça a sua governamentalização.
- 4 – Adoção de uma solução organizativa e financeira que não contemple o despedimento de trabalhadores da RTP-Açores;
- 5 – Manutenção das delegações de Angra do Heroísmo e da Horta;
- 6 – Integração do projeto do Canal Parlamento Açores, votado por unanimidade nesta Câmara, no âmbito de qualquer solução que venha a ser adotada;
- 7 – Manutenção da unidade da empresa e recusa de qualquer mecanismo que venha a permitir a alienação de valências estratégicas da RTP-Açores;
- 8 – Fim do modelo de janela no âmbito da produção e emissão próprias de televisão e incremento da produção e emissão próprias de Rádio da RDP/Açores;
- 9 – Obtenção de autorização para que a RTP-Açores, ou a entidade que lhe venha a suceder, possa integrar a oferta dos canais por cabo na América do Norte;
- 10 – Não superação do esforço de financiamento do Governo Regional à entidade de serviço público de rádio e televisão nos Açores ao resultado da soma da taxa de audiovisual, das receitas da publicidade e às receitas provenientes da venda da emissão por cabo do canal na diáspora.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Definida que está a posição do PPM nesta matéria, importa que o Governo Regional enumere o conjunto de princípios e de parâmetros que conceptualizou no âmbito da negociação desta matéria com o Governo da República e que descreva a apreciação que faz da proposta que lhe fez chegar o Governo da República.

Finalmente, importa saber se o Presidente do Governo Regional valoriza positivamente a eventual criação de uma mesa de negociação parlamentar que permita consensualizar - ou pelo menos obter a formação de um amplo e pluripartidário apoio parlamentar - uma posição açoriana no âmbito da negociação do futuro do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Conforme define o art.º 184º., usa agora da palavra o Governo.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria salientar nesta intervenção a importância deste debate. A importância deste debate, pelo tema, pelo tempo e pelo objetivo.

Pelo tema, porque é uma matéria que me parece importante e que é atual naquilo que congrega, neste momento, uma tomada de posição e uma decisão relativamente ao futuro do serviço público de rádio e televisão aqui nos Açores; um tema que tem mobilizado ao longo dos anos os partidos políticos, o Governo Regional; um tema que se tem, também é certo, arrastado ao longo dos anos sem uma definição concreta e sem uma definição precisa.

Aquilo que é a posição do Governo Regional sobre esta matéria, desde logo em termos de tempo, é, conforme já foi manifestada no passado, de que não podemos esperar mais tempo por uma definição daquilo que deve ser o serviço público de rádio e televisão aqui nos Açores.

Se é certo que em termos de tema e em termos de tempo este debate é importante, em termos dos seus objetivos não o é menos. Não o é menos por aquilo que, segundo as palavras do seu proponente, implica de clarificação de

posições do Governo, é certo, mas de cada um dos partidos políticos desta Assembleia.

Aquilo que eu gostaria de dizer em relação a este propósito e nesta fase é o seguinte:

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos partidos políticos que ontem enviaram, conforme havia sido solicitado, os pareceres com a sua apreciação sobre a proposta que foi apresentada pelo Governo da República: o PS, o CDS-PP e o BE.

Em relação à questão de fundo que aqui nos traz, o Governo tem uma posição clara, que do ponto de vista substantivo reafirma hoje aqui nesta Assembleia.

Entendemos que uma das razões pelas quais o serviço público de rádio e televisão nos Açores chegou ao ponto que chegou, foi pela ausência de um centro de decisão regional, sobre essa matéria,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... ou seja, pela ausência do conhecimento do meio, do conhecimento da envolvência, do conhecimento das particularidades e especificidades que a prestação do serviço público de rádio e televisão apresenta numa região arquipelágica, como é o caso dos Açores.

Aquilo que para nós é o núcleo essencial duma nova fase do serviço público de rádio e televisão nos Açores é, desde logo, a existência (é um aspeto que já foi publicamente manifestado pelo Governo) de um centro de decisão aqui nos Açores.

Este Governo tem a perfeita consciência das suas posições e das suas declarações sobre essa matéria.

Eu próprio apresentei no âmbito da campanha eleitoral para as legislativas de 2012, uma proposta que passava pela constituição de uma empresa 100% pública e 100% regional, com particularidades do ponto de vista da nomeação dos seus responsáveis, que passavam pelo facto dessa designação ser feita por este Parlamento e não pelo Governo.

Também já admiti como possível, uma negociação que passasse pela possibilidade de haver uma empresa com 51% da Região, 49% da República,

mantendo aí também o princípio de que a nomeação dos seus responsáveis devia ser feita por este Parlamento e não pelo Governo Regional.

Se é certo que do ponto de vista de forma (já lá iremos à análise da proposta que nos foi apresentada) este é o núcleo essencial que nós julgamos ser de representar, ser de salvaguardar (melhor dito), do ponto de vista de substância este Parlamento em já trabalho produzido, este Parlamento tem já um relatório de anteriores legislaturas que dá bem nota daquilo que deve ser um serviço público de rádio e televisão nos Açores.

O problema não está nem na definição daquilo que nós queremos, daquilo que (julgo eu) os Açores querem para o serviço público de rádio e televisão. O problema não está na definição da estrutura ou do modelo de funcionamento desse serviço público de rádio e televisão. O problema é que a posição que os Açores têm manifestado, é uma posição que não tem sido acolhida por parte do Governo da República.

Vamos concretamente a esta proposta.

Já o referi publicamente, o Governo considera que esta proposta é um exercício de engenharia administrativa e de engenharia financeira, não é uma proposta que dê resposta aos problemas com que o serviço público de rádio e televisão está confrontado na nossa Região.

Se o problema do serviço público de rádio e televisão nos Açores se limitasse à questão dos recursos financeiros para os novos investimentos, e por outro lado à questão dos trabalhadores, do número de trabalhadores, bem felizes estaríamos nós, mas não se resume apenas a isso. É bem mais profundo, é bem mais grave do que apenas as questões administrativas e financeiras que se pretendem alegadamente resolver com a proposta que nos foi apresentada.

O trabalho que o Governo Regional tem feito de auscultação, desde logo dos partidos políticos (aqueles que obviamente quiseram partilhar connosco a sua apreciação sobre essa matéria), ouvindo também a comissão de trabalhadores e um conjunto de outras entidades, nomeadamente o Representante da Região no Conselho de Opinião da RTP, as reuniões que têm sido mantidas, ou pelo menos os contatos que foram mantidos com o Conselho de Opinião da RTP,

levam-nos à certeza de que esta posição, a de considerar que esta abordagem aos desafios com que o serviço público de rádio e televisão está confrontado, é uma proposta que não resolve esses desafios, não aborda esses desafios.

O Sr. Deputado na elocução que fez da posição do PPM, tece efetivamente algumas considerações, ou salienta alguns aspetos, que nós acreditamos que podem dirigir-se a esses objetivos: o papel das estruturas nas ilhas de Terceira e Horta; o papel daquilo que devem ser os representantes, não quero utilizar a palavra correspondente, mas aquilo que pode ser a participação de todas as ilhas nesse serviço público de rádio e televisão, tudo isto são aspetos que o Governo considera que estão contemplados no relatório que esta Assembleia já produziu e que o Governo assume como parte integrante desta negociação.

O momento presente caracteriza-se por quê?

Desde logo o Governo solicitará (aproveito também para dar nota pública disso) ao Sr. Ministro Poiães Maduro, a possibilidade de partilhar com o Governo dos Açores um estudo a que o Presidente do Conselho de Administração da RTP fez referência numa audição na Assembleia da República, a 13 de fevereiro, dizendo que era um estudo sobre diversas vertentes e diversas componentes do serviço público de rádio e televisão aqui nos Açores.

Portanto, achamos que temos legitimidade para aceder a esse estudo, ele pode ajudar e fazemos tenções de apresentar uma contraproposta. Essa contraproposta reiterando os aspetos que acabei de referir do ponto de vista substantivo, está aberta a qualquer modalidade que do ponto de vista do procedimento, do ponto de vista da estrutura, salvaguarde este aspeto, um centro de decisão nos Açores sobre o serviço público de rádio e televisão.

Nós ao longo deste processo tivemos já diversas apreciações quanto à proposta da criação de uma empresa regional.

Aquilo que hoje assistimos, também fruto desta proposta que foi apresentada pelo Governo da República, é a confirmação da possibilidade de existência de uma empresa regional, mas não é esta a questão. Eu tive oportunidade, há cerca de seis meses, de referir que o Governo não está acantonado numa proposta em

concreto. Nós não dizemos, queremos uma empresa regional; é uma empresa regional que nós queremos e daqui não saímos.

O que nós queremos é a definição dum futuro para o serviço público de rádio e televisão nos Açores, um futuro que tarda e um futuro que urge, por diversos motivos (por diversos motivos!). Estamos inteiramente disponíveis para abordar qualquer solução que, do ponto de vista formal da estrutura, salvguarde esse aspeto.

Consideramos que esse é o núcleo essencial, do ponto de vista da estrutura (do ponto de vista da substância remeto para o relatório que esta Assembleia aprovou),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está tudo aqui!

O Orador: ... que deve ser salvaguardado e que deve ser preservado.

Se amanhã o Sr. Ministro Poiares Maduro dissesse, porventura: olhe, eu estive a pensar melhor e afinal nós não vamos fazer nada disso. Nós vamos manter os Centros Regionais dos Açores e da RTP. Vamos dar-lhes autonomia administrativa e financeira. Vamos dar-lhes um orçamento para eles gerirem, dar-lhes um plano estratégico do ponto de vista desta envolvência substantiva da Região!

Sr. Deputado, do ponto de vista do Governo, não haveria absolutamente problema nenhum! Absolutamente problema nenhum!

A questão aqui não está nem em empresa, nem em menos empresa, está efetivamente naquilo que deve ser a definição do serviço público de rádio e televisão aqui nos Açores.

Desse ponto de vista, o Governo assume-se, como se tem assumido ao longo deste processo, como um garante do diálogo e da concertação com o Governo da República.

Mas, garante de diálogo e de concertação com o Governo da República, não pode ser prescindir daquilo que nós consideramos que é essencial.

Nós acreditamos, terminaria com esta nota, que é possível chegarmos a acordo. Por aquilo que eu conheço do Sr. Ministro acho que é um homem que, enfim, está aberto a esta concertação.

Do ponto de vista do Governo Regional nós estamos abertos a essa concertação. Concluído o calendário e analisada esta questão do estudo que o Conselho de Administração da RTP diz que tem sobre o serviço público de rádio e televisão nas Regiões Autónomas, nós acreditamos estar em condições, até lhe digo mais, não de enviar um papel, mas de nos sentarmos à mesa com o Sr. Ministro e dizer: Muito bem, quais são as diferenças que nós temos? Vamos resolvê-las.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Isso deve ser feito com a urgência que o serviço público de rádio e televisão nos Açores exige. Se for preciso levar um dia, dois dias ou três dias, eu, da minha parte, estou inteiramente disponível para isso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Mendes, permita-me que lhe dê as boas-vindas.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, devo felicitá-lo pela sua iniciativa que aqui trouxe, de trazer para o debate público e para o Parlamento, lugar por excelência onde isso deve ser debatido, o serviço público de rádio e televisão nos Açores, mais uma vez.

Devo dizer o seguinte: ouvi atentamente o que V. Exa. disse e o que disse também o Sr. Presidente do Governo.

Começo por dizer-lhe que a culpa, ou a responsabilidade, Sr. Presidente, não vem de agora. O problema em resolver isto, já tarda, como V. Exa., muito bem disse, vem detrás, pelo menos desde 2008.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mais atrás!

O Orador: Mais atrás, mas pelo menos desde 2008, quando esta Casa, a CAPAT, fez um trabalho sobre o serviço público de rádio e televisão nos Açores e produziu um relatório sobre isso.

Não foi agora que se resolveu o problema, não foi o Ministro Poiares Maduro. Não! Vem detrás, muito detrás.

Devo dizer que relativamente ao Ministro Relvas, tivemos, felizmente nessa matéria, alguma evolução pela positiva e alguma abertura ao diálogo por parte do Governo da República.

Como V. Exa. sabe é essa a nossa proposta. Nós queremos que se estabeleça um diálogo tripartido (Governo da República, Governo Regional e esta Casa) para começarmos a materializar aquilo que deve ser materializado, relativamente ao serviço público de rádio e televisão.

A começar por nós, Sr. Presidente, também lhe digo uma coisa: não há inocentes nesta história (nem no Governo, nem nos partidos do Governo ou da oposição, nem do Governo da República, nem sequer dos trabalhadores da RTP-Açores). Não há inocentes!

Quando eu ouço que não se sabe que serviço público de rádio e televisão se quer para os Açores, eu devo dizer-lhe que fico espantado ouvir isso, quando esta Casa produziu um relatório, que aqui está, um Grupo de Trabalho, um extraordinário trabalho feito por esta Casa, onde define serviço público de rádio e televisão, e mais, eu fico espantado quando há trabalhadores da RTP-Açores que não sabem que serviço público se deve ter; quando há políticos que não sabem que serviço público nós queremos para os Açores.

Está aqui tudo! Um trabalho extraordinário e que deve servir de referência.

Estão aqui as conclusões, neste relatório final. Basta ler, basta aplicar (com alguma correção, com alguma aplicação).

Portanto, não percebo o que é que falta para se dar o passo decisivo para começar a implementar o serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Tem problemas?

Há muitos anos e tem problemas de diversa ordem. É preciso ser reestruturada a RTP-Açores. Da maneira como está não sobrevive, não serve os Açores.

Nós temos que ser, absolutamente, realistas nessa matéria, Sr. Presidente do Governo.

Já vimos que uma empresa com 51/49, uma empresa com 100% pública ou até com privados. Já vimos tudo isso.

Agora, vamos começar a tomar decisões. Temos matéria suficiente para tomar decisões.

Temos matéria desta Casa e pelos vistos há um outro relatório da República. Vamos sentar-nos todos, vamos acertar posições e vamos definir aquilo que queremos para o serviço público de rádio e televisão nos Açores, com dignidade para todas as ilhas (eu também lhe chamo correspondentes, chamar-lhe-ia jornalistas em cada uma das ilhas, com os materiais técnicos adequados para servir os Açores em todas as suas vertentes, social, cultural, de proteção civil, que nós bem precisamos).

Portanto, o apelo que eu faço é que o Governo, Parlamento e Governo da República, se sentem a uma mesa e resolvam de uma vez por todas este problema, porque não foi resolvido.

Repito e termino com isto: ninguém é isento de culpas. A culpa existe há muitos anos e até agora houve uma ineficiência e um não querer resolver o assunto, ir atirando o problema para a frente. Chegou a um ponto que não é possível mais. Acho que há neste momento disponibilidade de diálogo do Governo da República ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): É verdade!

O Orador: ... para nós aproveitarmos e resolver isso de vez e envolver também a administração do Centro Regional da RTP-Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A interpelação ao Governo com que iniciámos os nossos trabalhos parlamentares, por iniciativa do PPM, sobre o futuro do serviço público de

rádio e televisão nos Açores, se outras virtudes não vier a ter daqui até ao final do debate, tem pelo menos, desde logo, do nosso ponto de vista, o mérito de nos mostrar e fazer lembrar a todos que chegamos a este ponto e podemos hoje pensar sobre o futuro do serviço público de rádio e televisão, porque não capitulamos ao longo do processo.

Não desistimos ao longo do processo apesar das pressões, apesar dos avanços e dos recuos, apesar das vozes dissonantes sobre esta matéria que se ouviram de lá e mesmo de cá. Não desistimos de fazer valer aquilo que consideramos serem os direitos dos açorianos em matéria de serviço público de rádio e televisão; aquilo que consideramos serem os interesses legítimos daqueles que em condições precárias, num clima de permanente instabilidade têm garantido, ao longo do tempo, a cobertura radiofónica e televisiva das atividades do pulsar da nossa Região.

Bom, como todos sabemos, e como o Sr. Deputado Artur Lima já disse, esta história não começou ontem, esta história é feita de um longo percurso e nem sempre esse percurso deixava antever margem de futuro.

Houve um tempo, e não foi há muito tempo, em que sempre nos quiseram fazer crer que não havia futuro sobre esta matéria ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... e que o preço de haver uma rádio e uma televisão específicas, públicas, nos Açores, era demasiado para aquilo que nós merecíamos e para aquilo que o Terreiro de Paço estava disponível para pagar.

Houve um tempo, não há muito tempo, em que era esta a narrativa e era isto que queriam que aceitássemos.

Por isso, digo eu, volto a dizer, depois da frincha da janela do Ministro Relvas, é bom agora termos a oportunidade de voltar a olhar para o futuro do serviço público, com alguma margem de tranquilidade e de esperança naquilo que podemos fazer em conjunto.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Esta era a primeira mensagem que me parece importante passar, aliás e isso deve ser dito em nome da justiça. Nota-se, da parte deste Sr.

Ministro, Poiares Maduro, uma disponibilidade e uma atitude muito diferentes daquelas que eram as do seu antecessor, o que não resolvendo nada por si só, é no entanto um bom pronúncio e permite outro clima de conversações, facilitando naturalmente o diálogo, o diálogo que parece ser um mantra (já o Sr. Deputado Artur Lima referiu isso) da oposição aqui nos Açores sobre esta matéria. Nós acompanhamos essa intenção.

De facto, diálogo, entendimento, consenso, é um espírito do qual nós partilhamos e aliás já demos boas provas disso nesta matéria ao longo dos tempos.

Fazemo-lo, contudo, na base de princípios, porque não se pode construir consenso sem haver algo em torno do quê construir esse próprio consenso. Portanto, é preciso definir que princípios base nós defendemos e de que princípios não abdicamos para criar esse consenso.

Os nossos são claros. Nós consideramos que o problema central da RTP-Açores, ao longo dos tempos, tem sido o défice crónico de autonomia de gestão e de capacidade de decisão local para definir os destinos da RTP: não se pode definir estratégia, não se pode definir investimentos, não se pode sequer fazer uma gestão corrente da RTP nos Açores, com autonomia, por aqueles que cá estão, porque Lisboa não permite, porque a administração da RTP nunca concedeu essa margem.

As sucessivas direcções da RTP nos Açores sempre reportaram este problema a esta Assembleia. Esse diagnóstico está mais do que feito. Todos nós sabemos que esta é a raiz do problema.

Portanto, qualquer que seja a solução, como muito bem deixou claro o Sr. Presidente do Governo, que não respeite este princípio, que não seja construída à volta desta reivindicação, para nós não é uma solução viável, nem deve ser defendida.

Procuramos consenso, trabalhamos com vontade de dialogar, mas este tem que ser um princípio a defender e tem que ser um princípio reconhecido como podendo ser a génese de um novo serviço público de rádio e televisão.

O que é facto é que a história nos demonstra que do outro lado, do lado de quem decide em Lisboa, sempre houve muito mais margem de tolerância, sensibilidade e de respeito para com outras realidades no universo RTP, do que propriamente com as dificuldades da RTP-Açores.

Enquanto a RTP-Açores continua a aguardar, por exemplo, para que a velhinha mesa de emissão, que está toda presa por fios, seja substituída, nós tivemos a reestruturação da RTP 2, nós tivemos a reinvenção da RTP África, nós tivemos um investimento de milhões no centro de produção do Norte.

Portanto, falta de vontade para com os outros não tem existido. Vontade para com a resolução dos problemas da RTP nos Açores tem sido mais difícil de encontrar.

É este o nosso princípio fundamental: transferência dos centros de decisão sobre a gestão e o futuro estratégico da RTP-Açores para os Açores, porque nós consideramos que o consenso é um instrumento não é um fim em si próprio.

A nossa dificuldade, porém, e com isto pretendia terminar esta primeira intervenção no debate, reside em saber como é que aqueles partidos que defendem tão abnegadamente o consenso, de que princípios é que partem? Isso era importante que ficasse claro neste debate para podermos então proceder a um diálogo mais profícuo.

De que princípios partem essa vontade e esse desejo de consenso e de diálogo do PSD e do PP, dos partidos que são Governo na República, e que cá fazem parte da oposição?

Estão o PSD e o PP disponíveis para aceitarem esta proposta concreta do Sr. Ministro Poiares Maduro?

Entende o PSD e entende o PP que ela responde aos problemas e às dificuldades da RTP nos Açores?

De que garantias é que é o PSD e o PP não prescindem para ajudar a formar um entendimento sobre esta matéria para nos ajudar a unir, para nos ajudar a resolver o problema do serviço público de rádio e televisão?

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Estas são as perguntas e as dúvidas que nos parecem importantes esclarecer de entrada neste debate para podermos então caminhar em busca desse tal famigerado e importante, no dizer dos partidos da oposição, consenso. Um consenso sem princípio é como um “vestidinho preto”. As senhores quando estão sem saber que roupa hão de levar a uma festa, pensam: “com um vestidinho preto, nunca me comprometo”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E acha que fica mal?

O Orador: Pois, o consenso sem princípios, o consenso como objetivo, é precisamente um “vestidinho preto”, enquanto eu quiser consenso eu nunca me comprometo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Terminou com o vestidinho preto!

Deputado Francisco Coelho (PS): Ponha um lacinho cor-de-rosa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A RTP-Açores tem sido um tema recorrente e inconsequente da vida política açoriana.

Aquilo que os Governos – os sucessivos governos, de lá e de cá - e os Partidos (todos os Partidos) fazem com a RTP-Açores é... ‘baralhar as cartas’ e ‘distribuir o jogo’.

Ciclicamente o tema regressa à agenda política.

Todos assumem a importância estratégica da RTP-Açores e defendem a sua manutenção;

Todos reconhecem a fragilidade atual da RTP-Açores e reclamam a sua resolução;

Mas tudo fica sempre na mesma.

Os Governos e os Partidos unem-se nos princípios, desentendem-se nos meios e separam-se nos fins. Volta tudo à ‘estaca zero’. Fica tudo em ‘banho maria’. Até um dia em que tudo se volta a questionar. Ou até ao dia em que já nada se pode fazer!

Convenhamos que já chega. Já chega de empurrar para a frente um problema que nos vai cair em cima. E já é tempo de encontrar a solução de forma verdadeiramente empenhada, suficientemente responsável e devidamente consequente.

Reafirmar que o serviço público é uma responsabilidade do Estado, como é, e depois assistir a um desinvestimento reiterado, como sempre, é fingir a solução e persistir no problema.

Os dados estão agora lançados. Passemos então das palavras aos atos.

O PSD/Açores defendeu para a televisão açoriana uma solução empresarial, com participação regional e nacional, pública e privada, incluindo a diáspora açoriana;

O PS e o Governo defenderam uma empresa 100% pública e 100% regional, que fosse gerida pela Região mas suportada pela República;

O Governo da República propõe agora uma ‘solução salomónica’:

Por um lado, assegura a manutenção da RTP-Açores como serviço público nacional de rádio e televisão na Região;

Por outro lado, possibilita a criação de uma empresa fornecedora de conteúdos audiovisuais para o canal regional, que seja participada e gerida pelos Açores, com capacidade de aceder a financiamento dos fundos comunitários.

Esta proposta aparenta três boas intenções:

- Assegura a manutenção da RTP-Açores;
- Garante a estabilidade dos seus trabalhadores;
- Permite a modernização dos meios operacionais.

Mas esta proposta suscita três consequentes preocupações:

- Que projeto está por detrás da solução?

- Como funciona e como se financia essa nova “Empresa Regional de Serviço Audiovisual”?

- Fica aplicado nos Açores, como defendemos, o montante equivalente à Contribuição Audiovisual que é cobrada na Região?

Com estas considerações e sem outras precipitações, a primeira conclusão a retirar da proposta inicial do Governo da República é muito simples: o que ela mostra é positivo; o que ela não mostra é preocupante.

A recente visita aos Açores do Ministro Poiares Maduro – mais pela abertura das declarações que proferiu do que pela insuficiência do documento que deixou – evidencia uma nova postura:

Em relação ao ministro anterior, assume a vontade de manter a RTP-Açores como canal regional e autónomo;

Em relação ao governo anterior, avança com a proposta concreta de criar condições para quebrar o ciclo de desinvestimento na televisão açoriana.

Abre-se assim uma ‘janela de negociação’ – e já não apenas uma ‘janela de emissão’ – que oferece perspectivas promissoras.

Em vez de um ‘cadafalso’, podemos ter um ‘trampolim’.

Temos é que saber ‘dar o salto’ que a RTP-Açores precisa e que a Região merece.

A Região tem que participar no futuro da RTP-Açores mas a República não se pode desresponsabilizar das obrigações nacionais de serviço público.

Afinal, há muito trabalho a fazer.

E há vontade e há interesse da sociedade açoriana e da economia açoriana participarem na solução proposta pelo Governo da República, como ainda ontem demonstrou a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Deputado André Bradford (PS): Coincidência!

O Orador: Quando a sociedade civil e a iniciativa privada estão dispostas a dar o seu contributo, os partidos políticos e os órgãos de governo próprio não podem ficar indiferentes a fingir que isso não acontece ou não tem importância. Têm a obrigação de corresponder à vontade dos açorianos se envolverem e se identificarem com o seu serviço público de rádio e televisão.

O que é preciso é ‘arregaçar as mangas’ em vez de ‘cruzar os braços’ ou apenas ‘bater o pé’.

O que é importante é que a proposta apresentada possa ser aproveitada, aperfeiçoada e potenciada. Que seja uma oportunidade a favor dos Açores. Para encontrar uma solução e não para agravar um problema.

Para isso, devemos ultrapassar as nossas diferenças e apostar no que nos une.

Se estamos ‘todos no mesmo barco’, temos que ‘remar todos para o mesmo lado’.

Isto é válido para a concertação dos Partidos nos Açores, mas é também indispensável para a negociação entre os governos da Região e da República.

O apelo do PSD/Açores nesta interpelação parlamentar ao Governo Regional – que é dos dois governos o que responde perante este Parlamento – é para que aproveite a presente oportunidade negocial, com diálogo verdadeiro e cooperação consequente, para decidir em vez de fingir e para resolver no lugar de adiar.

A proposta e a abertura do Governo da República são uma oportunidade.

A responsabilidade e a capacidade do Governo da Região são um desafio.

A negociação que se impõe – e que não deve decorrer de costas voltadas para o Parlamento dos Açores – vai agora testar a boa-fé da República e demonstrar a boa-fé da Região.

Nesta ‘questão de regime’ autonómico, como bem disse o Presidente Duarte Freitas, o PSD/Açores não está do lado de um governo ou do outro. Está do lado da RTP-Açores e, sobretudo, está do lado dos Açores.

Se estivermos todos assim, nesta casa e fora dela ‘levaremos o barco a bom porto’!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Antes de mais gostaria de agradecer os desejos de boas-vindas que me foram direcionados ao longo destes últimos dias.

Indo à matéria em causa, o BE tem dúvidas acerca daquilo que poderão ser as reais pretensões, quer do Governo Regional, quer do consenso que tem sido referido aqui, ao longo deste debate.

Temos dúvidas, porque consideramos que não está em causa somente o futuro do serviço público de rádio e televisão, mas também o futuro da divulgação e oportunidade de enriquecimento cultural dos açorianos e açorianas.

Gostaríamos de saber se este Governo Regional ambiciona um serviço público de rádio e televisão que sirva, de facto, de bitola da qualidade na produção de conteúdos e sobretudo na isenção no que diz respeito à informação.

Para o BE a RTP-Açores deverá permanecer pública, no quadro do universo RTP; deverá ter um carácter generalista e deverá também ser um fator de coesão numa região ultraperiférica como a nossa.

A proposta apresentada pelo Ministro Poiares Maduro, não cumpre o preceito constitucional das tarefas fundamentais do Estado e pelo que tenho assistido este consenso, que vai sendo criado de forma silenciosa ou pelos não ditos aqui neste debate, não tem causado estranheza a violação, na nossa perspetiva, daquilo que são as tarefas fundamentais do Estado e que estão garantidas no art.º 9º. da Constituição da República Portuguesa.

Passo a citar o art.º 9º., alínea g): “Promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, tendo em conta designadamente o carácter ultraperiférico dos arquipélagos dos Açores e da Madeira”.

Ora, temos aqui um Governo Regional, o PS, pelo que entendo também o PSD e até o próprio PPM, que claramente estão dispostos a abdicar desta tarefa fundamental do Estado. Não lhes causa qualquer estranheza.

Aliás, o Sr. Presidente do Governo Regional até reafirmou que estaria disposto e disponível para reunir com o Governo da República para negociar a partilha de uma responsabilidade que deveria ser inteiramente do Estado.

Portanto, para nós o serviço público de rádio e televisão é fundamental para a nossa Região, ainda mais premente para as ilhas da coesão.

Se não fosse a RTP-Açores, quem conheceria a realidade daquilo que se faz, mesmo em termos culturais e informativos, em ilhas como as Flores, o Corvo, a Graciosa, S. Jorge, o Pico, até mesmo o Faial e a Terceira? Não haveria uma verdadeira coesão.

Por isso não podemos esperar que seja o mercado, com todas as suas vicissitudes, a garantir a coesão da nossa realidade arquipelágica, porque para o mercado é muito caro ter, por exemplo, um simples correspondente, ou um jornalista em Santa Maria, ou no Corvo, ou nas Flores ou na Graciosa.

Portanto, o PS nas últimas eleições regionais, abriu a “Caixa de Pandora” ao assumir que não teria qualquer problema, antes pelo contrário, até gostaria de financiar a RTP-Açores, logo que mantivesse uma posição majoritária, porque “quem paga, manda”.

Como “quem paga, manda”, não podemos dessa forma garantir, por exemplo, uma verdadeira isenção da informação.

Portanto, para nós o fundamental não é quem manda, mas sim quem defende um serviço público de rádio e televisão de qualidade e com a informação isenta.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Gostaria de começar por saudar, desde logo, o Deputado Paulo Mendes pelo seu assento nesta câmara e desejar-lhe as maiores felicidades.

Depois saudar o Deputado Paulo Estêvão por esta interpelação.

Relativamente à matéria que estamos a discutir, gostaria de começar por dizer, relativamente à questão do conceito de serviço público de rádio e televisão nos Açores, que esta câmara não só o tem trabalhado no seio da Comissão competente, como tem suficientemente trabalhado num estudo que foi produzido por um Grupo de Trabalho, nomeado e mandatado por esta câmara e

que já hoje aqui foi referido, designadamente pelo Deputado Artur Lima, mas não só, penso que o Sr. Presidente do Governo Regional também o referiu.

Relativamente à proposta que o Governo da República apresentou, por via do Ministro Poiães Maduro, dizer o seguinte: não é aceitável! Não é aceitável porque divide aquilo que deve ser, no nosso entender, a RTP-Açores.

Afirmar também uma questão, que é uma questão de princípio do PCP, relativamente a esta questão e que veio sendo reiteradamente afirmada no seio da CAPAT ao longo da última legislatura e já nesta legislatura.

Esta responsabilidade é do Estado e não podemos abdicar, na opinião do PCP, deste princípio, sob pena de que à medida que o Governo da República vai-se demitindo, à medida que o Governo da República vai negligenciando as responsabilidades e as competências constitucionais que tem para com a RAA, e a Região vai assumindo essas responsabilidades financeiras para si, à medida que estivermos a fazer isso, estamos com certeza a prejudicar aquilo que é o nosso futuro, designadamente, retirando recursos financeiros que são parcos, para substituir o Estado em competências que são do próprio Estado.

Por outro lado, chama-se agora o centro de decisão, que deve estar nos Açores. Sim, o centro de decisão deve estar nos Açores.

Também de forma reiterada, no seio da CAPAT, a Representação Parlamentar do PCP, veio desafiando os outros partidos para a necessidade de se fazerem as devidas alterações para que fosse concedido ao centro regional da rádio e televisão pública (porque também é de rádio que estamos a falar, não é de televisão apenas!)....

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A rádio presta um serviço público imprescindível às nossas populações.

Não podemos falar e discutir este assunto apenas pensando na televisão. A rádio também tem problemas que podendo não ser tão graves como os problemas da televisão, também os tem: tem-nos ao nível de falta de jornalistas; tem ao nível de deficiência de instalações e de cobertura regional, sabendo-se até que a rádio

em situações de catástrofe tem um papel muito mais importante do que a própria televisão.

Voltemos à questão do centro de decisão nos Açores.

A Representação Parlamentar do PCP, de forma reiterada, veio afirmando a necessidade de que fosse ganha, para a rádio e televisão públicas nos Açores, a necessária autonomia administrativa e financeira, de onde decorre a autonomia editorial. Como sabemos essa autonomia editorial é condicionada exatamente porque o centro regional da rádio e da televisão não tem esta autonomia financeira e administrativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Aí não é! Pergunta ali ao Bradford que ele sabe!

O Orador: Haverão com certeza outros motivos que condicionam as questões editoriais da rádio e da televisão, mas esta, na nossa perspetiva, é fundamental, sem que esse centro de decisão que agora Vs. Exas. adotaram com uma nova designação, o centro de decisão açoriano, não é mais nem menos do que a necessária autonomia administrativa e financeira que permite depois ter autonomia editorial.

Assim, sim, teremos na Região um serviço de rádio e televisão pública como deve ser.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como deve ser é uma sigla muito engraçada!

O Orador: Como deve ser?

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

Está a ver Sr. Deputado pode aproveitar a ir para um dos seus *sound bites*.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já aproveitei!

O Orador: Portanto, é disso que se trata e eu não deixei, com certeza, de registar até de forma positiva, que essa, na perspetiva do Sr. Presidente do Governo Regional, pode ser uma solução.

Mas não posso deixar de dizer o seguinte ao Sr. Presidente do Governo Regional, lembrando que foi durante 2012, em plena pré campanha, que o PS acabou por alterar a posição que tinha relativamente às questões do serviço público de rádio e televisão nos Açores, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso aconteceu em 75, Sr. Deputado!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): E?

O Orador: ... porque o PS, e é fácil de verificar através dos relatórios da CAPAT que analisaram estas questões, manteve sempre esta posição, uma posição coincidente ou não com a do PCP, ou eventualmente se quisermos pôr as questões doutra maneira, o PCP tinha uma posição coincidente com a do PS (como quiserem).

Mas a verdade é que foi durante a pré campanha em 2012 que o PS através do então Deputado e candidato, Vasco Cordeiro, resolveu alterar a sua posição relativamente às questões do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Isso, Sr. Presidente, como já aqui foi referido anteriormente, foi na opinião do PCP um erro político que vamos pagá-lo, ou que estamos a pagar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E soluções, Sr. Deputado?

O Orador: Julgo, Sr. Presidente que uma vez que não fecha, ou não fechou, pelo que afirmou agora, a possibilidade de que o Estado tem de garantir e tem de garantir isto com a necessária autonomia administrativa e financeira, pois muito bem Sr. Presidente do Governo, é essa a posição que a Região, na opinião do PCP, deve ter para garantir a salvaguarda dos interesses não só dos trabalhadores da rádio e televisão públicas nos Açores, mas a garantia de um serviço de audiovisual público com qualidade na RAA.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma saudação muito rápida e especial ao Sr. Deputado Paulo Mendes, um desejo de que tenha as maiores felicidades no desempenho do seu cargo.

Como aqui já vimos há uma coincidência no diagnóstico sobre a RTP-Açores. Aqui não há dúvida nenhuma.

Se há coincidência no diagnóstico por que é que não encontramos uma solução? Efetivamente, e no caso do PS, ainda estamos aqui a negociar porque não abdicamos de princípios fundamentais que já foram aqui referidos no caso da RTP-Açores, como por exemplo um centro local de decisão, mas não abdicamos de princípios fundamentais que não têm a ver apenas com a RTP-Açores.

Eu relembra aqui as declarações do Presidente do Governo, quando em 27 de novembro do ano passado, no âmbito da discussão do Plano perguntou: “Será que a autonomia é a forma dos açorianos pagarem aquilo que compete à República, mas que ela se recusa a pagar?”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é a prova de que não querem conversar!

O Orador: Perguntava mais o Presidente do Governo: “Não está em causa aquilo que é o interesse específico dos Açores, mas sim se a autonomia deve ser o pretexto para que os açorianos paguem aquilo que sendo da responsabilidade da República ela se recusa a assumir”.

Este é um princípio fundamental; é um princípio que cabe à República assegurar o serviço público de rádio e televisão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): “Bom dia!”

O Orador: A Região, sabendo que esse serviço público é fundamental para os açorianos, tem colaborado com a República, tem feito inúmeros investimentos ao longo dos anos e através dos diversos Governos Regionais, na rede de emissão, na compra de equipamentos e até na compra de edifícios, que depois a RTP decide vender não transferindo um cêntimo para o orçamento da RTP-Açores, ficando com todas estas verbas.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: O serviço público de rádio e televisão é de facto fundamental para os Açores e justifica que trabalhemos, como disse o Deputado José Andrade, todos juntos para ultrapassar as divergências.

O Deputado José Andrade referiu que esta proposta do Governo da República apresentava uma solução salomónica e disse até que o que esta proposta mostrava era positivo, o que ela escondia ou não mostrava era preocupante.

Pois, eu penso que a proposta agora apresentada pelo Governo da República, não garante na prática os princípios fundamentais de que não devemos abdicar, por exemplo: a autonomia de gestão e o centro de decisão local da RTP-Açores; não faz qualquer referência ao destino da receita da taxa audiovisual paga nos Açores; não se estabelece, nem ao menos se prevê um plano de investimento a médio prazo em infraestruturas e equipamentos de que a RTP-Açores tanto carece.

Esquece, para não dizer que contraria, o princípio constitucional de que o Estado é que tem incumbência de garantir um serviço público.

Mas apesar de tudo isto o Governo Regional está de boa-fé e como disse o Sr. Presidente do Governo fará todos os seus esforços e está disponível para encontrar uma solução para a RTP-Açores. Para isso já há muito trabalho feito, como aqui foi referido pelos diversos Grupos Parlamentares e pelo próprio Presidente do Governo, nesta Casa.

Agora, há princípios fundamentais de que não podemos abdicar e esses têm a ver, como aqui já foram referidos, com o futuro da RTP-Açores, com o princípio que é o Estado que tem a responsabilidade última de assegurar esse serviço e com o facto desta proposta também do ponto de vista prático ser uma proposta ingovernável ou inviável, porque esta proposta a ser concretizada, a RTP ficaria com a informação, com os emissores e com o arquivo e a outra empresa, dita, de conteúdos não informativos ficaria responsável por conteúdos não informativos, como a própria palavra diz, e ficaria responsável também pelos equipamentos, pelo pessoal técnico, etc.

Como é (e quem sabe o que é fazer televisão percebe) possível fazer televisão com esta divisão, digamos assim, de competências e de atribuições dentro de uma empresa?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado André Bradford, não tive o gosto de o ouvir até ao fim, tive que sair, culpa minha naturalmente, mas foi-me transmitida a sua intervenção.

Sr. Deputado, tem andado distraído! Não sabe quais são os princípios e os conceitos que o CDS defende?

Deputado André Bradford (PS): Não tinha percebido!

O Orador: Tem andado distraído! Recomendo que tenha um bocadinho mais de atenção nessa matéria, porque se há alguém que tem tido princípios e conselhos, opinião sobre a matéria do serviço público da televisão e da rádio nos Açores, é o CDS.

Deputado André Bradford (PS): Não parece!

O Orador: Tanto tem sido que até penalizado e perseguido já foi pela RTP-Açores. Temos tido opinião nessa matéria e devo dizer-lhe que nos últimos anos foi talvez o único partido que teve um Congresso que não teve cobertura da RTP-Açores.

Portanto, V. Exa. anda muito esquecido!

Os princípios, Sr. Deputado, são uma informação séria, rigorosa, um jornalismo sério, rigoroso e isento.

O senhor concorda com esse princípio?

Deputado André Bradford (PS): Claro que concordo!

O Orador: Os princípios do CDS, Sr. Deputado,... Eu nunca tive o gosto de controlar um alinhamento de um telejornal. Não sei como é que se faz a partir dum qualquer palácio.

Deputado André Bradford (PS): Nem eu!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas gostava!

O Orador: Nunca tive esse gosto. Não sei como é que se fazem esses alinhamentos.

Concorda com esta isenção, Sr. Deputado André Bradford?

Deputado André Bradford (PS): Concordo!

O Orador: Então, Sr. Deputado André Bradford,...

Deputado André Bradford (PS): Mas isto é uma interpelação ao Deputado André Bradford?!

O Orador: ... concorda com a autonomia editorial das delegações da Horta e de Angra?

Concorda ou não concorda?

Deputado André Bradford (PS): Concordo com a autonomia editorial de tudo!

O Orador: Vamos aos princípios: concorda com a autonomia editorial? O senhor fez referência à minha intervenção, e bem. Eu agora estou a fazer à sua e muito bem, para não irmos a mais.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem! Quem diria? Muito bem... é como quem diz!

O Orador: Sr. Deputado há aqui um documento que as pessoas estão a esquecer-se de discutir, que é assinado por V. Exa. quando era Chefe de Gabinete dali do Sr. Presidente do Governo, que é uma proposta do Governo Regional dos Açores para um serviço público de rádio e televisão na Região. Está aqui! Quer discuti-la?

Deputado André Bradford (PS): Claro!

O Orador: O senhor acha esta barbaridade? O senhor concorda com isto? É o conselho de administração dessa nova empresa que os senhores propõem, que agora não querem.

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não!

O Orador: Vejam bem! Atentem bem nisto: “é o conselho de administração dessa nova empresa que deverá organizar tecnicamente o serviço público (o serviço público!) de rádio e televisão nos Açores.”

Deputado André Bradford (PS): Sabe para que é que existe a administração da RTP?

O Orador: “É o conselho de administração de uma empresa que o deverá organizar, após respetiva definição pela sua missão no Parlamento”.

O senhor quer discutir isto? Quer discutir o pessoal?

Deputado André Bradford (PS): Então para que existe um Conselho de Administração da RTP?

O Orador: Não, não. O serviço público não é um conselho de administração que eu defino.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sr. Deputado Artur Lima...

O Orador: Diga Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Leia lá!

O Orador: Já li. O senhor ouviu. “Organizar tecnicamente ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Depois de...

O Orador: ... após respetiva definição da sua missão pelo Parlamento dos Açores”.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Ah!

O Orador: Ah!... Sim! Sim!

Eu li tudo. O Sr. Presidente ouviu.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Acontece a todos!

O Orador: Não. Não. O senhor ouviu o que eu li. Ouviu!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Tanto ouvi que pedi para o senhor repetir!

O Orador: Exatamente! Isso mesmo. Mas eu li até o fim. O Sr. Deputado Berto Messias é que estava distraído, não ouviu tudo.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Está sempre, aliás como sempre.

Mas há mais. Podíamos continuar a ver por aqui abaixo.

O Sr. Deputado concorda ou não concorda?

Com o pessoal... o senhor pronunciar-se outro dia, também foi engraçado.

Os senhores dizem aqui: “os recursos humanos da empresa regional serão recrutados através de nova contratação, segundo a decisão técnica do conselho de administração da empresa regional”.

Pronto. O que não serve a República, que fique.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): E ainda a propósito de recursos humanos?

O Orador: O que não serve na alínea b), a República que fique. Os senhores lavam as mãos.

É nisso que os senhores querem chegar a entendimento, Sr. Deputado?

Deputado André Bradford (PS): Não me parece!

O Orador: Pois não lhe parece, exatamente! Não lhe parece como não parece aos outros.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O que é que diz o resto dessa alínea que o senhor leu? “Privilegiando os atuais recursos humanos da RTP”.

O Orador: Oh Sr. Presidente, o senhor a seguir vai levantar-se e vai ler essa alínea.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): “...privilegiando os recursos humanos da RTP-Açores!”

O Orador: Mais: o Sr. Deputado Bradford vai fazer o favor de puxar a sua memória, a sua boa memória (quando quer, que a tem), para ver que em 2008 (se o senhor não sabe as posições do CDS eu tenho que as lembrar), nesta Casa (estava o senhor ali), há um Projeto de Resolução, proposto pelo CDS. O senhor também pode ir ler e lá tem a nossa opinião.

Portanto, a nossa opinião é claríssima há muitos anos.

Não percebo os princípios definidores, Sr. Deputado, do serviço público?

Estão aqui neste relatório que foi feito por esta Casa. Está lá tudo: como se organiza o serviço público, aliás em diversas plataformas de rádio e televisão, está tudo lá.

Os senhores querem pegar nesta proposta e ser esta a proposta dos Açores ao Governo da República?

Aliás o Sr. Ministro tem esse relatório, que o CDS fez questão de entregar, aquando da visita ao Sr. Ministro Poiães Maduro. Tem este relatório!

Querem assumir como proposta da região o relatório feito e aprovado por unanimidade por esta Casa?

É essa a pergunta que fica.

Sr. Presidente do Governo, está disponível para isto?

Vamos começar, como dizia ali o Sr. Deputado Pedro Moura, em dar passos para concretizar as coisas. Se for assim em 2008 empurrámos com a barriga para a frente; em 2009 a mesma coisa; 11, 12, 13, por aí fora, e já vamos neste ano.

Portanto, queremos materializar, concretizar uma proposta? Temos uma feita por esta Casa e votada por unanimidade. Quem a quer esquecer ou minorizar, então aí assumam as responsabilidades.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer o nosso intervalo.

Regressamos às 12 horas.

Eram 11 horas e 28 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional – 20 minutos;

PS – 19 minutos e 30 segundos;

PSD – 15 minutos e 15 segundos;

PPM – 21 minutos;

CDS-PP - 2 minutos;

BE – 5 minutos e 30 segundos;

PCP – 2 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Estava inscrito o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu volto ao debate para que não fique a ideia de que o PS evitou pronunciar-se diretamente sobre a proposta em apreciação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: Fi-lo indiretamente na minha primeira intervenção, mas desta vez posso ser um pouco mais concreto, aliás, um pouco nos termos do contributo escrito que o PS ontem enviou à Presidência do Governo, respondendo assim à solicitação que nos foi efetuada e que outros partidos também o fizeram. Aliás, ficámos a saber pelo Sr. Presidente do Governo que o BE também enviou um contributo, assim como o CDS-PP.

Estranho (e aqui se me permite Sra. Presidente abro um parêntesis) que nesse elenco de partidos, de boa vontade e que procuram consenso, que enviaram pareceres à Presidência do Governo, ou contributos escritos, não constar o PSD. Estranho porque assim também se foge a consensos e estranho ainda mais porque há uma declaração do Sr. Deputado Duarte Freitas, na qualidade de Presidente do PSD-Açores, de 22 de abril passado, em que dizia que tinha sido convidado pelo Governo Regional a pronunciar-se por escrito sobre a proposta e que naturalmente enviaria o seu contributo escrito e que o fazia de boa-fé com o espírito de cooperação e diálogo que gostaria de ver existir nesta matéria.

Pois, tinha sido uma ótima oportunidade para o PSD confirmar esse espírito de colaboração e diálogo que tem apregoado como sendo o seu.

Bom, mas não sendo assim vamos à matéria em concreto e à posição do PS sobre a proposta que o Sr. Ministro Poiares Maduro entregou à Região.

Eu não sei se os Srs. Deputados comungam desta minha opinião mas aquilo que vem na proposta do Sr. Ministro Poiares Maduro, é aquilo que já existe na RTP-Açores.

A RTP-Açores, tal como existe desde que se aplicou a concentração do horário e a emissão numa determinada faixa horária diária, já é aquilo que consta da proposta.

É um canal que produz conteúdos exclusivamente informativos e que abdicou de produzir conteúdos não informativos, bem como de os adquirir no mercado existente, ou seja, a estrutura que se pensa naquela proposta que venha a ser a da RTP-Açores, a sua funcionalidade é aquela que já é desde que o Ministro Miguel Relvas decidiu concentrar o horário de emissão da RTP.

Portanto, dizer-se que se vai separar a informação da produção de conteúdos, ficando esta última função a cargo de uma nova empresa regional, é apenas encomendar a produção de conteúdos à Região, a dizer: “o que nós garantimos (nós, República; nós, RTP, S.A) é a produção informativa, ficamos com os meios humanos adstritos a esse tipo de função e os restantes meios humanos, os senhores façam favor de pegar neles e produzirem os conteúdos que entenderem para encherem a antena da maneira que acharem mais viável”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não escreve isso na sua proposta!

O Orador: Portanto, não é mais nada do que aquilo que já existe agora, sendo que a novidade, se assim se pode dizer, é que a RTP prescinde oficialmente de recorrer ao mercado de produtoras audiovisuais dos Açores, que existe, que sempre funcionou, ao qual ela sempre recorreu no passado e encomenda essa função a uma empresa que, gerida eventualmente pela Região, encarregar-se-á de cumprir essa missão.

Além de ser um desvirtuar do mercado existente e possivelmente se fosse posto em prática, o condenar de uma série de empresas que exercem a sua atividade na Região, essa proposta tem um problema, é que diz à Região que ela deve exercer uma determinada função para a qual ela não se predispôs a fazer, a trabalhar.

Portanto, desse ponto de vista, não vemos grande possibilidade, sequer prática, de se concretizar um modelo desta natureza.

Todos sabemos, e aqui já o dissemos de várias formas, que o problema da RTP-Açores não tem nada a ver com a produção de conteúdos não informativos.

O problema da RTP-Açores é um problema de capacidade de gestão autónoma, é um problema de se decidir cá (com proximidade, com conhecimento e

sensibilidade para as realidades locais, com valorização das nossas especificidades) a forma de funcionar do serviço público de rádio e televisão.

Não tem nada a ver com fazer mais um programa, menos um documentário ou mais dois programas de entretenimento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: O problema da RTP-Açores é de gestão e isso pode resolver-se de uma série de formas, mas não desta que a proposta do Sr. Ministro Poiares Maduro sugere.

Também nos parece claro que esta proposta tem um outro problema: exige para a RTP-Açores, exige para o serviço público de rádio e televisão na RAA, aquilo que não exige e que não existe na RTP a nível nacional.

Vejamos: a preocupação principal do Sr. Ministro parecer ser a autonomia editorial.

Como é que se consegue autonomia editorial?

Diz o Sr. Ministro que é separando a informação da produção de conteúdos e garantindo que a RTP é responsável pela produção de informação.

Assim, estamos todos bem! Há muita autonomia editorial e há independência jornalística e há tudo o que é de bom e de ideal na função jornalística.

Pois, o problema é o seguinte, Srs. Deputados: é que a nível nacional a estrutura de informação da RTP é exclusivamente de nomeação política pelo Governo. Seja qual for o Governo da República, nomeia a administração da RTP e a administração da RTP escolhe o diretor de informação e toda a hierarquia de informação.

A nível regional, com a proposta que nós temos, compete a esta Assembleia, pluralista, representativa de vários interesses políticos, encontrar uma maioria de dois terços que viabilize uma administração que depois então sim, ela nomeará os responsáveis da informação. Mas ela surgiu de um debate plural e de uma decisão que tem que ser tomada por dois terços.

Então quem é que garante melhor a autonomia editorial? É essa proposta do Sr. Ministro Poiares Maduro que quer pôr o Governo da República a nomear diretamente os responsáveis da informação? Ou é a nossa proposta que diz que

tem que ser esta Assembleia, com a representação dos vários partidos, a escolher os responsáveis de informação da RTP?

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vários partidos! Dois terços!

O Orador: Uma falácia absoluta e uma pretensão que não pode ser aceite por aqueles que pretendem continuar a defender os interesses autonómicos.

Do mesmo modo que a RTP a nível nacional tem agregada, na mesma direção de serviços, a informação e a produção de conteúdos, porque assim é que faz sentido, assim é que é possível pôr em prática, para os Açores quer separar a informação da produção de conteúdos, entregando a produção de conteúdos à Região e “os senhores façam com isso o que entenderem”.

Ou seja, aquilo que o Sr. Ministro defende para se pôr em prática na RTP é precisamente aquilo que a RTP não faz na sua própria casa a nível nacional.

Isso revela uma grande incongruência e deve ser também aqui destacado e assinalado como facto que não contribui para uma avaliação positiva da proposta do Sr. Ministro.

Mais uma questão que me parece importante salientar: vamos imaginar que esta proposta era posta em prática.

Teríamos uma RTP-Açores que só tinha informação; teríamos uma RTP-Açores com metade dos funcionários, sensivelmente; teríamos uma RTP-Açores com uma rede de emissores e um arquivo próprio e teríamos uma RTP-Açores com o mesmo património móvel e imóvel, com menos um contrato de aluguer, que o Sr. Ministro também faz o favor de nos ceder.

Curiosamente esse contrato de aluguer diz respeito ao estudo de informação. Ou seja, a empresa regional não faz informação, mas fica a pagar a renda de estúdio onde se faz informação, coisa que não faz sentido nenhum.

Mas imaginemos esta RTP posta em prática. Era melhor? Estariam desta forma resolvidos os problemas do serviço público de rádio e televisão nos Açores? Se esta empresa com estas características passasse a existir, acabavam-se os problemas de equipamento obsoleto, de instalações completamente degradadas,

de falta de recursos humanos, de falta de capacidade de emissão? Estaria desta forma tudo isto resolvido?

Obviamente que não.

Portanto, esta proposta não serve de maneira nenhuma para resolver o problema criado na RTP-Açores ao longo dos tempos, e aí partilhamos todos, estou certo, dessa convicção.

Gostava também de aproveitar esta intervenção para esclarecer algumas das questões que os Srs. Deputados Artur Lima e José Andrade levantaram nas suas intervenções.

O Sr. Deputado Artur Lima dedicou boa parte da sua intervenção a interpelar-me diretamente sobre aquilo que eu, eventualmente, no passado terei defendido ou dito.

Fez algumas citações do documento que sintetiza a posição da Região, na feitura do qual eu participei nas anteriores funções que tinha e deixou no ar uma ideia que eu não posso deixar de esclarecer porque não é verdadeira, a ideia de que a nossa proposta de então ou a proposta existente na altura, defendia que os recursos humanos da RTP seriam cedidos pela nova administração...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está escrito!

O Orador: ... e que aqui estaria eventualmente encapotado um processo de despedimentos, etc.

O que o documento diz não é isso. O Sr. Deputado leu uma parte, mas não quis ler o resto do parágrafo.

O que se diz no documento é que “os recursos humanos desta empresa regional que o Governo Regional defende serão recrutados através de nova contratação, segundo decisão técnica da administração da empresa regional”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: Isso foi o que o senhor leu, mas esqueceu-se de ler o que está para além da vírgula...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não me esqueci nada!

O Orador: ... que é “privilegiando...”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Privilegiando!

O Orador: ... os recursos da atual RTP, RDP-Açores”.

O que isto significa é que a nova empresa a criar iria, em primeira instância, absorver os recursos humanos da RTP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Privilegiando!

O Orador: Portanto, não há aqui nenhuma tentativa encapotada de despedir ninguém.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há, há!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é encapotada, é bem clara!

O Orador: Aliás, sabe onde é que há uma tentativa encapotada de despedir pessoas? Sabe onde é que há?!

Na proposta do Sr. Ministro Poiares Maduro!

Ali, sim, se vislumbra uma tentativa encapotada de empurrar metade dos funcionários da RTP para a rua, ou então empurrar o problema de metade dos funcionários da RTP para cima da Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor acha que alguns devem ir para a rua!

O Orador: Aí sim, aí estamos de acordo. Aí o senhor encontra claramente uma tentativa de empurrar recursos humanos pela porta fora da RTP.

Em relação ao Sr. Deputado José Andrade, devo dizer que fiquei de certa forma perplexo com algumas coisas que o Sr. Deputado disse.

Primeiro, porque para quem não enviou contributo escrito, o senhor tinha um contributo muito válido.

Se isso tivesse sido transformado num contributo do PSD e enviado em tempo útil para a Presidência do Governo, pois teria sido bastante relevante.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor não fale daquilo que não sabe!

O Orador: Em segundo lugar, porque parece-me que há um erro de análise do Sr. Deputado.

Eu não sei onde é que o senhor viu virtudes naquilo que se diz no documento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor era Chefe de Gabinete. Estava mais bem informado!

O Orador: Não consigo encontrar essas virtudes. Comungo da sua preocupação quanto ao que não se diz, é verdade, mas não consigo encontrar nenhuma virtude.

Até parece-me, e permita-me essa sinceridade, que há da sua parte um certo deslumbramento com o documento,...

Deputado José Andrade (PSD): Não!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... naquela atitude típica da pessoa que não esperava nada e até ficou muito satisfeita que o colonizador tivesse dito: “olhem, fiquem lá com a RTP-Açores, porque os senhores vão ter uma RTP”.

Portanto, não é esse o espírito, do nosso ponto de vista, que nos deve animar na prossecução do interesse da Região nesta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eh! Onde isso já vai!

O Orador: O que nos deve unir é a preocupação de garantirmos com maior ou menor participação, em termos concretos e financeiros, do esforço da Região, com a garantia segura de que a receita por via da contribuição audiovisual paga na Região, será receita própria desta nova empresa.

Com esse tipo de garantia, com esse ânimo e essa preocupação, contribuir para a busca de uma solução.

Sobre algo de mais que se possa acrescentar a este debate, tenho impressão, por aquilo que pude assistir, e já termino Sra. Presidente, que o Sr. Deputado Artur Lima será eventualmente capaz de nos trazer alguma informação adicional, uma vez que tive oportunidade de constatar, pelas imagens televisivas e pelas fotografias, que o Sr. Deputado Artur Lima acompanhou o Sr. Ministro Poiares Maduro na visita à delegação da RTP Angra. Portanto saberá eventualmente mais coisas do que aquilo que disse e saberá eventualmente alguma coisa que pode ajudar no nosso debate e na procura de um consenso.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quero é saber se o senhor é contra o centralismo! Disso o senhor não fala! E a autonomia editorial?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Gostaria de reafirmar que o BE, aliás à semelhança do Governo e do PS que agora fechou a “Caixa de Pandora” que outrora teria aberto, reafirma a sua posição de que a RTP-Açores deverá manter-se dentro do universo da RTP, mas sempre (aliás em concordância com o que foi agora reassumido pelo Governo Regional) com a devida autonomia financeira, administrativa e editorial.

Além disso, ter uma posição dura e forte de rejeição a uma contínua sabotagem materializada do desinvestimento contínuo que tem sido feito à RTP-Açores.

Aliás, é esse desinvestimento que tem de alguma forma contribuído para a visão que o público, os açorianos e açorianas têm acerca da RTP-Açores, das queixas que são feitas em relação à qualidade do serviço da RTP-Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As queixas não são essas! As queixas são do centralismo!

O Orador: Essas queixas não são mais do que a consequência desse desinvestimento que já dura há décadas, desinvestimento quer em termos técnicos, quer em termos de recursos humanos.

Qualquer divisão, ou qualquer tentativa de dividir a RTP-Açores, será sempre entendido e terá sempre como consequência um subterfúgio para despedimentos, que o Governo da República não quererá neste momento assumir.

Portanto, entendemos que deveremos rejeitar qualquer proposta de divisão da RTP-Açores em pacotes, sejam eles para produção de conteúdos, sejam eles para produção de informação.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na sequência das duas intervenções aqui proferidas pelo Sr. Deputado André Bradford, o PSD quer prestar-lhe um esclarecimento, dar uma resposta e fazer uma pergunta.

O esclarecimento tem a ver com a crítica que nos foi dirigida de que não teríamos formalizado o nosso contributo na data indicativa de ontem.

Pois é bom saber que nós estamos a auscultar e a visitar todas as partes interessadas neste processo.

Na sequência daquilo que já se fez ainda esta semana, reuniremos com a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada; ainda esta semana visitaremos a delegação da Horta da RTP e sobretudo valorizamos a primazia deste debate que acontece no Parlamento dos Açores.

Na sequência de tudo isso formalizaremos o nosso contributo junto da Presidência do Governo. Aliás esta situação já é do conhecimento da Presidência do Governo, embora não seja do conhecimento ainda da bancada do PS.

Deputado André Bradford (PS): Nem podia ser!

O Orador: Nós nunca deixamos de dar o nosso contributo, mesmo quando o PS e o Governo se limitam a criticar o contributo que prestamos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores não deram um contributo, a questão é essa!

Podemos criticar a falta de contributo. Nunca podemos criticar o contributo, porque os senhores ainda não deram!

O Orador: A resposta que se impõe relativamente à questão que nos coloca o Sr. Deputado André Bradford, sobre qual é afinal a posição do PSD-Açores relativamente ao futuro da RTP-Açores.

Nada mais fácil de responder: a posição do PSD-Açores está desde sempre no programa eleitoral apresentado pelo PSD aos açorianos nas últimas eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ao contrário do

que acontece com o PS que apresentou um programa eleitoral de Governo, que não tem uma palavra sobre o futuro da RTP-Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Depois do esclarecimento e depois da resposta, finalmente a pergunta.

A pergunta é questionar o Sr. Deputado André Bradford sobre aquilo que fez ou não fez quando era secretário Regional, com a tutela da comunicação social, para resolver o problema da RTP-Açores, junto do Governo Socialista do camarada José Sócrates?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não lembres isso!

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Pelos vistos, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando estava no Governo, o Sr. Deputado André Bradford andou sempre de “vestidinho preto”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): Não está mau!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Longe de mim querer que este debate se torne num debate sobre o que fez ou não fez,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito longe de si!

O Orador: ... faz ou não faz, diz ou não diz, o deputado fulano tal, em vez de ser sobre o futuro da RTP-Açores, matéria que me preocupa de sobremaneira,

preocupa esta bancada e para o qual nós estamos aqui disponíveis para encontrar soluções.

Mas, sendo que a oposição (alguma oposição) acha que recorrendo à figura da interpelação individual ao deputado fulano tal esconde as suas insuficiências e o não respeito pelos prazos, transforma prazos obrigatórios e indicativos,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prazo obrigatório! Era o que faltava!

O Orador: ... finge que afinal está a fazer um trabalho magnífico e que não tem nada que entregar documento nenhum, pois se eu sirvo para isso, esteja à vontade Sr. Deputado, estou aqui com o peito aberto e muita vontade de responder ao Sr. Deputado.

(Apartes dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado André Bradford continue a sua intervenção.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Há alguma excitação na bancada do PSD, mas presumo que com calma a gente chega lá.

Eu acho que a melhor resposta (e fica-me mal, devo confessar, não é algo que eu goste de fazer, fazer em público uma análise aos méritos e deméritos daquilo que possa ter feito no passado politicamente) à pergunta do Sr. Deputado José Andrade sobre o que é que eu fiz de concreto sobre a RTP-Açores, reside no facto de nós ainda termos RTP-Açores...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... mesmo depois da ação do Ministro Miguel Relvas, mesmo depois da ação de um Governo da República do PSD/CDS que queria transformar a RTP-Açores num canalzinho de segunda, com emissões de uma hora e meia, duas horas, terceiro-mundistas,...

Deputado Berto Messias (PS): Na condição humilhante de janela!

O Orador: ... que nem no início da RTP-Açores existiram. Mesmo depois disso tudo ainda temos RTP-Açores.

Estamos de novo num processo negocial, existe alguma abertura e alguma esperança no futuro e estamos a procurar soluções para a RTP-Açores.

Se dependesse do PSD-Açores, da influência do PSD-Açores sobre os seus camaradas Miguel Relvas e outros, se estivéssemos à espera dessa capacidade do PSD-Açores, provavelmente este debate era impossível de se fazer porque já não havia margem de negociação, já não havia RTP-Açores, já não havia futuro para a RTP-Açores.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: É pouco? Foi pouco? Admito que terá sido.

Bom, bom, era termos conseguido resolver o problema. Isso é que teria sido aquilo a que nos propusemos e teria sido um trabalho bem concluído. Mas não foi possível e, portanto, continuamos aqui. Continuo responsável por aquilo que fiz e os senhores responsáveis por aquilo que não fizeram.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, os senhores são responsáveis pelo facto de terem apelado ao consenso, à boa-fé do diálogo, terem dito publicamente que iam entregar contributos e não terem entregue contributo nenhum,...

Deputado José Ávila (PS): Aí é que está!

O Orador: ... não terem respeitado um prazo e virem para aqui falar novamente em boa vontade e em consenso, sem saberem exatamente o que é que querem.

Vamos concretizar:

Os senhores continuam a querer uma RTP-Açores em que os Açores paguem 49% da despesa e a RTP nacional e a República mandem na RTP-Açores?!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Era o que faltava!

O Orador: Os senhores continuam a querer isso?!

Deputado Berto Messias (PS): Aliás, como é normal por parte do PSD! O CDS não!

O Orador: É essa a vossa proposta?!

É essa a vossa proposta para resolver o problema da RTP-Açores?!

Lisboa manda, Lisboa tem 51%, Lisboa faz o que entender à distância, Lisboa continua com a insensibilidade que tem e nós pagamos 49%?!

É isso que os senhores querem?!

Se é, digam aqui aos açorianos que é isso que querem.

A coerência que o senhor traz no seu programa eleitoral aponta para aí.

Seria agora talvez uma boa ocasião do senhor esclarecer que se enganaram no programa eleitoral, já veem as coisas de outra forma.

Portanto, se querem de facto resolver o problema da RTP-Açores não vale a pena continuarem a esperar por Lisboa e adicionarem ao orçamento global 49% do dinheiro dos açorianos para concretizar uma responsabilidade que é da República.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Faça favor, o palco é seu, Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado André Bradford acaba de considerar, como data obrigatória, aquilo que o Sr. Presidente do Governo ainda ontem classificou como data indicativa.

Deputado André Bradford (PS): Toda a gente percebeu. Só o PSD é que não percebeu!

O Orador: Aliás, entretanto aconteceu uma sucessão de acontecimentos importantes a que não podemos nem devemos ficar indiferentes, que poderão condicionar não apenas a posição final do contributo formal do PSD, mas também, naturalmente, e sobretudo aquela que vier a ser a posição do Governo Regional depois de nos próximos dias ouvir a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Portanto, Sr. Deputado, não se precipite, as coisas têm que ser feitas, mas têm que ser bem-feitas.

Pelos vistos, se o senhor insiste nessa questão, é preciso pedir ao atual Chefe de Gabinete do Presidente do Governo que envie ao anterior Chefe de Gabinete do Presidente do Governo a informação formal e oficial do PSD, que tem no Palácio de Sant'Ana, a dar conta de que vamos entregar em tempo útil a proposta formal do PSD.

Portanto, tudo tem o seu tempo desde que seja feito...

Deputado André Bradford (PS): Desde que seja o tempo do PSD!

O Orador: ... da melhor forma possível, ao serviço da RTP-Açores e em benefício dos Açores.

Quanto à questão do Sr. Deputado André Bradford, pois vem aqui dizer que nós ainda temos RTP-Açores, por causa de si.

Deputado André Bradford (PS): Não é por causa de mim. É por causa do Governo Regional!

O Orador: “Presunção e água benta, cada um toma a que quer!”

Mas devo dizer-lhe o contrário: ainda temos RTP-Açores, esta RTP-Açores, apesar do Governo Regional nada ter feito quando podia e devia, quando o Governo da República era do PS.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há uma pergunta que neste momento eu gostaria de colocar à câmara e a todos os partidos políticos aqui representados.

É ou não admissível uma situação de uma empresa pública que tenha 51% da República e 49% da Região?

Muito obrigado.

Deputado André Bradford e Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): O senhor tem mais perguntas para responder do que a que colocou!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Relativamente à matéria que estamos a apreciar e sobre a qual estamos a reafirmar e a reiterar algumas posições, algumas que se mantêm, outras que entretanto sofreram alguma evolução e alguma variação, há aqui de facto alguns aspetos que importa considerar. Aliás a interpelação que é promovida pelo PPM, tem exatamente a ver com o facto de que o Governo da República tem finalmente uma proposta que não é a de total destruição da RTP-Açores, mas de lá se aproxima.

Há aqui um aspeto que me parece fundamental e que tem a ver com a salvaguarda dos trabalhadores da RTP-Açores, porque na proposta do Ministro Poiães Maduro há a garantia da salvaguarda de postos de trabalho de alguns trabalhadores, sendo que os outros, enfim, ficariam ali num limbo até que entretanto se decidisse alguma coisa, se de facto aquela proposta do Ministro fosse aceite, ou fosse aceitável.

Ela, na opinião do PCP, não deve ser aceite e não é aceitável.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É regional, não é de Lisboa!

O Orador: Portanto, julgo que é fundamental...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Termino já Sra. Presidente. Dê-me só mais um instante que eu vou concluir.

O Orador: ... que nesta discussão se deva enquadrar esta preocupação, porque é apontado um número de trabalhadores da RTP-Açores que aparentemente até pode ser um número elevado, mas que, em nossa opinião, ele não é tão elevado assim.

Não nos esqueçamos da nossa condição insular e arquipelágica.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema é que esquecemos!

Presidente: Sr. Deputado tem mesmo que terminar.

O Orador: Vou já terminar Sra. Presidente.

Portanto, este número de trabalhadores que às vezes é apontado como sendo um número elevado, não será tão elevado assim.

É necessário que nesta interpelação se diga alguma coisa sobre isto, porque há algumas questões da gestão da RTP-Açores...

Presidente: Sr. Deputado já ultrapassou em muito o seu tempo.

O Orador: Vou já concluir. Só uma frase.

Presidente: Conclua, Sr. Deputado.

O Orador: Se é verdade que há algumas responsabilidades...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): E a resposta à minha pergunta?

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor é que está a ser interpelado!

Deputado Francisco César (PS): Sim ou não?

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, terminou?

O Orador: Não, Sra. Presidente.

Fui perturbado pelo Sr. Presidente do Governo que me fez suspender o discurso.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Eu, como não tenho mais tempo, vou terminar desta maneira.

Há, de facto, aqui algumas questões que podem ser assacadas à República e outras que indiretamente lhe são assacadas, porque quem nomeia a direção é a República, mas também a gestão que a direção da RTP-Açores tem feito dos

destinos do centro regional não tem sido a mais adequada às necessidades de um serviço de rádio e televisão pública nos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Sim ou não, ao Sr. Presidente!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): E não respondeu à pergunta!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, também apelo à sua capacidade de síntese, uma vez que o seu tempo também já não é muito.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A síntese será absoluta.

Em relação à pergunta do Sr. Presidente do Governo, que merece, naturalmente, e com todo o respeito uma resposta das bancadas parlamentares aqui presentes, a nossa resposta é não.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Uma solução que não permita à Região definir os destinos do seu serviço público de rádio e televisão é uma má solução.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A nossa resposta é conhecida. Tive oportunidade até de descrever na primeira intervenção que fiz no âmbito deste debate qual é a nossa posição em relação a essa matéria.

Nós consideramos que (como já consideramos há muito tempo, há seis anos que defendemos esta posição no plenário) o poder de decisão da Região Autónoma dos Açores deve prevalecer em qualquer futura entidade ou solução que venha a ser encontrada e que obviamente temos que controlar 51%.

Portanto, essa é a nossa resposta, é conhecida e é uma posição que já tem seis anos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para a participação no debate.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação.

Solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vamos também interromper para o almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 45 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Estávamos ainda no decorrer do debate.

A Mesa neste momento não tem inscrições.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para reiterar uma questão que me parece importante, quer para os objetivos que o próprio proponente assumiu para a interpelação e que reconheço é também importante para o Governo Regional, que é a questão da admissibilidade ou não de uma solução em que uma entidade pública seja detida a 49% pela Região e 51% pela República.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação.

Presidente: O Sr. Deputado esgotou todo o seu tempo ainda da parte da manhã.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É que gostaria de responder ao Sr. Presidente do Governo.

Deputado Francisco César (PS): Faça em aparte!

Presidente: Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para intervir?

Deputado André Bradford (PS): Sim, sim!

Presidente: A bancada do PS também já esgotou o seu tempo, por isso não tem mais tempo para poder intervir.

Sr. Presidente do Governo para intervir ou para encerrar?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Para intervir.

Presidente: Tem a palavra Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha interpelação vai diretamente para o maior partido da oposição.

A dúvida é esta: é ou não admissível na perspetiva do PSD, uma solução em que a Região detenha 49% e a República 51%?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No final deste debate...

Deputado Francisco César (PS): No final?

O Orador: ... entendeu o Sr. Presidente do Governo suscitar a questão relativa a percentagens de partilha de responsabilidades numa eventual e futura solução empresarial para a RTP-Açores.

Ora, relativamente à posição da PSD-Açores, repito que ela é conhecida, está divulgada, ficou documentada, não precisa de ser aqui repetida.

Mas essa questão aqui suscitada constitui porventura um bom pretexto para falarmos de percentagens neste processo da televisão açoriana, justamente.

Gostaria de recordar aquela que tem sido a postura do PS neste processo e nem precisamos, porventura, de recuar muitos anos para perceber que ela tem sido marcada por um certo ziguezague de natureza político partidária.

Se não vejamos: no final da legislatura anterior o PS e o Governo Regional nem queriam sequer ouvir falar das responsabilidades regionais no serviço público de rádio e televisão.

Na última campanha eleitoral defendiam, pelo contrário, uma empresa 100% pública e 100% regional.

No início de 2013, admitiam uma empresa com 51% da Região e 49% da República.

No final do ano passado já acham que afinal já não importam as percentagens e estão disponíveis para analisar qualquer solução.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Entendam-se!

O Orador: Revisitado assim o percurso recente do PS neste processo, é caso para dizer que o PS e o Governo Regional, neste processo, têm 49% de responsabilidade e 51% de incoerência.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Andrade vê na minha questão um ataque, quando ela não é de forma nenhuma um ataque, é apenas a tentativa de clarificar posições, porque é aliás esse um dos objetivos declarados da interpelação promovida pelo PPM.

Fui o próprio a dizer que o Governo, eu próprio, apresentei uma proposta na campanha eleitoral que defendia a criação de uma empresa pública...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 100% pública!

O Orador: 100% pública, 100% regional. Obrigado Sr. Deputado.

Também já disse, e há declarações minhas nesse sentido, que o Governo não está acantonado em nenhuma solução concreta.

Só há um aspeto que o Governo considera importante não prescindir, que é um centro de decisão na Região e isso numa situação de percentagens, utilizando a sua expressão, significa na nossa leitura, 51% da Região, 49% da República.

Deputado José Andrade (PSD): Uma leitura mais recente!

O Orador: Não! Não é.

Deputado José Andrade (PSD): A anterior não é!

O Orador: Mas a minha dúvida tem razão de ser e por isso é que a coloco aqui.

A 7 de novembro de 2013, o PSD pôs uma nota cá fora em que dizia assim: “PSD-Açores apresenta proposta de serviço público audiovisual regional”.

No terceiro parágrafo referia o seguinte:

A entidade empresarial a criar (abre aspas) “deve ter uma estrutura com 51% da parte da República e 49% da Região, tal como estabelecido constitucionalmente”.

Deputado José Andrade (PSD): Então por que é que colocou?

O Orador: A dúvida, Sr. Deputado José Andrade, por que razão é que eu a coloco?

Porque menos um mês depois da intervenção no âmbito do Plano e Orçamento, ali, daquela tribuna, o mesmo Presidente do PSD que era citado como tendo dito isso, diz outra coisa e cito: “Para o PSD-Açores, e ao contrário daquilo que o PS insinua, normalmente para tentar confundir os açorianos, os 51% do capital social dessa empresa não devem ser do Governo da República”.

A questão é: em que é que ficamos?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Antes disso. Quer o Sr. Presidente do Governo falar de posições documentadas e fez o favor de acrescentar e comprovar que o PSD tem a sua posição devidamente documentada...

Deputado Berto Messias (PS): Agora!

O Orador: ... e quis falar do ano de 2013.

Pois falemos então do ano de 2013 e falemos de posições documentadas ou não. Segundo o Diário das Sessões do dia 15 de maio de 2013, o Sr. Presidente do Governo refere expressamente o seguinte: “Este Governo, esta maioria, tem um mandato e tem um programa. Desse programa constam propostas no caso da RTP”.

Sr. Presidente do Governo, faria o favor de informar esta câmara, qual é a página do programa do Governo onde se encontram essas propostas, no caso da RTP.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não esclareceu nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Andrade, o senhor se quer considerar que eu disse uma coisa na campanha eleitoral, disse outra depois, o senhor é livre de qualificar as minhas declarações da maneira que as entender.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é qualificar! Ele leu!

O Orador: Mas há algo que é constante, que é um centro de decisão na Região. Um centro de decisão na Região!

Isso tem sido algo, que seja sob a forma de ser empresa 100% pública, 100% regional, seja sob a forma de admitir uma empresa com uma repartição 49% para a República, 51% para a Região, seja até na questão de um centro regional que tem autonomia, há uma constante em todas as posições que o Governo Regional tem proferido a este propósito: o centro de decisão tem que estar na RAA.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O ziguezague!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O que é constante é a inconstância!

O Orador: Por aquilo que eu acabei de citar-lhe, em que em menos de um mês decorrido é dito uma coisa e o seu contrário, é que eu não percebo, mas até digo a falha pode ser minha,...

Deputado Berto Messias (PS): Não é, Sr. Presidente!

O Orador: ... qual é a posição do PSD-Açores sobre essa questão.

O Sr. Deputado até pode dizer-me o seguinte: nós não consideramos essa questão relevante!

Deputado André Bradford (PS): Mas diga!

O Orador: Está no seu direito.

Mas o que eu quero perceber é o que é que vale nesta questão, não é o termo exato, não é isso que me preocupa, é a definição de uma solução, porventura empresarial, para a RTP-Açores que passe por uma divisão do capital social. É admissível para o PSD haver 49% da Região e 51% da República, conforme os senhores disseram em 7 novembro de 2013? Ou não é admissível, conforme o seu Líder Parlamentar disse aqui na semana de 29, 30 de novembro do mesmo ano?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É só isso que eu gostava de perceber.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! Nós todos!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Presidente do Governo diz que não percebe qual é a posição do PSD-Açores.

O PSD-Açores não percebe qual é a posição do Governo Regional que agora prevalece, porque já teve várias e foram distintas e eram antagónicas.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, o senhor não esteve neste debate!

O Orador: Portanto, quando o senhor diz que o PS e o Governo Regional defendem agora que o centro de decisão deve estar nos Açores,...

Deputado André Bradford (PS): Não é agora!

O Orador: ... isso é simplesmente o contrário do que defendiam na legislatura anterior, em que não queriam sequer ouvir falar de responsabilidades regionais no serviço público nacional de televisão.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a fazer um bom esforço! Parabéns!

O Orador: Portanto, Sr. Presidente do Governo, desculpe que lhe diga, mas a verdade é que nesta matéria o que tem sido constante no vosso percurso é a própria inconstância.

Deputado Berto Messias (PS): Continuamos sem resposta!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E pur si muove!

No entanto ela move-se e a questão continua: é ou não admissível para o PSD, uma situação de 49% da Região e 51% da República?

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores respondam!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta matéria prova de novo, Sr. Presidente, que para si, mais importante do que resolver um problema para o qual o senhor e o seu Governo (o Governo da sua cor partidária!) são os principais responsáveis, o que mais importa é tentar confundir os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Para que não confunda mais e para que a câmara fique ciente daquilo que eu disse aqui dentro e lá fora (eu disse exatamente a mesma coisa)...

Deputado Berto Messias (PS): Com uma diferença de 2%! São 49%!

O Orador: ... vou tentar explicar-lhe o que foi que eu disse à saída de uma reunião da RTP e o que é que eu disse neste Plenário.

O que eu disse à saída de uma reunião da RTP foi que a RTP a nível nacional deveria ter 51% desta empresa.

O que eu disse aqui neste Plenário, nesta Assembleia, foi exatamente a mesma coisa.

Quando digo que não é o Governo da República que tem 51%, no parágrafo a seguir, Sr. Presidente, digo que é a RTP. É essa parte que o senhor esqueceu-se de dizer Sr. Presidente, ou então não lhe deram a folha por inteiro.

Mas é importante que nós, aqui, por uma questão do mínimo de credibilidade, garantamos o mínimo de verdade e é esta que aqui fica.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, agradeço-lhe o esclarecimento quanto à posição do PSD-Açores.

Se V. Exa. atribui tanta importância à distinção, se é a República ou se é a RTP, eu da minha parte não atribuo.

Para mim o que é relevante é saber se a Região tem 49, ou tem 51, porque é isso que corresponde ao objetivo que o Governo tem definido e que acha que deve ser um objetivo a prosseguir nesta matéria, do centro de decisão ser na RAA.

Portanto, essa parte está perfeitamente esclarecida.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tem que ser válido também para a EDA!

O Orador: Mas acho que sobre esta matéria é importante que se clarifique e o Governo atribua importância àquilo que deve ser uma posição da Assembleia, deve ser uma posição regional sobre essa matéria.

Deputado Luís Garcia (PSD): Se quer ser dono, pague!

O Orador: Por isso, gostaria de informar a câmara que o Governo dará entrada de uma Proposta de Resolução que convida o Parlamento a unir-se...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... à volta de alguns aspetos que consideramos essenciais para que exista efetivamente uma posição regional, uma posição açoriana na defesa do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com 10 anos de atraso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem-vindos ao clube!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Presidente, quando aqui da parte da manhã, colocou uma questão, que a mim me pareceu retórica, porque já se sabia qual era a posição do PSD, eu não percebi qual era “o coelho que o senhor tentava tirar da cartola”.

Afinal não tirou nenhum, foi um *flop*.

O Sr. Presidente cita aqui parte de um discurso e dum parágrafo meu esquecendo-se, propositada ou inadvertidamente (quero acreditar que foi inadvertidamente!), aquilo que eu dizia logo a seguir, e que eu repito: “essa participação de capital da futura empresa deve ser da RTP”.

Quando antes dizia que: “os 51% não devem ser do Governo da República”, logo a seguir dizia: “essa participação do capital social da futura empresa deve ser da RTP, deve ser da RTP não porque o PSD-Açores queira que seja Lisboa a mandar, mas sim porque essa é a forma de assegurar que é mantida uma ligação fundamental para a sustentabilidade funcional e empresarial da RTP e da RDP-Açores”.

Esta é que é a inteira verdade, Sr. Presidente.

Eu acho que neste momento seria perfeitamente desnecessário o Sr. Presidente tentar fazer este número que lhe saiu tão mal, tão mal.

Agora, quando percebeu que lhe tinha saído mal, já não está em causa se eu disse uma vez uma coisa e outra vez outra coisa, porque já se provou que eu sempre disse o mesmo.

O senhor agora diz que já não é isso que está em causa.

Agora, uma Proposta de Resolução... Oh, Sr. Presidente o senhor é que disse nesta Casa que está aberto a qualquer solução, há alguns meses atrás.

O senhor é que disse hoje de manhã que está aberto a negociar.

O senhor quer fazer disto uma chicana política, uma arma de arremesso e de briga entre nós,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ou quer de uma vez por todas resolver o problema da RTP e do serviço público de audiovisual nos Açores?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sr. Presidente, com o exemplo que o senhor deu aqui ao tentar fazer um número que lhe saiu completamente em cima e completamente furado, queria “tirar um

coelho da cartola” e enfiou uma “carapuça”, dessa maneira, com essas tentativas, nós não chegamos a lado nenhum.

Para nós, para o PSD-Açores, o que é verdadeiramente importante, num momento em que passámos décadas de desinvestimento no serviço público de audiovisual nos Açores, da responsabilidade de vários governos, de várias administrações, certamente também de responsabilidade de diversas administrações indicadas pelo PSD, (não tenho dúvida, assumimos isso, é verdade!);

Num momento em que se fez investimentos em vários outros serviços da RTP, deixando os Açores para o fim (é verdade! Não devia ter sido assim! Nós não concordamos!);

Mas num momento em que está em causa o futuro do serviço público de audiovisual (é o momento crucial!);

Quando tivermos o Ministro com soluções que não são perfeitas, com documentos que não devia ter trazido, demasiado exíguos e que não explicam nada e por muitas afirmações políticas que se calhar não foram as mais corretas, mas que revelou, no mínimo, alguma boa intenção;

Eu acho que para além das preocupações que nos deixou e das muitas coisas que discordamos, o mínimo que nós podemos fazer, face ao histórico do serviço público de audiovisual, é testar a boa-fé do Governo da República, mas para isso Sr. Presidente temos que estar de boa-fé.

Aquilo que o senhor fez hoje aqui põe sérias dúvidas no assunto.

Deputados Luís Garcia e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Boa-fé e maturidade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho que pedir desculpa ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Tenho que pedir desculpa ao Sr. Deputado Duarte Freitas, porque julgava que ele tinha dito uma coisa a 7 de novembro e outra coisa a 30 de novembro. Isso não é verdade!

O Sr. Deputado Duarte Freitas disse sempre a mesma coisa e aquilo que ele disse é que a Região deve ter uma posição minoritária numa eventual futura empresa de serviço público de rádio e televisão.

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: Isso, Sr. Deputado, não tem nada a ver com boa-fé!

Eu não estou a acusá-lo a si, de má-fé, pelo facto da sua proposta não corresponder àquilo que eu defendo. Não queira é V. Exa. fazer a mesma coisa.

Deputado António Marinho (PSD): Tem direito a discordar!

O Orador: Mas é importante que se tenha clarificado aqui onde cada um de nós está, desse ponto de vista: quem acha que deve ser a Região e os Açores a terem uma posição maioritária numa eventual empresa e quem acha que é admissível a Região e os Açores terem uma posição minoritária numa eventual empresa.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sou capaz de subscrever todas as suas considerações a propósito do Sr. Ministro e não há nada que eu tenha dito que invalide essa apreciação do comportamento do Sr. Ministro.

Ele demonstrou abertura?

Demonstrou, sim senhor.

O facto é que, inclusive, depois da reunião que houve ele disse: “Este é um ponto de partida! Eu estou disponível para avaliar outras propostas!”

Tanto assim é que o Governo aproveitará...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É por isso que o senhor está com essa conversa toda!

O Orador: Diga, Sr. Deputado?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É por isso que o senhor está com essa conversa toda!

O Orador: ... essa abertura e apresentará uma contraproposta, mas o consenso, a consensualização não podem ser algo de bafiento nem de doentio. É preferível um consenso que parta das nossas diferenças para construir uma única solução, do que um consenso que parta do fingimento que estamos todos de acordo quando afinal defendemos coisas bastante diferentes.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

“Propostas e recomendações para o serviço público de audiovisual na RAA”.

Relatório aprovado nesta Casa, pág. 48, ponto 10:

“Para esse efeito da organização do serviço público na RAA e no âmbito das transformações em curso na própria RTP, deve ser criada, com sede na Região, uma nova empresa, dedicada ao serviço público de audiovisual nos Açores, cujo capital social deve ser detido maioritariamente pelo Estado, preferencialmente por intermédio da RTP, S.A., mas também com capital público regional”.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso foi aprovado pelo PS?

O Orador: Isto foi aprovado por unanimidade nesta Casa.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Aprovámos o relatório!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu aceito as suas desculpas, compreendo que errou ou foi levado em erro e como o senhor percebeu, concordando mais ou menos com aquilo que

é a posição do PSD, o PSD tem sempre a mesma posição nesta matéria e toda a coerência.

O senhor pode concordar mais ou menos, mas não é pelo facto de não concordar em absoluto com a nossa posição que isso deve deixar de todos fazermos um esforço para chegar a um entendimento. Aliás, como o Sr. Deputado Artur Lima referiu há aqui, há posições para todos os gostos.

Aliás, aquilo que mais fica sublinhado, e agradecendo ao Sr. Presidente o erro que cometeu para nos permitir justificar de novo porque sempre dissemos o mesmo, é que, Sr. Presidente, o Governo e o PS é que disseram muitas coisas ao contrário umas das outras, desde há muito tempo, como já foi aqui bem demonstrado por alguns colegas da bancada do PSD, e ainda agora pelo líder do CDS-PP, que veio aqui provar algo que foi aprovado por unanimidade nesta Casa.

Sr. Presidente, aceitando as suas desculpas, qualquer um se pode enganar,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Talvez não se enganou agora!

O Orador: ... vamos todos tentar manter a boa-fé e ver se conseguimos melhorar o serviço público de audiovisual nos Açores. Isso é o mais importante.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (*PS*): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para solicitar a V. Exa., se possível, para esclarecer a câmara relativamente às referências que foram feitas pelo Sr. Deputado Artur Lima, e agora subscritas pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, relativamente ao relatório e à votação por unanimidade deste Parlamento, relativamente àquele relatório.

Se a memória não me traiçoa, aquele relatório é o resultado do trabalho, de um Grupo de Trabalho criado por esta Casa, presidido pelo Prof. José Manuel

Mendes, se a memória não me falha, para uma abordagem sobre aquilo que deveria ser o serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor lembra-se do que é que disse?

O Orador: Aprovámos esse Grupo de Trabalho.

Esse Grupo de Trabalho fez, realizou e elaborou um estudo relativamente a essa matéria e remeteu o relatório final a este Parlamento...

Deputado Luís Garcia (PSD): E foi aprovado aqui!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor fez uma brilhante intervenção contra o relatório!

O Orador: ... sobre o qual foi dado conhecimento a todos os partidos.

Ou seja, este relatório não foi votado por unanimidade neste Parlamento, porque não foi agendado sequer para ser votado.

Era apenas este esclarecimento, que julgo pertinente, relativamente a esta matéria.

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor acabou de “rasgar” o relatório!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Confirmo que de facto o relatório foi apenas apresentado em Plenário e não votado. Não houve votação. Foi apenas o resultado do trabalho pelo grupo.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A conclusão deste debate de hoje, permita-me Sr. Paulo Estêvão que o encerre, é que o PS anda à procura de *fait divers* e não quer discutir nem tem uma proposta concreta para o serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: O que o senhor acabou de fazer é uma desconsideração enorme de quem trabalhou para o bem do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Foi este Grupo de Trabalho, que não ganhou um tostão, que fez um extraordinário trabalho e foi elogiado pela sua bancada, aqui, neste Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Pela sua bancada, neste Parlamento, se não me falha a memória, que a minha já está gasta por V. Exa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quer dizer que o senhor não concorda nem com um, nem com outro!

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para pedir a V. Exa. que quando esse trabalho estiver concluído pelas nossas redatoras, que possa ser distribuído a todos os partidos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu dispenso!

O Orador: ... as referências que o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Deputado André Bradford fizeram esta manhã, relativamente à pertinência dos conteúdos do relatório que foi aqui referido pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Portanto, não houve desconsideração coisíssima nenhuma.

Quem está agarrado a *fait divers*, pelos vistos, é o Sr. Deputado Artur Lima.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Será pedido então às redatoras a transcrição, com urgência, daquilo que me foi pedido.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições, pelo que julgo estarmos em condições de encerrar este debate.

Pergunto ao Sr. Presidente do Governo se quer usar da palavra para o encerramento do debate.

(Pausa)

Sendo assim tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para encerrar o debate.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM cumpriu aquilo a que se tinha comprometido e cumpriu de acordo com o conceito que nós tínhamos definido para este debate.

Nós não viemos para este debate para nos colocarmos em “bicos de pés”, nem ter o protagonismo excessivo, no sentido de tentar de alguma forma parecer aquilo que não somos, que é uma força política com outra representatividade, que não temos.

Chegámos a este debate com toda a humildade e com o propósito de servir o povo dos açores nesta matéria, na matéria específica da RTP-Açores.

Deixem-me dizer-lhes o seguinte: muitos pensaram, alguns setores pensaram, que da parte do PPM existia aqui um propósito estratégico, existia aqui um propósito no sentido de condicionar o posicionamento do Governo Regional ou de qualquer outra força política.

O comportamento do PPM, ao longo deste debate, demonstrou que não era esse o nosso propósito, o nosso propósito era criar um espaço de debate parlamentar que clarificasse as posições do Governo Regional e das diversas forças políticas. Isso foi feito.

Esse é o contributo que considero importante no âmbito deste debate parlamentar.

Deixem-me dizer-lhes também que em relação a esta matéria nós temos um histórico.

O histórico do PPM em relação a esta questão, desde que eu aqui estou sentado nesta bancada, foi o facto de reconhecermos que a situação em que estávamos há muitos anos, com uma degradação da qualidade dos serviços, com uma degradação dos equipamentos da RTP-Açores, com uma degradação da importância da RTP-Açores e da sua capacidade operacional e logística, precisava de uma nova solução.

Uma nova solução, que passava por combater o centralismo de Lisboa, uma nova solução que passava por ter capacidade de decisão em relação à gestão da RTP-Açores, uma nova solução que também mantivesse aquelas que são as responsabilidades do Estado nesta matéria.

Na península Ibérica tínhamos duas soluções diferentes: a solução portuguesa na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores era de um Estado que era responsável por este serviço; em Espanha, nas comunidades autónomas espanholas, pudemos observar um modelo completamente oposto, em que as televisões autonómicas eram totalmente financiadas, a 100%, pelas respetivas regiões autónomas.

O que acontece é que em Espanha este modelo entrou em colapso, por isso é que fechou a televisão valenciana, por isso é que fechou a televisão nas Astúrias e em muitos outros locais o que se está a assistir é a uma degradação muito grande das respetivas televisões autonómicas.

Essa responsabilidade que as regiões assumiram veio a provar-se que não tinham a capacidade orçamental para a garantir a 100% e que a sucessão de governos de cores políticas diferentes teve um efeito, que foi o efeito de multiplicar o número de funcionários, foi o efeito de governamentalizar estas televisões.

Por isso o PPM, tendo em conta estas duas experiências, definiu e conceptualizou um modelo diferente, um modelo misto, um modelo em que o Estado mantém a sua responsabilidade, mas em que a Região tem um papel efetivo, decisivo e deliberativo sobre a organização da entidade televisiva, do serviço público de rádio e televisão na RAA.

Sempre nos pareceu, ao longo destes anos, que esta era a melhor solução.

Na nossa perspetiva, e termino, é também necessário, tendo em conta estas experiências europeias (referi o caso espanhol, mas poderia referir vários casos em toda a Europa Ocidental), que a futura responsabilidade da Região tenha um limite e que esse limite, que é o limite da responsabilidade financeira da Região, da capacidade orçamental da Região, no nosso caso específico, não supere a soma das futuras receitas desta entidade, em termos de publicidade, em termos

da taxa de audiovisual e em termos da venda do canal no mercado da América do Norte.

Nós consideramos que qualquer esforço financeiro que a Região venha a fazer não pode superar este limite, para que a Região não venha a ser confrontada com os problemas financeiros que também outras regiões da Europa que assumiram responsabilidades nesta matéria, estão a ter no presente e vão continuar a ter no futuro.

Portanto, esta é a nossa posição de princípio em relação a esta matéria.

No final do debate definiu-se aqui, por parte do Governo Regional, do PSD e de outros partidos, uma questão que nós consideramos fulcral, que é a questão de quem decide.

Nós consideramos que é absolutamente fundamental, e temos vindo a defender isto ao longo de todos estes anos, que seja a Região a decidir e obviamente isso significa que temos que ter 51% do capital de uma futura empresa.

Neste sentido, continuamos a defender um modelo misto, continuamos a defender um modelo que permita a ligação desta futura entidade ao grupo RTP, mas definimos que é importantíssimo que este poder de decisão resida na Região, mas com cuidados, cuidados institucionais.

Cuidados no sentido de evitar a futura governamentalização deste canal de rádio e de televisão.

Para isso é necessário que o Parlamento tenha um papel absolutamente fundamental e que a equipa de gestão esteja condicionada à escolha, à nomeação, esteja condicionada através da obtenção de uma maioria de dois terços neste Parlamento e que integre pelo menos três forças políticas.

Isto é uma medida que consideramos absolutamente fundamental e aliás não é inédita porque nas Canárias isto já se faz. A nomeação da administração da televisão nas Canárias é feita com uma maioria e é obtida através de uma maioria de dois terços também no Parlamento das Canárias, exatamente para afastar esse fantasma da governamentalização.

Agora, está o PS no poder, no futuro com certeza poderão estar outras forças políticas também a exercer essas competências e essa responsabilidade.

Portanto, meus senhores, era esta em suma a nossa síntese sobre esta questão e o nosso posicionamento sobre esta questão.

Uma última referência: muitas vezes aqui na nossa RAA remete-se a responsabilidade de tudo o que acontece de mal para Lisboa e em relação à RTP-Açores sucede exatamente a mesma coisa, mas o que nós podemos observar, através da desagregação dos meios que o próprio Governo da República e a própria RTP nos fizeram chegar, é um desequilíbrio tremendo na distribuição de recursos.

Em relação a Ponta Delgada, a Angra e à Horta, eu pergunto: de quem é a culpa desta centralização que nós próprios estamos a implementar também na RAA, que a administração nos Açores está a implementar?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É de Lisboa?

O Orador: Eu não acredito que isto sejam ordens de Lisboa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem o senhor, nem ninguém!

O Orador: Isto são decisões que se estão a tomar na nossa própria Região e que acentuam um centralismo que nós não podemos aceitar, porque se nós combatemos o centralismo de Lisboa, não é possível aceitar também esta distribuição e recursos que acentua um centralismo dentro dos Açores.

Com estes meios, como é que a delegação de Angra do Heroísmo e a delegação da Horta podem funcionar?

Existe uma desproporção brutal. Eu diria que neste momento as condições que estão a ser colocadas à disposição das delegações da Horta e de Angra do Heroísmo são absolutamente insuficientes para manter um funcionamento normal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Isto não é aceitável e isto não é culpa de Lisboa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem é que nomeou? Não foi Lisboa?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não!

O Orador: Meus senhores, eu termino esta intervenção.

Pelos vistos o Governo Regional anunciou aqui que vai apresentar uma iniciativa no sentido de permitir a convergência das várias forças políticas dos Açores, no sentido de encontrarmos aqui um posicionamento comum.

Bem, da parte do PPM essa era a nossa pré-disposição, esse era o nosso objetivo e saudamos essa iniciativa do Governo Regional dos Açores.

Estamos à disposição para dar o nosso contributo. Estamos à disposição para fortalecer a posição dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Terminámos assim o primeiro ponto da nossa Agenda.

Considerando que a Mesa recebeu agora mesmo algumas propostas de alteração que ainda têm que ser distribuídas por todos, temos de fazer agora um intervalo.

Regressamos às 16 horas e 10 minutos.

Eram 15 horas e 54 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 22 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Entramos no ponto 3 da nossa Agenda: **Reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014 – “Cria o regime de integração excecional dos docentes contratados por concurso externo extraordinário, em 2014”.**

Como sabem esta matéria foi objeto de veto por parte do Sr. Representante da República, pelo que hoje iremos reapreciar este diploma, ao abrigo dos art.ºs 142º e 143º do nosso Regimento.

Conforme ficou definido em Conferência de Líderes, no debate na generalidade intervém de uma só vez um Deputado por cada Grupo e Representação Parlamentar.

Nos termos do n.º 4 do art.º 143º. O debate e votação na especialidade incide também apenas sobre as propostas de alteração apresentadas.

O tempo para este debate é de 12 minutos para cada um dos intervenientes, ou seja, para o Governo e para cada um dos partidos.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) Deputado Aníbal Piros (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos a fazer a reapreciação e reconfirmação dum diploma que foi objeto de um veto do Sr. Representante da República. É disso que se trata.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E bem!

O Orador: A apreciação que o PCP faz relativamente ao veto do Sr. Representante da República é que ele excedeu aquilo que são as suas competências, na análise que faz e na fundamentação que enviou a esta Assembleia, passando um atestado de menoridade aos representantes eleitos pelo povo açoriano. É caso para perguntar se o Sr. Representante da República foi eleito pelo povo açoriano.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É uma pergunta retórica!

O Orador: Como tive oportunidade de afirmar no dia que foi conhecido o veto do Sr. Representante da República, o PCP entende que deve ser feita por esta Assembleia a reconfirmação do diploma, conformando o diploma a algumas questões formais que necessitam de ser corrigidas e que as propostas de alteração que subscrevemos o fazem.

Portanto, a posição da Representação Parlamentar do PCP relativamente a esta matéria não é nova, mas queria deixá-la aqui bem expressa e reiterar essa posição.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Há precisamente 10 semanas o PS impôs a razão da força contra a força da razão, recusou ouvir os sindicatos dos professores, subestimou a análise rigorosa das propostas que precipitadamente apresentou em plenário, ignorando as implicações irreversíveis que essas normas têm na vida de centenas de professores e seus familiares.

O PS preferiu ganhar uma batalha contra a Oposição em vez de ganhar professores motivados para o exercício da sua carreira profissional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O PS e o PCP!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aliás a proposta original foi feita pelo PSD, mas entregou-a a alguém. Não teve coragem de a assumir!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma acusação grave!

O Orador: O PS preferiu a luta partidária em vez de tomar partido pelo respeito aos professores, em vez de reconhecer o trabalho dedicado de tantos e tantos professores, sucessivamente contratados.

A maioria absoluta transformou-se, mais uma vez, numa maioria absurda, instigada e apoiada pelo Governo, ou melhor, pelo presidente do Governo. Vasco Cordeiro, querendo disfarçar o indisfarçável embaraço, ditou a sentença do processo: “é altura de resolver este assunto e de resolver já!”, disse em fevereiro, com tanta arrogância quanto ligeireza, é bom recordar.

Das vicissitudes que o diploma sofreu, sabemos todos.

Ironicamente, um texto dedicado aos professores teve a pior nota que alguém, no caso o senhor Representante da República, lhe podia dar: um verdadeiro chumbo por incompetência.

E ainda que a culpa seja só de alguns, dos deputados socialistas, e entre estes, particularmente os que trabalharam no diploma, dizia, ainda que a culpa seja só de alguns, o Parlamento saiu desprestigiado. A Casa Mãe da nossa Autonomia tornou-se, “lugar de desvario”, no dizer de um destacado socialista.

Há poucos dias, em público, com a autoridade que lhe advém do exercício de presidente deste Parlamento, Dionísio Sousa resumiu assim:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, homem! Santa paciência!

O Orador: “A negregada questão do concurso de professores e o modo como foi tratada, resolvida, discutida e aprovada revela uma assembleia em que em vez da racionalidade impera o absurdo e o primarismo discursivo.

O desrespeito pelas regras da lógica e do discurso. Em que as palavras são atropeladas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem é que disse isso

O Orador: As ideias desconexas. As redações desajeitadas. Os conceitos baralhados ou confundidos. Onde reina o disparate e a inconsequência. A irreflexão e a incongruência. Em que se geram abortos lógicos e necessidades interpretativas. A expressão não corresponde ao pensamento. O dito não atende ao pensado.

Não há a menor preocupação de rigor, de exatidão, de precisão. Os títulos não correspondem aos preâmbulos da lei. Estes estão em flagrante incongruência com o articulado dos diplomas. O analfabetismo funcional parece ser a regra e o modelo. Atropeladas as palavras, baralhadas as ideias, obscurecido o pensamento, as regras mais elementares do cuidado no pormenor, da atenção ao fundo e à forma, à letra e ao espírito da lei, são inteiramente descurados”. Uma “página negra na vida da nossa assembleia”, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Especialmente quando V. Exa. abandonou o plenário!

O Orador: ... concluiu antigo Presidente deste parlamento, o militante socialista Dionísio Sousa .

Quanto ao conteúdo, o PS e uma parte do Governo talvez tenham identificado o erro e a injustiça dos critérios que impõem neste regulamento de concurso – julgo que há deputados na bancada socialista que em consciência reprovam este texto, mas como diz um deles, “só a total dependência partidária permite ser disciplinado” – e reconhecer o erro e a injustiça era dar razão à Oposição. E isso

o PS não fez, nem faz, mesmo que para tanto tenha de prejudicar irreversivelmente centenas de professores e suas famílias.

Dizemos uma parte do Governo porque passado todo este tempo, todo este tempo em que este diploma esteve neste Parlamento, já lá vão longos meses, o SRECC continua a ter falta injustificada no debate do concurso extraordinário de professores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem?

O Orador: Estranhamente, nem em sede de comissão os socialistas permitiram a audição do membro do Governo a quem caberá dar execução ao diploma.

Daqui se conclui uma de duas coisas: o PS tem vergonha do que o SRECC possa dizer sobre este diploma, ou o SRECC tem vergonha daquilo que o PS anda a fazer com este regulamento de concurso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mais isso!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Passadas dez semanas, o PS não sabe o que quer e quer o que sabe que os professores não querem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A democracia venceu nos Açores! Julgo que é essa a conclusão que se pode tirar ao fim deste tempo em que vamos aqui reconfirmar este diploma, depois do veto do Sr. Representante da República, que apenas pecou por defeito de não ter votado logo da primeira vez que terá recebido este diploma e deu azo a que este Parlamento recebesse ordens até do Presidente do PS.

Venceu a democracia! Venceu a democracia!

Chamamos a atenção para as diversas incongruências deste diploma.

O PS não ouviu, o PS ousou da sua arrogância e da sua maioria para não ouvir.

Desde logo o próprio tipo do diploma que foi apropriado a outra força política, e ainda bem Sra. Deputada Catarina, que o diploma foi ao charco. A senhora não queria, o PS não queria, foi ao charco e não foi sozinho, foi ao charco juntamente com o PS, e o Sr. Representante da República, e bem, encarregou-se de o pôr bem fundo num charco, numa atitude antidemocrática, prepotente do PS e do PCP.

Tínhamos razão desde o início, desde o debate da televisão Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado. Portanto, fez muito bem o Sr. Representante da República em vetar, porque das incongruências que apontamos no debate da televisão, são os senhores agora que algumas delas, vêm propor, que sejam alteradas e não consta de matéria que o Sr. Representante da República tenha feito nota.

Portanto, até agora reconhecem os vossos erros e mais vale reconhecer um erro do que persistir num erro. É pena é que tenha sido um processo doloroso sobretudo para os professores que sofreram este tempo todo pela vossa teimosia e pela vossa arrogância da maioria.

Portanto, em boa hora o Sr. Representante da República mandou ao charco um diploma que os senhores teimavam em aprovar, contra tudo e contra todos, favorecendo alguns e prejudicando outros tantos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Abordamos agora a reapreciação do diploma referente ao concurso de pessoal docente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que o PS aborda com nova perspetiva!

O Orador: Eu recordo que quando discutimos aqui a votação deste diploma eu disse, através de uma interpelação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Uma interpelação, que o senhor não falou!

O Orador: ... que o PS estaria aqui como sempre a assumir as suas responsabilidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que remédio!

O Orador: E cá estamos! Aqui está, como sempre o PS a assumir as suas responsabilidades, mas também espero, e posso dizer, exijo, que todos assumam aqui as suas responsabilidades nesta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a falar para os deputados da sua bancada!

O Orador: Este diploma tem uma história que é conhecida e teve de tudo. Teve fugas ao debate, teve abandonos do Parlamento, teve inclusive queixinhas ao Sr. Presidente da República, teve a negação daquelas que são as mais básicas regras da democracia da nossa Região e isso sim, a fuga ao debate, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Também teve quem cometesse ilegalidades!

Deputado Luís Garcia (PSD): E de quem alterasse diplomas aprovados nesta Casa!

O Orador: ... a falta de coragem para discutir, democraticamente, esta questão aqui, é que desprestigiou o nosso Parlamento e isso sim é que desqualificou profundamente a nossa democracia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Mas vamos aos factos e ao teor do veto e da comunicação do Sr. Representante da República na devolução que faz do diploma ao Parlamento. Eu julgo que é importante referir isso porque nas intervenções que me antecederam ninguém se referiu em concreto àquelas que foram as questões referenciadas pelo Sr. Representante da República. Ninguém se referiu às matérias de facto que sustentaram a devolução do diploma ao Parlamento pelo Sr. Representante da República e o que se exige numa abordagem séria desta matéria é que isso seja feito, mas infelizmente os Srs. Deputados que me antecederam não se referiram a estas questões.

Em primeiro lugar, devo recordar às Sras. e aos Srs. Deputados que a única questão material que foi levantada pelo Sr. Representante da República na sua devolução ao Parlamento foi a existência em simultâneo de um concurso interno e de um concurso externo.

Devo dizer que esta questão será reconfirmada pelo PS e que é aliás uma posição do PS que é subscrita e apoiada também pelos sindicatos dos professores da nossa Região.

Portanto, primeira e única questão material referida pelo Sr. Representante da República tinha a ver com a existência em simultâneo de um concurso interno e de um concurso externo, nós reconfirmaremos essa existência até porque achamos que o facto de não existir isso seria uma injustiça para com muitos professores.

Quanto às questões formais de pontos, de vírgulas, de pontuação, de conformação jurídica, nós humildemente, como sempre, assumimos que era preciso rever e reformular essas situações e a Comissão de Assuntos Sociais fez esse trabalho em sede de Comissão Parlamentar e tudo isso está já resolvido e em condições de ser votado.

Dizer também, outra referência do Sr. Representante da República, sobre a necessidade de se ouvirem os sindicatos.

A Comissão de Assuntos Sociais, e bem, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora! Agora o senhor diz “e bem”!

O Orador: ... abriu um novo período de audição pública, voltou a chamar os sindicatos e voltou a ouvir os sindicatos.

Mas é importante dizer e esclarecer que os sindicatos, que muito respeitamos, já tinham sido ouvidos em sede de Comissão Parlamentar, relativamente à proposta inicial apresentada pelo BE.

Portanto, é bom lembrar também essa questão.

Também é importante lembrar o seguinte, apesar das tentativas dos Srs. Deputados que me antecederam: nenhum, nenhum dos argumentos invocados pela maioria dos partidos da oposição...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Todos!

O Orador: ... com exceção do PCP, para saírem da sala e fugirem à votação,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... nenhum desses argumentos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Todos!

O Orador: ... foi alvo de qualquer referência por parte do Sr. Representante da República, nem a repetição da votação, nem a assunção do diploma pelo PS e pelo PCP, nem sequer alegadas alterações à redação final do diploma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que chatice!

O Orador: Portanto, nenhuma dessas questões que provocaram uma campanha difamatória, com acusações insidiosas e lamentáveis ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... de alguns partidos da oposição a Deputados do PS, tiveram qualquer apoio ou qualquer referência do Sr. Representante da República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E sobre o diploma?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, devo dizer que isso prova claramente que o PS sempre esteve neste processo de boa-fé, com correção, com responsabilidade e no cumprimento das regras regimentais e do nosso Estatuto Político-Administrativo.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, não diga isso!

O Orador: Devo dizer que os abandonos da sala, as fugas ao debate, o medo e a falta de coragem em discutir aqui esta questão, seria de esperar (admito que eventualmente seria de esperar) de alguns partidos mais pequenos, que sentem por vezes a necessidade de desenvolver algumas estratégias, com *modus operandi* muito discutível para fazer provas de vida mediáticas, admito isso eventualmente. Isso não seria de esperar do PSD e do CDS-PP com as responsabilidades que têm no nosso regime autonómico e com as responsabilidades que têm hoje na RAA.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Duas últimas referências que não posso deixar de fazer para terminar esta primeira intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais uma vez estava distraído!

O Orador: Em primeiro lugar, em nome da direção deste Grupo Parlamentar, uma palavra aos Deputados do PS, que compõem a Comissão de Assuntos Sociais ...

Deputado Luís Garcia (PSD): E que o senhor não deixou falar hoje!

O Orador: ... e que compunham e compõem a comissão de redação, pela campanha difamatória, insidiosa, especulativa, lamentável, que muitos Deputados de partidos da oposição desta Casa fizeram a esses Deputados.

Deputados Rogério Veiros e André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Cá estamos para refutar em absoluto todas as acusações e todos os termos que foram utilizados contra os Deputados do PS, pessoas sérias, que se dedicam à causa pública com grande dedicação, que não são nem mais, nem menos sérios que os senhores, mas que merecem o mesmo respeito de todos os Deputados de todos os partidos representados nesta Casa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Para terminar, uma última palavra aos professores da nossa Região,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Sra. Presidente está muito generosa!

O Orador: ... aos professores que apesar de todos os ruídos mediáticos, de todas as tentativas de distrair dos vários partidos da oposição contra esta proposta, uma palavra aos professores que continuam e continuarão a ser parceiros privilegiados do Governo dos Açores e do PS, para que possamos continuar a desenvolver mais e melhor o nosso sistema educativo regional.

Também não nos esqueçamos, apesar das tentativas, que a opção política do Governo em contraponto absoluto com aquilo que se passa no resto do País, é conseguir integrar no quadro de muitas escolas muitos professores para que se possam aí fixar-se e contribuir para o desenvolvimento do nosso sistema

educativo e para a melhoria das condições de ensino e de aprendizagem dos nossos alunos, porque isso é que é verdadeiramente importante.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Excelentes resultados que nós temos! Último lugar!

O Orador: Nós, como sempre, aqui estaremos para assumir olhos nos olhos, com coragem, com responsabilidade as nossas responsabilidades e esperemos que todos, todos tenham a coragem de o fazer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É caso para dizer que não havia necessidade, não havia necessidade.

A questão fundamental é que o PS e o PCP são os dois responsáveis, únicos, por uma das páginas mais negras da história parlamentar nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: O PS acompanhado pelo PCP, no âmbito deste processo ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não fui eu que me recusei!

O Orador: ... só para alcançarem vantagens políticas, muito questionáveis, insistiram em práticas que ofenderam gravemente a legalidade de processos no âmbito do Parlamento dos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Onde é que está a ilegalidade?

O Orador: O que a oposição fez, o que alguns partidos da oposição fizeram foi não participar em atos contra a democracia, não participar em atos contra o Regimento, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... não validar com a nossa presença procedimentos absolutamente ilegais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ilegais!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quais ilegais? Mas que ilegais?

O Orador: Nesta perspetiva esta é a atitude de coragem porque a história parlamentar do mundo está cheia de partidos que disseram sim e juntaram-se aos fascistas e àqueles que não cumpriam a lei.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Só se forem os monárquicos!

O Orador: Quando um partido da oposição é confrontado com uma pressão política e procedimentos políticos ilegítimos, quando um partido político é confrontado com procedimentos que ofendem a democracia e a liberdade de expressão, eu considero que não devemos ser cúmplices desses momentos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e que deveremos dizer que não participamos em atitudes que não honram a democracia parlamentar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas não participou!

A isso que está a fazer chama-se cobardia!

O Orador: Foi isso que nós fizemos com toda a firmeza, com toda a convicção, para que a maioria parlamentar, acompanhada pelo Partido Comunista neste processo, percebesse o seguinte: uma maioria absoluta, não é sinónimo de imposição de uma posição política, do ponto de vista absoluto.

Uma maioria absoluta para ser considerada, tem de respeitar regras democráticas e essas regras não foram respeitadas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Continue, Sr. Deputado. Está a falar muito bem!

O Orador: Exatamente.

Eu considero que nesta matéria o PS e o PCP apanharam (desculpem a expressão) uma grande lição: ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma sova!

O Orador: ... não é permitido fazer tudo! Não é permitido. Uma maioria não pode fazer tudo. Não podem alterar a redação final! Não o podem fazer sem que

essas modificações sejam do conhecimento dos restantes partidos, sejam devidamente votadas e referendadas. Não o podem fazer! Tanto é assim que os procedimentos foram alterados e agora são submetidas à redação final, aquilo que deveria ter sido feito, ou seja, aos partidos da oposição.

Meus senhores esta é a questão fundamental e aqui ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Questão fundamental foi ter abandonado o plenário!

O Orador: A questão fundamental foi a defesa da democracia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A questão fundamental foi a sua cobardia!

O Orador: Depois, e vou terminar para ficar com tempo para o debate na especialidade, dizia o Sr. Deputado Berto Messias: “bom, nós só alterámos algumas coisinhas, nada de muito importante. A audição pública, não fizemos, vamos fazer”...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, permita-me que o interrompa só para lhe dizer que está a falar há cinco minutos e ainda não falou sobre a confirmação do diploma.

Deputado Francisco Coelho (PS): É o respeito pelas regras!

Presidente: Nós damos alguma latitude ao debate, como é habitual por parte da Mesa, mas tem pelo menos que falar da parte do veto, da sua posição em relação à confirmação do diploma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Comece agora a frase assim: “Eu não confirmo... os senhores são uns malandros!”

O Orador: Sra. Presidente, este é o contexto desta questão, aliás penso que não será diferente do contexto que o Sr. Deputado Berto Messais fez. Não tenho a certeza dele ter utilizado quatro ou cinco minutos, com certeza que não foi muito diferente, mas vou respeitar obviamente as regras e vou concluir a minha intervenção apenas referenciando o seguinte.

Dizia o Deputado do PS, e isto tem a ver com o veto: “audição pública ... bom isso de facto é uma pequena alteração”.

Não. É uma alteração fundamental em democracia. Os senhores não submeteram a vossa proposta a audição pública. Foi outra. Foi a do BE que era completamente diferente.

Portanto, isto foi um avanço na democracia e é para mim um paradoxo, que eu esteja a dizer isto ao PCP e ao PS, à esquerda parlamentar, a dizer-lhes: “Meus senhores e a audição pública?” E os senhores dizem: “Um pormenor”.

Deputado Aníbal Piões (PCP): Não é um pormenor! Ela vai ser feita!

O Orador: Não é um pormenor é um “pormaior”, meus senhores.

E a audição aos sindicatos sobre um diploma sobre o qual não foram consultados? Um pequeno pormenor, diz a esquerda parlamentar. Absolutamente também fundamental!

Deputado Aníbal Piões (PCP): Não há um diploma tão escrutinado como este!

O Orador: Meus senhores, termino e depois vamos ter oportunidade de analisar de forma pormenorizada as questões em sede de comissão de especialidade.

Deputado Aníbal Piões (PCP): Reconfirma ou não confirma?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputados Paulo Mendes vai inscrever-se?

Deputado Paulo Mendes (BE): Não.

Presidente: Não.

Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente era apenas para saber que tempos estão disponíveis, distribuídos pelas várias bancadas.

Presidente: Obrigada.

Vou pedir ao Sr. Secretário o favor de informar o Plenário sobre os tempos que cada um dispõe para o debate na especialidade.

Secretário: Governo Regional – 12 minutos;

PS – 2 minutos;

PSD – 5 minutos e 50 segundos;

CDS/PP – 9 minutos e 10 segundos;

BE – 12 minutos;

PCP – 10 minutos e 20 segundos;

PPM – 5 minutos, 55 segundos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então proceder à confirmação do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Decreto Legislativo Regional 3/2014 foi reconfirmado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Paulo Mendes pede a palavra para?

Deputado Paulo Mendes (BE): Para repetir a votação.

Presidente: Para repetir a votação ou o anúncio da votação?

Deputado Paulo Mendes (BE): Para repetir a votação.

Presidente: Vamos então voltar a votar a confirmação do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Decreto Legislativo Regional 3/2014 foi reconfirmado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE, 18 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Agora sim, vamos entrar no debate e votação na especialidade.

A Mesa recebeu um conjunto de propostas de alteração.

Vamos votá-las então de seguida.

Conforme foi decidido na Conferência de Líderes, tendo em conta que há duas propostas de alteração que, passe a repetição, alteram a designação do diploma, o que eu vou colocar agora à votação são exatamente essas alterações.

Em primeiro lugar, vamos votar a proposta de alteração à designação do diploma, apresentada pelo PS e pelo PCP.

Sr. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas as propostas de alteração do PSD deram entrada na Casa primeiro. Devem ser votadas primeiro, as do PSD.

Presidente: Não. As propostas de alteração do PSD, entraram na Mesa depois das do PS e do PCP.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Peço desculpa!

Presidente: Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo PS e pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Avançamos então para a votação do articulado que foi feito chegar à Mesa.

Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao art.º 1º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 19 votos a favor do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS e pelo PPM a este mesmo art.º 1º.

O Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Neste artigo aproveito para explicar as propostas de alteração do CDS e do PPM, depois o Sr. Deputado Paulo Estêvão também explicará.

Achamos que é importante que se mantenham as mesmas regras em vigor para os concursos de pessoal docente na RAA há anos.

Achamos também que todas as vagas a concurso devem ser colocadas no mesmo ano e de uma só vez para evitar favorecimentos de alguns docentes e que o processo seja totalmente transparente e que não haja aqui qualquer dúvida sobre essa matéria.

Depois, consideramos que obrigar as pessoas a concorrerem para todas as ilhas é um ato de absoluta imposição e nenhum docente quando sair de uma ilha e for obrigado a ir para outra vai ser um docente motivado para dar aulas e para ensinar.

A questão de ir para esta ou aquela ilha deve ser uma questão de opção ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E é! É uma opção!

O Orador: ... e não uma questão de imposição e de obrigação pela maioria socialista e pelo Partido Comunista.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Leia o que lá está! É uma opção!

O Orador: Não é uma opção, é uma imposição que os senhores põem, uma imposição do Partido Comunista e do PS.

Queremos docentes motivados a ensinar os nossos alunos para que possamos ter resultados escolares que sejam dignos desse nome e não sejamos os últimos em todos os exames nacionais, do 6.º, do 9.º e do 11.º ano.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já está a confundir tudo!

O Orador: Até agora temos sido os últimos, portanto, fazer alguma coisa pela educação é também dar dignidade à carreira docente e aos docentes.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente! E ninguém é obrigado a concorrer!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é. É uma opção!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma imposição! Já li!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Considero que esta matéria é uma matéria absolutamente fundamental, este é um dos artigos fundamentais desta legislação.

Mais uma vez, nos diversos partidos, estamos aqui com uma postura construtiva. Não nos interessa saber quem é que tem um ganho político, o que nos interessa é a vida dos professores e resolver o problema dos professores e para isso é necessária uma atitude de diálogo e lançar um último desafio ao PS para que tenha uma atitude construtiva e racional.

Que sentido faz, por exemplo, realizar dois concursos em 2016? É gastar tempo, dinheiro, é desorganização, é absolutamente incompreensível.

O PS não conseguiu explicar em sede de Comissão, não conseguiu explicar aos professores, não consegue explicar esta opção, duplicar as despesas, duplicar o esforço, o tempo perdido, para realizar, por exemplo, dois concursos em 2016 (o ordinário e o extraordinário).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vá lá, explique Sr. Deputado Aníbal Pires!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os amigos?! Eu tenho muitos amigos para proteger! Olhe que essa acusação ...

O Orador: Qual é o sentido que isto faz, meus senhores?

O que vos peço em relação a esta questão é que tenham consciência e decidam a favor dos professores e decidam de forma absolutamente racional, porque esta legislação não existe em lado nenhum, nem no Botswana.

Fazem concursos que são praticamente idênticos para os mesmos professores em períodos diferentes.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Oh Sr. Deputado Francisco César, é exatamente assim. Isto é uma irracionalidade total. É uma irracionalidade total este concurso. O concurso de 2016 é absolutamente irracional (a duplicação)!

É esta questão que é absolutamente fundamental.

Eu considero que o correto é que se faça o concurso num único ano, aliás, é essa a recomendação da União Europeia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muito rapidamente não para fazer uma intervenção, mas para fazer uma interpelação ao Governo, já que o PS continua a não dar resposta a esta questão. O diploma, tal qual está, imposto pelo PS, prevê a realização de dois concursos internos em 2016, um ordinário e outro extraordinário.

Eu pergunto ao Sr. Secretário Regional da Educação quem vai ser opositor ao primeiro concurso e quem vai ser opositor ao segundo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor agora pode falar! Ou não o deixam falar?

O Orador: Aproveitava para interpelar a Sra. Deputada Cláudia Cardoso que enquanto titular da pasta da Educação alterou a periodicidade da realização dos concursos, entre outros argumentos, porque eles mobilizam muitos recursos humanos da secretaria e custam muito dinheiro.

Como é que V. Exa. explica agora que só para concursos internos em 2016 tenhamos de ter dois?

Quem são os opositores ao primeiro e ao segundo?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estas figuras regimentais existem? Interpelações ao Secretário e aos Deputados?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Deputado André Bradford (PS): O senhor acabou de falar!

Deputado Luís Garcia (PSD): Pode falar outra vez!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Governo está cá?!

O Orador: Este silêncio diz bem da incompetência e da arrogância que esta maioria está a usar ao impor regras que nem ela sabe como serão usadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Isso não é arrogância nenhuma!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estou confiante que a Deputada Catarina vai explicar agora!

O Orador: Isto diz bem da má-fé e também explica bem o processo que nos trouxe até aqui neste diploma.

Pela terceira vez sobe a Plenário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Este facto não prestigia a democracia, como o Sr. Deputado Berto Messias disse, nem sequer é coerente com aquilo que ele acusou a oposição, com exceção do PCP, há instantes.

Disse que nós fugimos ao debate democrático! Oh Sr. Deputado quem é que está fugindo ao debate democrático?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Infelizmente, Sra. Presidente, temos que concluir uma coisa: é que este diploma ainda não pôs fim a todas as vicissitudes que infelizmente envergonham este Parlamento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu gostaria de lembrar à câmara o seguinte.

Nós estamos de facto aqui a fazer a aprovação das propostas na especialidade, mas visto que foram introduzidos aqui alguns fatores que nada têm a ver com aquilo que estamos a discutir, gostaria de lembrar a esta câmara que a génese do diploma que aqui foi trazido pelo BE, foi feito numa sede oficiosa do PSD e que o PSD não teve coragem de apresentar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é grave!

O Orador: Foi construída numa sede oficiosa do PSD e trazida aqui pelo BE

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas o que é isto?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado, há costumes que só ficam com o PCP! Não atire os seus costumes para cima dos outros!

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para um protesto?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado. Dispõe de 3 minutos.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em nome da bancada do PSD-Açores, eu não podia deixar de fazer um veemente protesto contra esta intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires.

O primeiro protesto ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Proteste com veemência!

O Orador: ... é de natureza muito geral: é contra a falta de princípios que essa intervenção tem subjacente.

Deputado André Bradford (PS): Não quer é responder se é verdade ou não é verdade!

O Orador: Esta intervenção demonstra bem a atitude antidemocrática que está eivando a discussão e a apreciação deste diploma.

(Aparte inaudível da Deputada Renata Correia Botelho)

O Orador: Sra. Deputada Renata Botelho ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Correia Botelho!

O Orador: ... eu percebo que goste de fazer um aparte e eles são regimentais, mas neste caso eu tenho que dizer-lhe com toda a franqueza e estima pessoal que este aparte é muito infeliz.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Como os seus são muito infelizes às vezes!

O Orador: Sabe por que é que é infeliz? Porque ele está eivado de um princípio antidemocrático.

Aquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires acabou de dizer é muito grave ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Desminta! Desminta aquilo que eu disse!

O Orador: ... e é muito grave porque ele não se fundamenta mas pior do que isso faz uso de uma cobardia política ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Desminta aquilo que eu disse!

O Orador: ... porque teve medo de assumir...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Eu só quero ouvir se o senhor desmente ou não desmente!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Desminta aquilo que eu disse!

Deputado Manuel Pereira (PS): Mas não diz!

O Orador: ... as consequências do que seria ser explícito.

Sr. Deputado Aníbal Pires, estas propostas de alteração foram feitas na Delegação da Assembleia Regional dos Açores, no meu computador.

Sra. Presidente, eu vou entregar sob forma eletrónica a V. Exa. o texto original em *word*, que tem a data de 22 de abril, da sua elaboração, tem como nome

final do ficheiro “V2”, que quer dizer versão dois e V. Exa. poderá confirmar, com a ajuda dos serviços técnicos de informática deste Parlamento, ...

Deputado Domingos Cunha (PS): São as outras, Sr. Deputado! Não são essas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! O senhor também sabe!

O Orador: ... quem é o autor e em que computador esse trabalho foi elaborado.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Agora, há aqui uma coisa, é que nós que estamos aqui, e eu termino este protesto, não somos anjinhos e eu não quero ser diabinho.

Portanto, temos consciência e a capacidade de ler nas entrelinhas aquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires, de forma politicamente covarde quis dizer.

O que ele quis insinuar foi de que este diploma...

Presidente: Sr. Deputado, já terminou o seu tempo.

O Orador: Sra. Presidente, eu admito o seu reparo relativamente ao vocabulário que estou a usar...

Presidente: Eu não fiz nenhum reparo, Sr. Deputado.

Só disse que tinha terminado o seu tempo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já são as alucinações!

O Orador: Vou terminar.

Aquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires quis insinuar, eu termino e agradeço a sua condescendência, foi de que este diploma teria sido feito num sindicato.

Essa é a pior contribuição que o Sr. Deputado Aníbal Pires pode dar na discussão deste diploma e a este Parlamento, porque eu nunca insinuarei, ...

Deputado Francisco César (PS): Mas é verdade ou não é verdade?

O Orador: ... em vez nenhuma, que as posições que o Sr. Deputado ali representa, têm a ver com o antigo sindicato cuja direção integrou ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é o antigo é o meu!

O Orador: ... ou à central sindical a quem politicamente se cola. Isso nunca farei!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires para um contraprotesto, dispõe de 2 minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Falta de princípios, Sr. Deputado, só mesmo vindo de V. Exa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prove o que disse!

O Orador: Não é necessário nem me obrigue a fazer um histórico da sua vida política para eu lhe demonstrar onde é que estão as faltas de princípio.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor é que devia ter vergonha do seu! Não tenho do meu!

O Orador: Depois atitudes antidemocráticas são aquelas que V. Exa. protagonizou quando abandonou este plenário em determinada altura. Isso sim é que é uma atitude antidemocrática.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ai é?!

O Orador: Depois, Sr. Deputado, eu não tenho medo, já tive oportunidade de fazer referência aqui neste plenário várias vezes e posso até dizer-lhe que a primeira vez que o fiz foi ao antigo Presidente do Governo Regional. Disse desta bancada, deste local, para ele (não para V. Exa. mas para o anterior Presidente do Governo Regional) que eu não tenho nem medo, nem preço, coisa que V. Exa, se calhar não poderá afirmar com a mesma veemência.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E eu estou aqui a tremer com medo de si!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que indecência!

O Orador: Depois, Sr. Deputado, o que eu me referi não foi às propostas que o PSD aqui está a apresentar, é à proposta original e a proposta original foi feita no SDPA ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... e que foi legitimamente assumida pelo BE.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é um ataque ao Bloco!

O Orador: Não há nenhuma insinuação. Eu não preciso de insinuar coisíssima nenhuma, Sr. Deputado. Percebeu Sr. Deputado?

Se precisar podemos ir mais além.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sede oficiosa do PSD! Tenha decoro!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: ... eu apelo à vossa moderação e ao vosso empenho para a elevação do debate, para que possamos continuar os nossos trabalhos condignamente.

Sr. Deputado Paulo Mendes pediu a palavra para uma interpelação à Mesa.

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quero fazer uma interpelação à Mesa porque considero totalmente despropositada a intervenção do Deputado Aníbal Pires no que diz respeito à apreciação em sede de especialidade do art.º 1º.

Portanto, não estou a ver na matéria do comentário do Deputado Aníbal Pires, a pertinência que terá para a apreciação na especialidade do art.º 1º.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, registo a sua interpelação.

No entanto a Mesa vai conduzindo os trabalhos da forma que entende ser mais razoável e, portanto, permitimos ao Sr. Deputado Aníbal Pires o uso da palavra dentro daquilo que achámos que assim seria dentro do âmbito da discussão do debate da especialidade que versa sobre os artigos, neste caso, sobre as alterações apresentadas e não tem que ser concretamente sobre o artigo que se está a discutir.

Sr. Deputado Paulo Mendes pede a palavra novamente para?

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sendo assim, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, não estava para intervir ...

Presidente: Pediu a palavra para intervir?

Deputado Paulo Mendes (BE): ... mas dadas as circunstâncias ...

Presidente: Sr. Deputado, peço desculpa, mas se é para se inscrever terá que aguardar mais um pouco, uma vez que o Sr. Deputado Artur Lima já se tinha inscrito.

Já lhe dou a palavra de seguida.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está corretíssima sobre a condução dos trabalhos!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apenas para pedir um esclarecimento ao Governo Regional e à bancada do PS. O Sr. Presidente do Governo pode corrigir-me se eu falhar na exatidão das minhas palavras, se eventualmente falhar, terá dito que enquanto a oposição não queria resolver o assunto, o Sr. Presidente do Governo e o Governo queriam resolver este problema já.

A pergunta que eu coloco e correndo o risco de não estar a ser exato no termo, o “já”, Sr. Presidente, para o Governo Regional dos Açores, quer dizer três anos, 2014, 2015 e 2016 para resolver o concurso dos professores?

É só essa questão que eu queria colocar ao Governo Regional e também à maioria.

Já agora aproveito, Sr. Secretário Regional (muito boa tarde, está presente aqui no nosso plenário) se tem uma ideia quanto custa realizar um concurso, a mobilização de pessoal, em horas, enfim...

O Sr. Secretário pode dar-nos uma ideia sobre essa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu não estava para intervir durante o debate, a minha intenção seria outra, mas de qualquer forma dadas as circunstâncias e dadas as declarações do Deputado Aníbal Pires, não me parece que seja uma acusação, vou considerar que será se

calhar um elogio. Um elogio porquê? Porque o BE não tem qualquer preconceito em escutar qualquer sindicato, inclusive movimentos a que o Sr. Deputado Aníbal Pires se refere como movimentos inorgânicos.

Portanto, o BE não tem qualquer preconceito em dialogar com qualquer um dos sindicatos, inclusive, movimentos inorgânicos.

Que eu saiba, que eu tenha conhecimento e muito recentemente, o Sr. Deputado Aníbal Pires parece que não quis estar presente numa dessas reuniões, num desses movimentos inorgânicos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É muito democrático!

O Orador: Espero que tenha sido uma vez sem exceção, mas se calhar da próxima vez os tais movimentos inorgânicos não o queiram ouvir ou dar algum tipo de parecer a qualquer iniciativa que o Sr. Deputado tenha interesse no futuro, em vir a apresentar.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande lição!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires vou dar-lhe a palavra mas não posso deixar de relembrar a todos que estamos no debate na especialidade, portanto vamos centrar o nosso debate nos artigos que estão aqui em cima da mesa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas estou a pedir a palavra para um protesto, Sra. Presidente!

Presidente: Um protesto Sr. Deputado à intervenção do Sr. Deputado Paulo Mendes?

Tem a palavra. Três minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Mendes certamente não entendeu a minha intervenção.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sede informal do PSD!

O Orador: Eu não critiquei a atitude do BE pelo facto de ter assumido uma proposta do SDPA. Certamente que não e não pode de maneira nenhuma concluir das minhas intervenções que eu fiz essa afirmação. Nada disso.

Independentemente de eu concordar ou não com a proposta que foi assumida pelo BE (a verdade é esta e isto é um facto) o BE, como outros partidos, estiveram reunidos até ao fim de dezembro com o SDPA. O primeiro partido que esteve no SDPA, no fim de novembro foi o BE e passados dois ou três dias apresentou, legitimamente, e se se lembra eu até utilizei essa palavra legitimamente, uma proposta que o SDPA construiu. Apenas isso.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Deputado, não havia necessidade!

Deputado Domingos Cunha (PS): Havia, havia!

O Orador: Portanto, V. Exa. não entendeu bem.

Mas o meu protesto tem a ver com outra coisa. Quem é que falou aqui em movimentos inorgânicos? Alguém ouviu o Deputado Aníbal Pires falar em movimentos inorgânicos?

V. Exa. deve estar com algum problema auditivo para não ir mais longe.

Eu gostaria, logo que seja possível, que as senhoras que fazem o relato dos diários das sessões fornecessem ao Deputado Paulo Mendes as minhas intervenções, para que o Deputado Paulo Mendes verifique que eu não utilizei nunca a palavra inorgânico e muito menos movimentos inorgânicos.

Portanto, isso deve ser alguma confusão Sr. Deputado.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes quer usar da palavra para um contraprotesto?

Deputado Paulo Mendes (BE): Não é necessário.

Presidente: Muito bem.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para intervir.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Recentrando naquela que é a proposta do CDS-PP e do PPM, é uma questão absolutamente fundamental. Eu quero perguntar ao Governo Regional (eu bem

sei Sr. Secretário que isto é uma maldade que lhe faço porque o Sr. Secretário não foi tido nem achado nesta matéria do ponto de vista político) ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não acredito!

O Orador: ... mas eu quero dizer-lhe o seguinte: explique-me qual é vantagem de realizar um concurso extraordinário em 2014, 2015, 2016 e repetir, duplicar os concursos por exemplo em 2016? Explique-me!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Da mesma forma que vão ser aplicados agora em 2014!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Srs. Deputados do PS então e o debate? Então o esclarecimento? Então, Sr. Presidente do Governo, o esclarecimento que eu lhe pedi. V. Exa quer ter a delicadeza de me dar esse esclarecimento?

Se não quiser pronto, a gente compreende, mas fiz-lhe uma interpelação direta e agradeço que me responda.

Ao Sr. Secretário Regional fiz-lhe exatamente a mesma coisa, também agradeço que me responda.

Estamos no Parlamento, os senhores que tanto querem debate e debater...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E vamos responder.

O Orador: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

V. Exa. já deu a luz verde, eu agradeço.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Membros do Governo:

Apenas para explicar ao Sr. Deputado Artur Lima a questão dos três anos, com a referência que a lei portuguesa estabelece relativamente à questão dos três anos e a sua relevância para o contrato de trabalho. Daqui a três anos é que se estima que estará concluída toda a situação dos professores que tenham três ou

mais anos de contrato na mesma unidade e no mesmo grupo temático e que não satisfaçam necessidades transitórias, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não faz sentido!

O Orador: ... ou seja, os três anos são necessários de acordo com o critério que está definido para que se conclua no prazo de três anos, aquilo que é a situação de todos os professores que neste momento são contratados ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): 15 anos!

O Orador: ... em termos temporários e que satisfazem necessidades permanentes.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Lamento ter que dizer, Sr. Presidente do Governo que a sua explicação não faz qualquer tipo de sentido.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Faz todo o sentido!

O Orador: Não faz qualquer tipo de sentido!

Sr. Presidente do Governo, estamos a falar de professores contratados há 20 anos, há 17 anos, há 15 anos, há 10 anos.

Oh Sr. Presidente, em que mundo vive o Sr. Presidente do Governo Regional quando vem agora falar do somatório dos três anos? Em que mundo é que vive o Sr. Presidente do Governo Regional?

Mais lhe digo: Sr. Presidente do Governo Regional, sabe quantas vagas sobraram para os professores contratados deste primeiro concurso, em que abriram 38 vagas? Sabe quantas? Treze.

Deputado Aníbal Pires (PCP): No concurso ordinário!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde?

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão dos três anos, neste ano, no primeiro ano que é lançado este concurso, resolve todas as situações dos professores que estão contratados há três ou mais anos.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não! Nem pensar nisso! O quê?!

O Orador: A situação é que para o ano há professores relativamente aos quais se completam os três anos, por isso no terceiro ano fica resolvida toda a situação dos professores, que há três anos estão contratados nessas situações.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Além de que há pessoas a sair do sistema!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, eu lamento dizer mas o senhor não sabe o que diz, mas pior do que isso é não saber o que devia dizer, porque de facto há 15 anos que Portugal e por inerência a RAA, estão obrigados a cumprir uma Diretiva da União Europeia para integração de professores sucessivamente contratados.

Portanto, há professores na nossa Região que trabalham há 3, há 4, há 7, há 10 e há 15 anos, e mais do que isso.

Mas há aqui um problema, (o Sr. Presidente do Governo, naturalmente com o desconhecimento que tem profundo destas matérias que são muito específicas na área da educação, e reconheço que não tem obrigação de saber isto ao pormenor porque é muito complexo, mas é muito estranho que atrás de si tenha o seu Secretário da Educação, que não tenha dito nada sobre isto) ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Ele já vai falar!

O Orador: ... o Sr. Presidente deixou escapar uma expressão que também não é verdadeira, a expressão foi esta: “este ano este concurso resolve o problema de todos os contratados há mais de 3 anos”.

O Sr. Presidente sabe que hoje, em maio, passados vários meses sobre a entrada do diploma, então do BE, na Assembleia para resolver este problema, nós ainda não sabemos que critérios utilizou o Governo Regional para definir necessidades permanentes e ainda hoje continuamos a desconhecer o estudo que o seu Secretário Regional da Educação disse que ia fazer sobre esta matéria.

Portanto, julgo que é um atrevimento, permita-me que diga assim, dizer que este concurso vai resolver tudo quando ainda há três meses atrás, no concurso interno, o seu Governo Regional abriu apenas 34 vagas, sabendo que na Região há necessidades permanentes que vão para cima das trezentas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Presidente, não faz sentido. Acabou de colocar-se numa posição insustentável porque vai ter centenas de docentes que não vão ser colocados e que têm, por exemplo, mais que seis, sete anos de serviço. Isso é irrefutável!

Mais, o Sr. Presidente não controla essas variáveis. Sabe quantos professores oriundos de escolas do continente ficaram agora nestas 38 vagas? Dez, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Professores do quadro! Diga, professores do quadro!

O Orador: ... oriundos do quadro de escolas do continente. Dez!

O Sr. Presidente não controla estas variáveis. Não pode assumir esses dados. Ainda bem que os assume porque eu vou dizer que os incumpriu daqui a dois meses.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Só para um esclarecimento a ver se eu percebo bem.

Portanto, o que o Sr. Presidente disse (e agora é aparte do Sr. Vice-Presidente) é que excluindo as vagas que estão de substituição, todas as outras são resolvidas este ano, das necessidades permanentes do sistema.

Portanto, quem está há mais de três anos...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): As vagas! As vagas!

O Orador: As vagas.

... e que não sejam de substituição ficam resolvidas neste concurso.

É isto que eu queria perceber.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Já lhe explico!

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim machado, far-me-á a bondade de reconhecer que eu pelo menos perceberei tanto de Diretivas Europeias quanto V. Exa.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Mais do que eu!

O Orador: Naquilo que estamos a falar de Diretivas Europeias, porque é disso que estamos a falar, eu já no anterior debate desta matéria disse que a Região continuará sempre a ter a necessidade de recorrer a professores contratados.

O cumprimento ou não da Diretiva Europeia, não é uma questão *ad hominem*, não é uma questão *ad personam*, não se afere em função daquele ou de outro professor, mas afere-se em função da vaga, da vaga que é aberta.

Se há vagas que há três ou mais anos são preenchidas sucessivamente com recurso a professores contratados e que não correspondem a uma necessidade transitória, essa vaga será resolvida este ano, ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Quantas é que são?

O Orador: ... da mesma forma que para o ano vai completar-se três anos sobre vagas que são utilizadas por professores contratados e que não correspondem a necessidades transitórias.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Que estão aqui!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em câmaras municipais!

O Orador: Agora vamos colocar aqui um exemplo. Poderão perguntar-me: “mas certamente que haverá professores que são contratados há três ou mais anos e que continuarão com um contrato de trabalho a termo”. Há, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

O Orador: ... para substituir professores que ou estão destacados para outra escola, do ponto de vista provisório, que estão aqui no Parlamento, que estão em sindicatos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que estão aqui!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em câmaras municipais!

O Orador: ... esses continuarão a ser contratados a termo.

Agora, todas as vagas este ano que são preenchidas há três ou mais anos com recurso a professores contratados a termo, e que não correspondem à satisfação de uma necessidade transitória (o que eu chamo necessidade transitória, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em substituição!

O Orador: ... foram essas questões de substituição) serão resolvidas este ano.

Todas as que completarem três anos para o ano, serão resolvidas para o ano.

Por isso é que com esse horizonte de três anos em 2016, completar-se-á e resolver-se-á o assunto em relação às vagas, que é por aí que se afere se a Região cumpre ou não cumpre a Diretiva.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta intervenção do Sr. Presidente suscita a seguinte pergunta: quantas vagas, este ano, estão nessas condições e se serão preenchidas através de concurso interno ou de concurso externo?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem já acesso à resposta que foi dada ao requerimento, julgo que do BE ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas pode dar aqui!

O Orador: Já foi dada. Já está disponível on-line. 136 vagas.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Este ano?

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É esta a lista?

Bom, então vou dizer-lhe uma coisa: se é esta a lista eu já sei que está mal, está incorreta por uma coisa muito simples: apagaram a minha ilha, a Ilha do Corvo ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Estão em substituição!

O Orador: ... ou seja a escola do Corvo, que tem uma série de vagas permanentes, não surge aqui sequer na relação...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): É o seu caso!

O Orador: Não. Não. Então e o professor de música, há quantos anos é que está colocado e os outros professores? Tantos outros casos?

Portanto, a questão é a seguinte: a escola do Corvo tem necessidades permanentes que não estão aqui.

Já estive a olhar para outras escolas que eu conheço, como por exemplo a Manuel de Arriaga, e tenho a certeza que estes dados estão incorretos.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não é verdade! Estão corretos!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Há quantos anos não colocam professores de música?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta resposta que o Governo Regional deu ao BE é uma resposta recente ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): É!

O Orador: Confirme Sr. Presidente, a data é de?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Ontem!

O Orador: De ontem, pois.

É que até ontem este Parlamento não teve conhecimento do que eram efetivamente essas necessidades.

Mas no dia 13 de fevereiro, o Sr. Presidente do Governo naquela mesma cadeira disse que o Governo Regional e o PS haviam estudado aturadamente este diploma e as suas implicações.

Questionados sobre o que eram as necessidades, nunca nos apontaram porque efetivamente não tinham.

Mais uma vez, por aí se vê a precipitação que o Governo Regional e a maioria absoluta da do PS tiveram neste processo.

Deputado Berto Messias (PS): Maioria absoluta conferida pelos açorianos!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): A lista está correta!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não está!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS e pelo PPM ao art.º 1º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O ruído na sala não permitiu que ouvisse a votação!

Presidente: Sra. Secretária faça favor de repetir a votação.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo PSD ao art.º 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS e pelo PPM ao art.º 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS e pelo PCP ao art.º 3º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Fica assim prejudicada a proposta de alteração apresentada para o mesmo artigo pelo CDS e pelo PPM.

Avançamos para as propostas de alteração ao art.º 4º.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tirando as vicissitudes a que se sujeitou este diploma, este é o artigo nuclear do regulamento de concurso para ingresso extraordinário de docentes nos quadros das unidades orgânicas das nossas ilhas.

De modo algum o PSD podia ser insensível àquilo que foram as posições públicas dos sindicatos e dos professores, sejam em movimentos espontâneos, sejam através dos pareceres individuais que enviaram ao nosso Parlamento.

Relativamente a esta matéria de ordenação dos candidatos não houve um único parecer que fosse absolutamente favorável a este regulamento que a maioria quer e provavelmente vai fazer aprovar.

Se fosse só a circunstância da maioria decidir que esse era o melhor caminho, e se esse fosse de facto o melhor caminho, era irrelevante que outros partidos da oposição e que alguns professores, individualmente, tivessem manifestado o seu desacordo relativamente a estas matérias.

Mas o que aqui está em causa vai muito para além disso.

O que aqui está em causa são implicações irreversíveis na vida de centenas de professores, de gente que denodadamente tem dado muito do seu contributo, muito da sua competência profissional, muita da sua dedicação pessoal, ao nosso sistema educativo regional.

Por arrastamento com essas centenas de professores serão também prejudicadas outras centenas de pessoas, eu diria até milhares de pessoas que são os familiares desses professores.

Insensivelmente, o PS fez – permitam-me a expressão – “orelhas moucas” a todos estes protestos, a todos esses lamentos, a todas essas reclamações, porque de facto os critérios estabelecidos são critérios que vão contra aquilo que é o mais elementar das expectativas dos professores e que até contradizem aquilo que o Sr. Presidente do Governo há instantes ali disse ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... quando se refere que no próximo ano e em 2016 se vão completar três anos, complementam-se três anos, mas há professores que efetivamente pelos critérios que estão aqui fixados ficam excluídos do concurso.

Daí que o PSD tenha apresentado estas propostas de alteração que em síntese e em três palavras eu vou resumir:

Primeiro: alargar o tempo de referência para a contagem do tempo de serviço relevante para concurso (de 3 para 5 anos);

Em segundo lugar, eliminar essa obrigatoriedade, subliminarmente introduzida neste diploma de todos os professores terem de concorrer a todas as ilhas se quiserem ficar fixados na primeira ordenação.

Com esta proposta nós vamos ao encontro das solicitações, daquilo que são as justas expectativas dos professores e, também relevamos que se nalgum momento não quisemos dialogar com o PS aqui dentro, não deixamos de fazer com quem é mais importante: com a sociedade civil açoriana, neste caso concreto, com os nossos professores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que em relação a esta proposta o CDS e o PPM apresentavam uma solução muito simples. Apresentávamos a ordenação das vagas tendo em conta os critérios que já estão vigentes há muitos anos.

Portanto, já foram relativamente consensualizados, como já se viu, aliás, em relação a votações que aqui foram realizadas nesta câmara. Essa era uma solução plausível.

Esta solução, que é a solução que está em vigor, não obriga os professores a concorrer para todas as ilhas e para todas as escolas.

Eu considero que esta matéria é uma matéria da maior importância.

Eu já vi aqui o Governo Regional dizer que desenvolve políticas de apoio às famílias.

Bom, mas as famílias dos professores que têm os seus filhos numa qualquer ilha da nossa Região, e o seu marido, e a sua família, e que são obrigados a concorrer porque se não perdem essa prioridade, obviamente, não é uma opção (é uma opção para quem não quiser ter qualquer tipo de hipótese de progredir na carreira e de vir a integrar os quadros) é uma não opção. Não há liberdade. Os professores que não quiserem ser ultrapassados são obrigados a concorrer para todas as ilhas.

Digam-me uma coisa: isto é ou não uma violência que se faz às famílias dos professores?

Ainda por cima dizem os senhores: “Bom mas nós assim (vou terminar Sra. Presidente, já me apercebi ...) resolvemos o problema, damos estabilidade ao corpo docente e damos estabilidade aos quadros de escola”.

Não é assim, porque um professor que reside na Ilha de S. Miguel, que tem lá os seus filhos, o seu marido, vai concorrer sempre se estiver, por exemplo, na Graciosa ou na Flores. Vai tentar regressar à sua casa.

Portanto, o que vai acontecer é que esse professor durante, 4, 5, 6, 7, 8 anos vai tentar regressar à sua residência, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E qual é o problema?

O Orador: ... ainda por cima numa situação económica tremenda porque vai ter que pagar a sua casa, vai ter que pagar também a casa noutra local onde vier a ficar colocado, ou arrendar uma outra casa.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino Sra. Presidente.

Isto é uma violência. Isto é uma opção contra as famílias e ainda por cima é uma violência absolutamente gratuita, porque a Região tem um histórico nesta matéria, nós nunca impusemos isto aos professores, porque é que impomos agora? Por que é que impomos agora esta violência aos professores? Não tem nenhuma explicação racional.

Meus senhores, eu acho que ainda estamos a tempo de realizar uma votação que vá de encontro às necessidades das pessoas, às expetativas das pessoas e não obrigar as pessoas, porque isto são (dizem-me os senhores) 40 ou 50 casos. São 40 ou 50 tragédias familiares que se vão criar com esta opção política.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas o Sr. Deputado Joaquim Machado estava a dizer que eram centenas!

Deputado André Bradford (PS): Milhares!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta imposição da maioria musculada do PS e o seu apêndice, Partido Comunista, é efetivamente contra as famílias.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Respeitinho, Sr. Deputado!

O Orador: Mais do que isso, é pedagogicamente errada, profundamente errada. Os senhores vão obrigar docentes a irem contra sua vontade para uma ilha que não querem ir.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

O Orador: Isso obriga os docentes a deixarem para trás a mulher, os filhos, ou o marido e os filhos... a família, a casa, o lar, tudo atrás.

Um docente que vá para uma ilha contra vontade e que deixe a sua família atrás vai estar motivado para ensinar?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Pedagogicamente, Sr. Secretário o senhor que tanto se apega às pedagogias para fazer mudanças inimagináveis na rede escolar, acha que isto pedagogicamente é uma medida correta?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): É!

O Orador: Pedagogicamente, fica aqui dito pela voz do Sr. Secretário, que obrigar um docente a ir para uma ilha contra sua vontade, deixar a família atrás, é uma medida pedagogicamente correta. Fica dito, Luiz Fagundes Duarte, Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Ainda não falou e já está a pôr-lhe coisas na boca!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Disse-o em aparte!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Creio que é importante que neste momento e nesta parte do debate em que se discute as prioridades, seja importante realçar alguns aspetos que têm aqui sido usados com demasiada demagogia.

Eu começava por reiterar o que tem sido dito que é se numa fase inicial quando este documento aqui veio, apenas com uma fase externa trazido pelo Bloco, a verdade é que nós hoje temos muitos *e-mails*, aliás um conjunto também de professores de quadros de escola, que nos enviaram e-mails a dizer que concordavam em absoluto que houvesse duas fases, o interno e o externo, exatamente porque há muita gente que está em quadros de escola longe das suas famílias...

Deputado Manuel Pereira (*PS*): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Isso não é importante?

A Oradora: ... afastados dos seus familiares, da sua casa, do marido ou da mulher, dos filhos, do cão, da família, do gato, de tudo.

Portanto, neste aspeto também há quem esteja a aguardar há muito tempo por uma oportunidade de se aproximar das suas famílias.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que são contra!

A Oradora: Não posso deixar de dizer que, se o Sr. Deputado Joaquim Machado acha que dá resposta àquilo que há bocadinho me parecia para ele ser essencial, que era a Diretiva, se ele acha que trabalhar em 5 anos, 710 dias que não chega a dois anos, em cinco anos, é dar cumprimento a uma Diretiva que diz mais de 3 anos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porque a senhora alterou!

A Oradora: ... eu queria saber se isto é uma prioridade que vá ao encontro do que foi expresso na diretiva?

O PS está aqui com a seriedade que estive e que está desde o início deste diploma.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para que fique de uma vez por todas claro: ninguém é obrigado a concorrer a todas as ilhas. É uma opção. Para que isto fique claro: ninguém é obrigado a concorrer a todas as ilhas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É apresentado na primeira prioridade. É obrigatório!

O Orador: Concorrer para todas as ilhas é, como outras, uma opção concursal dos candidatos.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É obrigatório!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(Diálogo entre as bancadas)

Sras. e Srs. Deputados, quando quiserem vamos passar à votação.

Está à votação então a proposta de alteração apresentada pelo PS e pelo PCP ao art.º 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Ficam assim prejudicadas as propostas de alteração apresentadas pelo PSD a este mesmo art.º 4º., assim como também a proposta de eliminação do art.º 4º., apresentada pelo CDS e pelo PPM.

Avançamos agora para o art.º 5º.

Está à votação a proposta de eliminação apresentada pelo PS e pelo PCP ao art.º 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo CDS e pelo PPM a este mesmo art.º 5º.

Avançamos para o art.º 6º.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS e pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Vamos votar agora uma proposta de aditamento, art.º 6-A, apresentada pelo CDS e pelo PPM.

O Sr. Secretário Regional pediu a palavra?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Sim.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário Regional.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Obrigado, Luiz! Bem-vindo!

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu gostaria de entrar neste debate para responder a algumas dúvidas que têm sido levantadas aqui.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Já foi!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Chegou um bocadinho atrasado!

O Orador: Não, Sr. Deputado, ainda falta.

Atualmente no sistema temos 4926 docentes, dos quais 3996 são do quadro e em exercício e 930 são contratados.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Quantos? Pode falar mais devagarinho! Peço desculpa!

O Orador: 3996 são do quadro, 930 são contratados.

Destes últimos 726 têm contrato anual e 204 encontram-se em regime de substituição temporária, ou seja, professores do quadro que estão já em situação de substituição temporária.

Do total de docentes, 1005 encontram-se a desempenhar funções de natureza transitória, como funções não letivas, que são 114; apoios educativos e substituições no pré-escolar e no 1.º Ciclo do básico, 303; apoios educativos e

substituições do 2º. E 3º. Ciclo do básico e no secundário, são 160; redução para exercício de cargos pedagógicos, 109; redução da componente letiva por idade, 154 para além dos que se encontram fora do sistema e que são 165, sendo 201 docentes dos quadros e 724 contratados.

Neste panorama é necessário que se tenha em conta que nos termos da legislação em vigor, a turma padrão para o pré-escolar é de 20 alunos; 23 alunos para os três ciclos do básico e 25 para o secundário, não entrando aqui o número de crianças e alunos da educação do ensino especial e do ensino artístico.

O número de docentes apurado para satisfazer as necessidades resultantes do total de turmas padrão, em cada unidade orgânica, define as necessidades permanentes do sistema.

Tendo em conta a realidade que é muito complexa e articulando-a com a flutuação do número de alunos que decresce de ano para ano e o número sempre imprevisível de professores do quadro que se aposentam, que concorrem e são colocados nos quadros nacionais ou da Madeira, ou que por outras razões saem definitivamente do sistema, foi possível apurar-se no corrente ano letivo 136 vagas que será necessário prover.

Dessas, 34 já foram disponibilizadas no concurso extraordinário, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 38!

O Orador: ... aberto a 31 de janeiro e encerrado a 14 de fevereiro e que se destinou a prover os lugares do quadro que se encontravam por prover nas escolas básicas integradas de Água de Pau, Ponta Garça e Ferreira Drumond de S. Sebastião.

As restantes 102 vagas serão brevemente postas a concurso, também extraordinário, na sequência do presente processo legislativo e de acordo com as regras que forem aprovadas por esta Assembleia.

As 136 vagas a concurso resultam do apuramento de 122 lugares que há três anos ou mais têm vindo a ser ocupadas por professores contratados e de 14 que vagaram por aposentação ou por transferência para quadros externos à Região dos seus titulares.

Também de acordo com a flutuação do número de alunos e da saída definitiva dos docentes dos quadros, e como já foi aqui dito pelo Sr. Presidente do Governo, serão abertos novos concursos extraordinários em 2015 e 2016, ano este em que se regressará aos concursos ordinários que como já foi anunciado e está previsto na legislação em vigor, passarão a ser quadrienais.

Das 102 vagas que serão postas a concurso na sequência do presente processo legislativo, 5 serão na Ilha de Santa Maria, 56 em S. Miguel, 21 na Terceira, 1 na Graciosa, 1 em S. Jorge, 8 no Pico, 4 no Faial e 6 nas Flores. É o que consta na resposta que está disponível e que já foi apresentada pelo Governo.

Porém, embora mantendo-se o número global, o número de vagas por ilha poderá naturalmente variar já que o concurso, como também já foi dito, decorrerá em duas fases: na primeira teremos um concurso interno de provimento, com recuperação automática das vagas; na segunda teremos um concurso externo para provimento de todas as vagas dos quadros de escola.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Os professores e educadores são atores fundamentais no processo de educação pública.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas olhe que não parece!

O Orador: Porém o sistema público da educação existe em função dos alunos. Precisamos de professores e educadores motivados, é verdade, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas os senhores são contra!

O Orador: ... mas isso faz parte da sua responsabilidade enquanto professores, na quantidade necessária, com habilitação necessária e com a segurança de trabalho necessária, para que o sistema funcione e se possa resolver, na medida em que um conjunto de fatores externos à escola e a seu montante o permita, o verdadeiro problema que todos nós temos pela frente: o combate ao insucesso e abandono escolares e a formação de uma geração que na sua grande parte já é filha do abandono e do insucesso escolares e que corte com esta tendência para a desvalorização da escola, que sendo um problema à escala universal, adquire contornos dramáticos em Portugal e sobretudo nas nossas ilhas.

Não poderemos nunca empregar os mais de cinco mil docentes que se apresentaram ao primeiro concurso extraordinário deste ano para prover apenas 34 lugares (veremos o que se passará com o próximo concurso extraordinário) nem poderemos nunca resolver a contento de cada um os problemas resultantes do somatório dos interesses de todos aqueles que pretendem, legitimamente, é verdade, ver resolvida e consolidada a sua carreira profissional porque a nossa realidade é aquela que eu referi, com números, e devem ser os docentes a adaptar-se a ela e não o contrário.

As vagas disponíveis no sistema distribuem-se por 8 das 9 ilhas dos Açores e os alunos das ilhas mais pequenas ou isoladas têm exatamente os mesmos direitos que os das ilhas maiores e mais procuradas.

Para nós não há ilhas de primeira ou de segunda, como defende curiosamente o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor agora, no final do debate, é que decidiu fazer uma intervenção?

O Orador: Daí que a presente iniciativa legislativa entenda e bem como uma das condições para ser oponente ao novo concurso externo extraordinário, que os docentes interessados em concorrer o façam para todas as ilhas, porque cada uma das ilhas é parte integrante da nossa Região Autónoma.

Assim, como já disse, o Governo colocará a concurso as 102 vagas dos quadros que neste momento se encontram disponíveis, cabendo aos docentes que reivindicam lugar nos quadros, candidatar-se ou não a cada uma daquelas que correspondam ao seu perfil e para o qual reúna os necessários requisitos, seja em que ilha for.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é especialidade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ainda não acabou o tempo do Governo!

O Orador: O Governo está a fazer o seu trabalho e continuará a fazê-lo. O que dependia de si fazer, já fez.

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Enquanto naquilo que nesta matéria ainda falta fazer, depende só e tão só, do que esta Assembleia decidir, incluindo os Srs. Deputados que não estão nem querem ouvir aquilo que eu estou a dizer, mas o problema é deles.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é que está a falar fora de tempo!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor só agora é que falou!

O Orador: O Governo cumprirá rigorosamente o que esta Assembleia decidir e aguarda serenamente que a Assembleia se pronuncie.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário queria pedir-lhe apenas (V. Exa. falou, não queria falar, mas quando falou, falou) ...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Estamos num Parlamento.

O Orador: ... se V. Exa. anuía a nos dar esses números, fazer chegar à Mesa. Foi muito rápido e nós gostaríamos de ter esses números.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Já foram entregues!

O Orador: Eu estive a ouvi-lo com atenção só que não consigo também fixar esses números todos porque a minha memória já me trai.

Agora, Sr. Secretário, permita-me que lhe diga uma coisa: para nós não há ilha de primeira nem de segunda.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Parece que sim!

O Orador: Há professores de primeira e docentes de primeira, onde todos devem ser respeitados e os senhores aí estão efetivamente a ir contra aqueles que querem ficar junto das suas família, aqueles que querem ensinar os seus alunos, que estão motivados para ensinar e isso é pedagogicamente errado.

Portanto, nós estamos ao lado dos docentes competentes e das famílias que querem ir ao lado do ensino com qualidade e que deve ser pedagogicamente orientado, que é isso que o senhor uns dias defende e outros é contra, como por exemplo essa medida do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim vamos votar a proposta de aditamento, art.º 6-A, apresentada pelo CDS e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS e pelo PCP ao art.º 7º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Fica prejudicada a proposta de alteração apresentada para este mesmo artigo pelo CDS e pelo PPM.

Vamos passar à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global o DLR 3/2014 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, e um voto contra do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Paulo Mendes pede a palavra para?

Deputado Paulo Mendes (BE): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do BE votou favoravelmente algumas das propostas de alteração apresentadas quer pelo PSD (pelo menos uma) e propostas de alteração apresentadas pelo PPM e pelo CDS.

Isto porque entendemos que eram propostas que visavam no nosso entender minorar os danos causados por um diploma que está manchado de imensas incertezas, ou que irá trazer imensas incertezas à classe docente nos Açores.

O BE Açores considera que com a aprovação deste diploma consumou-se um processo que é uma mancha para esta Casa e ainda mais grave um embuste contra os professores contratados há anos e uma manobra dilatória para tornear a Diretiva da Comissão Europeia.

Este diploma não faz justiça aos professores que ao longo de 4, 5, 6, 7, 10 e mais anos, têm servido a escola pública e o sistema educativo regional.

É mais um fator de instabilidade nas nossas escolas, é um desrespeito pela legislação laboral e uma tentativa de rasteira de contornar a Diretiva Europeia, aliás seguindo de perto as pisadas do Governo da República do PSD e CDS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já cá faltava!

O Orador: A consumação da votação deste diploma, assumido pelo PS e pelo PCP, encerra por hora, um processo turbulento onde a má-fé reinou e a ilegalidade foi corolário.

A participação neste debate, agora terminado, seria por parte do BE o branquear de todo este processo, assim como participar numa manobra dilatória sobre professores e para estes expedientes não contem com o BE Açores.

Continuamos por não ver esclarecida uma questão de fundo e que é essencial a todo este processo de integração dos docentes: quantos são os docentes contratados no sistema educativo regional que estão a corresponder a necessidades permanentes?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Essa declaração de voto foi escrita antes de ontem!

O Orador: O que entende a Secretaria Regional de Educação, Ciência e Cultura por necessidades permanentes?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Demoraram 60 dias para responder! Responderam ontem!

O Orador: O conceito. Depende do conceito.

Também é importante percebermos se as tais necessidades transitórias que foram aqui definidas como transitórias, se nessas necessidades também estão docentes que deveriam estar nas necessidades permanentes.

E se só existem 136 docentes no sistema educativo regional a responderam a necessidades permanentes, isto nas vossas contas, como se propõe o Governo integrar até 2016, cerca de 300.

A resposta da secretaria ao BE Açores insiste em não clarificar os conceitos, facto que se repete ano após ano, sempre que lhe fazemos a pergunta.

Esclarecer os conceitos é assumir o compromisso de agir em conformidade com estes.

Termino dizendo que está demonstrado que assim se vê a força deste PS.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah! Foi só isso?!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Passados quinze anos sobre a Diretiva da União Europeia, sob intimação, contrariado, o Governo Regional vai finalmente proceder à integração no quadro de professores sucessivamente contratados.

Fá-lo tarde, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): São 16 e 12! Não é tarde!

O Orador: ... com manifesta má vontade, insensível aos protestos e sugestões dos professores e dos sindicatos que os representam.

Fá-lo tarde com prejuízo dos professores contratados, da sua instabilidade familiar e da dignificação das respetivas carreiras.

Fá-lo tarde sem acautelar o interesse do sistema educativo regional.

Nestas circunstâncias o PSD não podia dar o seu voto favorável a um diploma que é tão injusto no conteúdo, quanto foi humilhante na forma.

Um diploma contestado na imprensa, nas redes sociais, nas ruas.

Em resposta o PS tratou de abafar o descontentamento, hipocritamente dizendo-se disponível para introduzir as alterações então, e ainda hoje, reclamadas pelos docentes contratados.

Se dizemos politicamente hipócrita é porque no regresso do diploma ao Parlamento, nada foi feito no sentido da sua melhoria.

Afinal, as reuniões, as declarações públicas e as notas de imprensa, feitas por Deputados socialistas, não passaram de uma farsa, de uma falsidade feita aos professores.

Como diz uma Sra. Deputada socialista, em mais do que uma área, o PS ouve, mas não escuta, sem explicação, racionalidade ou justificação, o PS teimou em manter critérios de ordenação dos candidatos que fogem às regras estabelecidas nos concursos ordinários, introduzindo requisitos e obrigações que desvirtuam transparência e justiça que o processo deve ter, que fazem suspeitar tratar-se de um fato talhado à medida de interesses que aqui não se declararam.

Alargar para cinco anos o tempo de referência para a contagem dos 1075 dias de serviço...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ah! Alterou ou não alterou?

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Não senhor!

O Orador: ... e eliminar a obrigatoriedade de concorrer para todas as unidades orgânicas de todas as ilhas, respondia às justas expetativas dos professores

contratados e nesse sentido o PSD apresentou uma proposta, mas o PS preferiu usar a força da razão, contra a força da razão.

A maioria absoluta foi mais uma vez absurda. Preferiu usar a razão da força, contra a força da razão.

A maioria absoluta foi mais uma vez maioria absurda.

O verdadeiro erro é aquele com o qual nada se aprende. Lamentamos que assim seja, não pelo PSD, antes sim lamentamos pelos professores contratados, pelas suas famílias, pelo nosso sistema educativo, pelos Açores.

Somos a favor da integração extraordinária dos professores nos quadros, mas somos absolutamente contra os critérios de ordenação dos candidatos, o verdadeiro âmagô deste diploma. Nesse sentido o nosso voto foi contra.

Deputados Luís Maurício e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós acabamos de reapreciar um diploma em que nesta altura devia estar a decorrer o concurso dos professores.

No entanto, assistimos aqui a uma declaração de voto, por parte do BE, que veio aqui hoje não fazer mais do que mostrar o seu desnorte. Foi trazido pela mão do BE e o BE hoje pronuncia-se contra um diploma que vai exatamente ao encontro dos anseios que pretendiam e que o melhorou substancialmente.

Quanto ao PSD o que acabamos de assistir foi à posição do Sr. Deputado Joaquim Machado ...

Deputada Judite Parreira (PSD): Mas isso é uma declaração de voto?!

A senhora não sabe o que é uma declaração de voto!

A Oradora: ... falar novamente numa Diretiva que não é uma Diretiva para professores, é uma Diretiva para todos os que estão de contrato a termo.

Falar de um instado que não foi o Governo Regional, mas sim o Estado Português a fazê-lo.

A Região tem um diploma, o Estado Português ainda não tem resposta para essas situações.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está a fazer declarações de voto sobre as declarações de voto dos outros!

A Oradora: Acabamos de apreciar e de aprovar um DLR que vai dar resposta, até pelo número de vagas já aqui avançado hoje, aquilo que os açorianos têm demonstrado que podem contar.

É o PS que tem tido a responsabilidade de ao longo dos anos que está no Governo, responder ao tratamento e corresponder e fazer com que todas as ilhas tenham exatamente o mesmo tratamento; assegurar que todas as ilhas tenham direito a ter os professores do topo, se é isso que aqui esteve algum dia em discussão.

Portanto, o que aqui hoje se aprovou é de certo o melhor e dará um melhor contributo em termos de docentes para o nosso sistema educativo regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Espero que a Sra. Presidente tenha a mesma tolerância que teve com o Sr. Secretário da Educação, que falou sobre o sistema educativo no artigo que dizia respeito ao prazo de publicação na atual legislação.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas qual é o problema? Isso não tem nada a ver!

O Orador: Não. Tinha tudo a ver Sr. Presidente.

Há três ou quatro questões que explicam o meu sentido de voto e gostava desde já de dizer ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Diga, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Presidente do Governo Regional, contra factos não há argumentos.

Sr. Presidente do Governo Regional, foi aqui chumbada uma proposta na primeira legislatura, em que eu aqui me sentei, para a criação de uma vaga para um professor de música.

V. Exa., e é um mérito que eu lhe atribuo, pensou de forma diferente e considerou que esta vaga do professor de música deveria abrir-se no Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estamos a falar no Corvo agora!

O Orador: Muito bem! Isto foi há cinco anos.

Há cinco anos tinha que existir um professor de música no Corvo. Certo? Certo.

Há cinco anos que está colocado.

Aqui na listagem não aparece.

Portanto, aquela é uma vaga permanente ou não é uma vaga permanente?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Não é horário completo!

O Orador: É uma vaga permanente.

Agora, em relação às estatísticas, como é que Vs. Exas. estão a fazê-las? Se não consideram este tipo de situações, estão errados.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas ouça!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Não é horário completo!

O Orador: É pura e simplesmente a metodologia, porque aquela vaga é uma vaga permanente.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não tem horário completo!

O Orador: É horário completo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é!

O Orador: É. Então! Pelo amor de Deus. Eu que fiz o horário durante algum tempo, ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor não sabe o que é que fez!

O Orador: Oh, Sr. Presidente do Governo, eu reconheço-lhe muitos méritos, omnipresença não é possível.

A questão é a seguinte: esta lista está incorreta e vou levar os próximos dias a demonstrar isso. Esta lista está incorreta! Primeiro ponto.

Segundo ponto que eu considero absolutamente fundamental. Não sei quem é que aconselha o Sr. Presidente do Governo Regional, sobre estas matérias da Educação, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a Sra. Deputada, ministra Catarina!

O Orador: ... mas o Sr. Presidente do Governo Regional alterou aquelas que eram as prioridades do PS também nesta matéria.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Eu?!

O Orador: Sim. O Governo sob sua responsabilidade.

Até agora o Governo Regional considerava que os professores poderiam optar se concorriam para aquela escola ou para aquela ilha, ou não. Esta opção defendia as famílias, esta opção significava ...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Isto é um concurso extraordinário!

O Orador: Não é o caso de considerar, como o Sr. Secretário disse de uma forma absolutamente despropositada, que eu considerava que existiam várias ilhas e que existiam estatutos diferentes para as ilhas.

Bom, eu sou o pior exemplo, Sr. Secretário, porque eu concorri e estou a trabalhar na Ilha do Corvo há 14 anos.

Portanto, esse exemplo é o pior que o senhor podia dar.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Acha bem que não queiram ir para lá?

O Orador: Agora a questão fundamental é a seguinte: nós, PPM, privilegiamos as famílias.

Portanto, nesse sentido obrigar um professor que leciona há 14 ou 15 anos na Terceira, entretanto a vaga não foi criada, obriga-lo a concorrer por 3 anos para outra ilha, é evidente que está a causar um sofrimento à família desse professor e está a causar um sofrimento no contexto de grande fragilidade económica das

famílias, porque esse professor que provavelmente já está a pagar a sua casa, vai ter que arrendar uma casa numa outra ilha, enquanto o seu marido e os seus filhos ficam ali, ficam na ilha de residência, e é evidente que está a infligir um sofrimento a essa família, a esse professor, absolutamente desnecessário.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Mas isso é inerente à condição!

O Orador: Qual é a vantagem dessa situação? Então aquele professor que está a dar 3 anos, neste caso, aulas naquela ilha não quer voltar a estar com o seu marido e com os seus filhos? Não quer? É evidente que quer, Sr. Secretário.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Qual é a vantagem para o sistema educativo de infligir este sofrimento, absolutamente gratuito, aos professores?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Sr. Deputado, isso é demagógico!

O Orador: Nenhum! Esta opção, os senhores estão no Governo (eu vou já terminar Sra. Presidente), há 18 anos ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não é verdade!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Vai fazer 18 anos, Sr. Presidente!

O Orador: ... e nunca tomaram esta opção. Por que é que a tomam agora? Por que é que os senhores alteram aquela que era uma filosofia humanista nesta matéria e estão a submeter os professores a esta violência?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Isso é debate ou é declaração de voto?

O Orador: Isto não faz sentido absolutamente nenhum!

Esta matéria, esta decisão ...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... vai custar a Vs. Exas., com certeza, por parte destas famílias e são muitas que vão ser afetadas, uma série de recriminações.

Termino, Sra. Presidente, dizendo o seguinte: também não é verdade ...

Presidente: Oh Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: ... que o problema dos professores contratados se esteja a resolver desta forma.

Vou dar um exemplo: 38 vagas e apenas um terço dessas vagas é que está a chegar aos professores contratados.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor não quer perceber!

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: É preciso desmontar esta propaganda.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela sua tolerância.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Tomara eu ter condições para poder admitir todos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Votamos contra este diploma e votamos contra porque entendemos que é um processo que não é totalmente transparente; que não se vai desenvolver com a transparência necessária; que é um processo que abala o princípio da confiança, a confiança que está instalada nos concursos e nos docentes que tinham regras estabelecidas há anos. Esse princípio é traído.

Votamos contra porque achamos que todas as vagas, pese embora as explicações, devido e a bem da transparência, deviam ser postas a concurso.

Votamos contra, sobretudo porque este diploma vem criar injustiças. Queríamos evitar que se cometessem injustiças, injustiças relativamente às famílias dos professores.

Pese embora algumas alterações que o PS foi obrigado a fazer, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... reconhecendo a sua arrogância e a sua prepotência, no início desse diploma inicial que foi canibalizado – digamos assim – ao BE, foi ao charco e foi do charco que ele veio e o PS aproveitou para introduzir-lhe

alterações. Não teve a humildade suficiente de introduzir alterações que evitassem injustiças, por isso nós votamos contra.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas e 45 minutos.

Eram 18 horas e 27 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 19 horas.

Entramos no ponto 4 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 23/X – “Cria o regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico ao consumidor final – Ecotaxa”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos foram definidos pela Conferência e são os seguintes: O proponente, o PS e o Governo dispõem de 25 minutos; o PSD, 20 minutos; CDS, 13 minutos; o BE e o PPM dispõem de 10 minutos.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Desde há muito que a ideia de desenvolvimento sustentável é uma parte integrante e inalienável do projecto político e da proposta social do PCP. E, mais do que uma postura ideológica, o avanço do conhecimento científico tornou hoje consensual que, a prazo, não existe desenvolvimento económico nem progresso humano fora de um quadro de sustentabilidade ambiental.

Esta proposta é justamente fruto desse consenso cada vez mais alargado na nossa sociedade. Dando expressão legislativa à vontade manifestada por um

número importante de cidadãos numa petição que aqui foi apreciada, mas também ouvindo a voz de diversos movimentos sociais açorianos e de muitos cidadãos, o PCP aqui está, como é seu dever, a levar à prática a vontade dos açorianos.

Importa continuar esse esforço de mudança de mentalidades e, também, passar à ação concreta, minorando os impactos negativos da actividade humana e contribuindo para o equilíbrio ecológico do qual depende a nossa sobrevivência colectiva.

A proposta do PCP opera nesses dois níveis. A introdução da ecotaxa pretende, em primeiro lugar, contribuir para alertar o consumidor, contribuindo para a compreensão de que o plástico, e concretamente os sacos de plástico, são um resíduo nocivo e perigoso, com elevados custos económicos e ambientais. O primeiro objectivo da ecotaxa não é a de arrecadar receita, é a de mudar mentalidades.

Mas a proposta do PCP pretende, também, no imediato, conseguir uma redução dos resíduos de plástico e, conseqüentemente, também uma redução da despesa dos sistemas de recolha, selecção e reciclagem. O sucesso desta iniciativa poderá no futuro ser avaliado quantitativamente pela redução no volume deste resíduo. E, qualitativamente, na melhoria do estado do nosso ambiente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Os Açores têm, no campo da sustentabilidade, uma responsabilidade acrescida. Enquanto região marinha, de elevada qualidade ambiental, tesouro natural do Atlântico, impende sobre os açorianos o encargo de cuidar e preservar o ambiente das suas ilhas e do seu mar. Não podemos, naturalmente, resolver os grandes problemas globais com os resíduos ou com a poluição oceânica. Mas podemos e devemos fazer a nossa parte.

Não devemos ficar à espera que sejam outros a tomar as decisões necessárias para proteger o nosso património ambiental. Não devemos estar atrás. Temos de estar à frente. Devemos esforçar-nos por ser, no plano nacional e mesmo no europeu, o modelo, o exemplo a seguir em termos de protecção do ambiente.

Esta proposta, se for aprovada, irá justamente colocar os Açores à frente de todas as outras regiões do nosso país, em termos de medidas de redução dos resíduos de plástico e fará com que a nossa Região se junte às centenas de cidades e dezenas de países, que na Europa e em todo o mundo, assumiram políticas de limitação ou desincentivo do uso dos sacos de plásticos descartáveis.

Estaremos, com a introdução da ecotaxa, a agir localmente reduzindo a quantidade de sacos de plástico consumidos nos Açores, mas estaremos também a agir globalmente, dando força a esta ideia, contribuindo para a tomada de consciência global em relação aos sacos de plástico.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quando subimos a esta tribuna, no passado mês de janeiro, para apresentar esta proposta, apelámos à construção de um consenso político para reduzir os sacos de plástico nos Açores. Passados agora 4 meses, cremos que esse consenso foi possível e queremos daqui endereçar uma palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho e agradecer as propostas, sugestões e reparos recebidos.

No entanto, queremos reconhecer que, naturalmente, não estamos de acordo com todas as propostas. Se questões como a proibição da publicidade nos sacos de plástico, a realização obrigatória de ações de sensibilização ou a diferenciação entre pequenas e grandes superfícies de comércio a retalho, nos parecem contributos muito positivos que enriquecem a nossa proposta, o mesmo já não poderá ser dito, de outras propostas apresentadas.

Temos dúvidas, por exemplo, em relação à alteração proposta para o valor da ecotaxa, que o Governo Regional passa a poder reduzir arbitrariamente. Sobre isto, quero dizer que importa que, no futuro, seja sempre salvaguardada a intenção pedagógica da ecotaxa e que seria muito negativa reduzi-la a um mero valor residual que passasse despercebido ao consumidor. Pensamos, aliás, que o valor da taxa deve vir a ser ajustado no futuro, em função dos resultados obtidos na redução dos resíduos. Mas, a seu tempo, cá estaremos para avaliar e discutir novamente este assunto.

Temos, também dúvidas, em relação à necessidade de prazos tão dilatados para a entrada em vigor desta medida. Cremos que, com um esforço de sensibilização adequado, seria possível implementá-la já no próximo ano. Mas, mais uma vez, não será por causa desta questão que quebraremos o consenso político que se gerou com a nossa proposta.

Em conclusão, quero dizer que, mesmo com algumas dúvidas em relação às alterações, continuamos a pensar que esta é uma proposta positiva, uma medida importante, com importantes reflexos no nosso futuro. Procurámos construir o consenso, não seremos nós agora a destruí-lo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Termino reafirmando a importância desta proposta, para o presente e para as gerações futuras. O PCP orgulha-se de, mais uma vez, como tantas vezes no passado, fazer parte das soluções políticas que marcam a nossa história Autónoma e ser também obreiro do futuro dos Açores como uma Região ambientalmente sustentável.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta iniciativa do Partido Comunista é, na nossa opinião, uma iniciativa extremamente válida e gostava de dar, pessoalmente, os parabéns ao líder da bandada do PCP por tido a coragem de avançar com esta proposta que, na nossa opinião, de facto, irá ter um impacto a nível ambiental positivo.

Eu gostaria de lembrar que a produção de plástico na Europa cresceu de cerca de 1.5 milhões de toneladas em 1950 para cerca de 280 milhões atualmente.

O impacto desta quantidade de plástico é extremamente negativo, tendo sido demonstrado recentemente, pela primeira vez, que os tóxicos presentes nas micro partículas de plástico no oceano, as toxinas aí presentes, estão a ser

integradas nos tecidos animais marinhos, com impacto na cadeia trófica e eventualmente nos próprios humanos.

Também tem sido demonstrado que o impacto dos plásticos em muitas espécies marinhas, por exemplo, o cagarro, uma das aves mais conhecidas dos açorianos, e uma das espécies que é apanhada nas redes de pescadores, estudos têm demonstrado que é uma das espécies que tem maior quantidade de plástico no estômago.

A Europa tem, neste momento, uma meta dentro do horizonte 20/20 que indica que teremos que reduzir 50% em 3 anos ou 80% em 5 anos, em termos de utilização de sacos de plástico leves.

Portanto, todas essas medidas são de extrema relevância e os Açores estarão a contribuir desde já para esta estratégia europeia.

Também gostaria de realçar que terá que haver um aumento da consciencialização ambiental dos açorianos e esta medida vai neste sentido.

Se nós conseguirmos em termos, quase como um desafio societal, para os próximos 5, 6 anos alterar os comportamentos no sentido de usar menos sacos de plástico e usar outras formas de acondicionar os alimentos nos supermercados, essa será uma vitória também ambiental dos açorianos.

Obrigado, por agora.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, a sua proposta social é muito interessante e como tal entendemos que a melhor legislação ambiental é a educação. É pela educação que reduzimos a poluição.

Isso quer dizer que as formas como tratamos a poluição e resolvemos os problemas ambientais e para adquirirmos a sustentabilidade que o Sr. Deputado defende é preciso pensar no esforço económico das famílias.

Essa sua proposta, apesar de ser uma proposta ambiental, não é uma proposta social.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ai meu Deus!

O Orador: Isso quer dizer que em termos de redução de plásticos no País e na nossa Região, apenas cerca de 5 a 7,5% do plástico, a nível da República, escapa ao sistema de recolha seletiva de plásticos e de valorização energética do plástico.

Felizmente, a nível da Região, o plástico que escapa aos sistemas de valorização e de reciclagem é ainda menor. Estamos nesse aspeto à frente da República.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah!

O Orador: Estamos à frente da República porque implementámos sistemas eficazes que implicam educação ambiental, também ela eficaz, de proximidade da população e dou-lhe algum exemplo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Grande elogio ao Presidente da Câmara de Angra!

O Orador: Em 2008, a cidade de Angra do Heroísmo passou a fazer recolha seletiva porta a porta e aumentou a recolha de plástico em 75%.

No ano seguinte implementou a todas as freguesias, aumentando assim a recolha de plásticos.

Em 2003, Lagoa, Ponta Delgada, Ribeira Grande, Vila Franca, etc, fizeram a recolha porta a porta.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já percebi que o senhor não percebeu o alcance da proposta. O que é que se há de fazer!

O Orador: O que é que isso quer dizer? Quer dizer que passámos a ter uma recolha eficaz de plástico em que se houver valorização energética dos resíduos, passa a escapar muito pouco de plástico que vá para o meio ambiente.

É evidente que a gente tem um problema global de plástico e o problema global do plástico nos oceanos não se deve aos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As gaivotas levam na boca!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não só!

O Orador: Portanto, o que acontece com o caso do cagarro, poderá ser que algum plástico que apareça no estômago do cagarro, se deva a plástico abandonado nos Açores, mas a grande maioria vem das ilhas de plástico que estão no meio do Atlântico ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aí já discordo de V. Exa., aliás basta olhar para as correntes marinhas!

O Orador: ... e que resultam de plásticos das grandes nações, como por exemplo os Estados Unidos da América e como por exemplo Brasil, em que há muito plástico que é lançado ao mar.

Ora, isso quer dizer que há aqui ainda outro problema, é que quando nós vamos taxar a 5 cêntimos cada saco plástico portátil, corresponde a que este saco plástico portátil é mais caro que a compra de um saco plástico para o lixo, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Toda a gente sabe isso!

O Orador: ... o que quer dizer que as pessoas provavelmente em vez de colocarem o lixo nos sacos de plásticos brancos, passam a pôr o lixo nos sacos de plástico pretos.

Ora, o que é que isso quer dizer? Que os sacos de plástico brancos são as paisagens das bolsas dos aterros municipais e intermunicipais das nossas ilhas. Implica que os açorianos vão gastar dinheiro na aquisição de sacos de plástico pretos porque todos os regulamentos municipais exigem a estanquicidade dos resíduos orgânicos.

Logo como é que se vão colocar resíduos orgânicos para que haja recolha, sem ser em sacos de plástico, ou seja os açorianos vão comprar sacos de plástico pretos para pôr os resíduos orgânicos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Explique isto Sr. Deputado Paulo Borges!

O Orador: ... e não vão pô-los em contentores porque a maioria das freguesias da nossa Região não tem à porta contentores?

Logo vão ter que ser acondicionados em sacos de plástico pretos, com a agravante de que os sacos de plástico pretos são reciclados com sacos de plástico brancos, ou seja emite-se dióxido de carbono para a atmosfera para fazer sacos de plástico pretos, que por sua vez vão servir para meter o lixo

dentro para ir para os aterros municipais outra vez, ou para a valorização energética.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é não. Está enganado!

O Orador: Se admitirmos que os valores que são indicados para o número de sacos de plástico para Portugal pela União Europeia e que dão uma média de 496 sacos de plástico por pessoa, os açorianos vão pagar, se mantiverem essa taxa de consumo, 5,8 milhões de euros.

A sua proposta social tira aos açorianos por ano 5,8 milhões de euros.

Admitamos que esta medida, taxa, é eficaz (porque de facto é, as taxas são eficazes na redução), mas neste caso concreto dos Açores em que as pessoas usam os sacos brancos das compras para pôr os lixos orgânicos que vão para o aterro, eu não sei se vamos diminuir os resíduos plásticos nos Açores.

Quer isso também dizer que não há aqui grandes vantagens ambientais, porque a quantidade de plástico que vai acabar no aterro intermunicipal, é mais ou menos a mesmo.

Ora, assim sendo, o que o senhor faz é ajudar, por exemplo, a financiar a proteção da natureza, via essa taxa que não vai ir para os municípios, ou seja, o pensar globalmente e agir localmente aqui parece ser um contrassenso.

Por que é que é um contrassenso?

Porque quem é responsável pela gestão e resíduos sólidos nos Açores são os municípios e quem arrecada a taxa e não há forma legal de devolver aos municípios, é o Governo Regional, ou seja, então esse pensar global e local está um bocadinho desarticulado e esta proposta vem dificultar a vida aos açorianos, apesar de reconhecermos que uma taxa fará diminuir o consumo de sacos de plástico portáteis, mas não fará diminuir o consumo de sacos de plástico pretos que vão parar ao mesmo sítio dos sacos de plástico brancos.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias para uma interpelação?

Tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, é para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Considerando o nosso horário e sendo regimental o intervalo, vamos interromper os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Uma boa noite para todos.

Eram 19 horas e 22 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio José Gomes Lopes

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documentos entrados

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital – n.º 214/XII/3 – n.º 84/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 04 – 10

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 04 – 30;

Assunto: Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas, confrontando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º

92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno - n.º 89/X – n.º 216/XII/3

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 04 – 24

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 14;

Assunto: Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno. n.º 90/X – n.º 217/XII/3

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 04 – 24

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 14.

2 – Projeto de Lei:

Assunto: Oitava alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto (Lei de Enquadramento Orçamental) – n.º 550/XII/3 – n.º 85/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 04 – 11

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 02;

Assunto: Altera o Estatuto dos Deputados tornando obrigatório o regime de exclusividade para Deputados à Assembleia da República – n.º 551/XII/3 – n.º 86/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 04 – 17

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 07;

Assunto: Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares Políticos e Altos Cargos Públicos – n.º 552/XII/3 – n.º 87/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 04 – 17

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 07;

Assunto: Regime de Matérias Classificadas – n.º 554/XII/3 – n.º 88/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 04 – 17

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 07.

3 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de seleção recrutamento e mobilidade do pessoal docente para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência - MEC - (Reg.. DL 152/2014).– n.º n.º 98/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2013 – 04 – 14

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 04 – 23.

4 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A, de 16 de dezembro, que aprova o programa de acesso à habitação pela via do arrendamento, designado por programa Famílias com Futuro - n.º 28/X](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 04 – 14

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 15.

5 – Petições:

Assunto: A população da Ilha de São Jorge rejeita os Point Care

Autora: Ana Bela T. Oliveira

Data de Entrada: 2013 – 04 – 14

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda Admissibilidade.

6 – Requerimentos:

Assunto: [Escola do Mar para quando?](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2013 – 04 – 10

Referência: 54.03.00 – N.º 227X;

Assunto: [Energia Geotérmica na Terceira](#)

Autores: António Ventura, Luís Rendeiro e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2013 – 04 – 14

Referência: 54.03.03 – N.º 228X;

Assunto: [Torneio de Futebol "Azorean Cup 2014 - VII Ramo Grande".](#)

Autores: Judite Parreira, António Ventura e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 04 – 15

Referência: 54.03.03 – N.º 229/X;

Assunto: [Ausência da classificação de leite aos sábados, domingos e feriados](#)

Autores: Félix Rodrigues, Artur Lima e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2014 – 04 – 21

Referência: 54.01.00 – N.º 230/X;

Assunto: [Edições Regionais em Bibliotecas Municipais](#)

Autor: José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 04 – 23

Referência: 54.03.00 – N.º 231/X;

Assunto: [Agropecuária Faialense totalmente biológica – Ficção ou realidade?](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 04 – 23

Referência: 54.03.07 – N.º 232/X;

Assunto: [Cultura do Ananás](#)

Autor: Renato Cordeiro (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 04 – 24

Referência: 54.03.00 – N.º 233/X;

Assunto: [Reestruturação da rede escolar da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo](#)

Autores: Félix Rodrigues, Artur Lima e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2014 – 04 – 24

Referência: 54.01.03 – N.º 234/X.

7 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Campanhas de Beterraba 2013-2014](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013 – 04 – 29

Referência: 54.03.02 – N.º 211X;

Assunto: [Abastecimento de Combustíveis no Porto das Velas, para quando?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013 – 04 – 29

Referência: 54.01.05 – N.º 217X.

8– Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, o relatório de auditoria aprovado e abaixo indicado:

- Relatório n.º 05/2014-FC/SRATC (Ação n.º 13/102.03) – “Auditoria à prorrogação do contrato de prestação de serviços de exploração da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (ETRS)”;

Autor: Presidente do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2014 – 04– 11;

Assunto: A privatização da ANA Aeroportos e a falta de investimento na rede aeroportuária na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: PCP da Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 04 – 14;

Assunto: Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014.

Proveniência: Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 04 – 14;

Assunto: Ofício a comunicar os Novos Corpos Sociais para o triénio de 2014/2017

Proveniência: Maria João Afonso Galvão Teles

Data de Entrada: 2014 – 04 – 14;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Pesar pelo falecimento de João Dias Afonso

Proveniência: O Presidente da Direção da Associação de Agricultores da Ilha do Faial

Data de Entrada: 2014 – 04 – 14;

Assunto: Requerimento a comunicar a suspensão do mandato da Deputada Zuraida Soares nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA.

Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados a vaga será preenchida pelo Deputado Paulo José Maio Sousa Mendes a partir do dia 1 de maio. Mais informa que o Deputado irá substituir em todas as Comissões Permanentes e/ou Eventuais que a deputada Zuraida Soares ocupava

Proveniência: Representação Parlamentar do BE/Açores

Data de Entrada: 2014 – 04 – 16;

Assunto: Ofício a solicitar Interpelação ao Governo Regional sobre o futuro do serviço público de rádio televisão na RAA

Proveniência: Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2014 – 04 – 21;

Assunto: Envio de Relatório de Análise da Conta das Administrações Públicas 2013

Proveniência: Conselho de Finanças Públicas

Data de Entrada: 2014 – 04 – 22;

Assunto: Ofício de agradecimento pelo envio do ofício dos Líderes e Representações Parlamentares da ALRAA, que manifesta o desagrado pela forma como decorreu o agendamento e realização de uma reunião sobre o processo do encerramento de Serviços de Finanças nos Açores

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência a Ministra das Finanças

Data de Entrada: 2014 – 04 – 28;

Assunto: Ofício a requerer o agendamento do Pedido de Debate de Urgência sobre o Programa Operacional Açores 2014-2020

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2014 – 04 – 30;

Assunto: Parecer da Assembleia da República relativo ao escrutínio da Proposta de Decisão do Conselho que autoriza Portugal a aplicar uma taxa reduzida do imposto especial sobre o consumo de rum e dos licores produzidos e consumidos na Região Autónoma da Madeira e dos licores e aguardentes produzidos e consumidos na Região Autónoma dos Açores [COM (2014)]117

Proveniência: Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República

Comissão: Economia

Data de Entrada: 2014 – 04 – 30.

9 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 04 – 30;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 214/XII/3 que Estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital – n.º 84/X](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 04 – 30;

Assunto: [Programa de trabalho da Comissão Europeia para 2014 e sobre as iniciativas europeias sobre as quais a região pretende pronunciar-se; 02.11/1/X](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 04 – 30;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/X - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de agosto.\(BE\)](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 04 – 30;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que cria o inventário nacional dos profissionais de Saúde – MS – \(Reg. DL 131/2014\)](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 04 – 29;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de seleção recrutamento e mobilidade do pessoal docente para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na](#)

[dependência do Ministério da Educação e Ciência - MEC - \(Reg.. DL 152/2014\)](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 04 – 24;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento \(CE\) n.º 206/2009 da Comissão, de 5 de março, que estabelece as medidas relativas à introdução de remessas pessoais de produtos de origem animal, com caráter não comercial, provenientes de países terceiros – MAM – \(Reg. DL 115/2014\).- n.º 95/X](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 04 – 15;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 213/XII/3 – Autoriza o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e a estabelecer o regime contraordenacional respetivo](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 04 – 21;

Assunto: Proposta de decisão do Conselho que autoriza Portugal a aplicar uma taxa reduzida do imposto especial sobre o consumo do rum e dos licores produzidos e consumidos na Região Autónoma da Madeira e dos licores e aguardentes produzidos e consumidos na Região Autónoma dos Açores [COM(2014)117].

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 04 – 29;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece as regras a que deve obedecer a denominação de venda dos géneros alimentícios provenientes de «porco preto», em estado fresco ou transformado – MAM – \(Reg. DL 141/2014\).](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 04 – 29;

Assunto [Projeto de Lei n.º 550/XIII/3 – Oitava alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto \(Lei de Enquadramento Orçamental\).](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 04 – 29.

10 – Diários:

Está presente nesta Sessão Plenária o Diário n.º 57 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Considera-se aprovada nesta Sessão Plenária a Separata n.º 1/2014 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

—

P^la Redatora: Noélia Escobar